

# O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERÁRIA

VOLUME 110.º



COIMBRA

1947

# INSTITUTO DE COIMBRA

## DIRECÇÃO

ANSELMO FERRAZ DE CARVALHO . . . .	<i>Presidente</i>
DIOGO PACHECO DE AMORIM . . . .	<i>Vice-Presidente</i>
ANTÓNIO GOMES DA ROCHA MADAHIL .	<i>Secretário</i>
GUMERSINDO SARMENTO DA COSTA LOBO	»
JOSÉ PINTO LOUREIRO . . . . .	»
MAXIMINO DE MORAIS CORREIA . . . .	»
AMADEU FERRAZ DE CARVALHO . . . .	<i>Tesoureiro</i>
TORQUATO BROCHADO DE SOUSA SOARES	<i>Director da 1.<sup>a</sup> classe</i>
JOÃO PEREIRA DA SILVA DIAS . . . . .	» » 2. <sup>a</sup> »
MANUEL LOPES DE ALMEIDA . . . . .	» » 3. <sup>a</sup> »

## DIRECTOR DA BIBLIOTECA

Coronel BELISÁRIO PIMENTA

---

## REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Bairro de Sousa Pinto (Edifício de S. Bento)

COIMBRA

# O INSTITUTO

---

VOLUME 110.º

OTUTITENI O

OLE SIMBION

# O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERÁRIA

---

VOLUME 110.º



COIMBRA

1947

## COMISSÃO DE REDACÇÃO

ANSELMO FERRAZ DE CARVALHO

TORQUATO BROCHADO DE SOUSA SOARES

JOÃO PEREIRA DA SILVA DIAS

MANUEL LOPES DE ALMEIDA

---

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Bairro de Sousa Pinto (Edifício de S. Bento)

COIMBRA

ABERTURA DA SESSÃO DE 3 DE MAIO  
DE 1947, DEDICADA À MEMÓRIA  
DE AFRÂNIO PEIXOTO

O «Instituto de Estudos Brasileiros», da Faculdade de Letras, e o «Instituto de Coimbra» quiseram, no dia consagrado em Portugal à comemoração da descoberta do Brasil, lembrar o brasileiro ilustre que tão enternecidamente amou a pátria dos seus avós.

Da obra literária de Afrânio Peixoto enternece-nos e orgulha-nos, como portugueses, o primeiro volume das suas *Viagens na minha Terra*. Esse volume deveria entregar-se profusamente à juventude portuguesa para a ensinar a sentir e amar a grandeza da nossa história e as belezas da terra em que vivemos. Antes de ser recebido como par entre os doutores da gloriosa Universidade de Coimbra, alguns anos atrás, Afrânio Peixoto honrou o Instituto proferindo aqui uma conferência e entregando às páginas da nossa revista o seu estudo — «Camões Humorista».

Entrou para este pequeno meio coimbrão. E para lhe rendermos as homenagens de hoje não saímos dele. Pertencem-nos — o Doutor Rebelo Gonçalves, eminente executor português do convénio luso-brasileiro para a unificação da língua portuguesa e os conferentes desta noite — Doutores Renato de Mendonça, Lopes de Almeida e Rocha e Brito, dos quais não há que fazer apresentações.

A consagração de Afrânio Peixoto como médico coube à Faculdade de Medicina de Coimbra. O nosso amigo Dr. Rocha e Brito vem lembrá-la nesta sessão.

Fora do meio universitário e desta velha Academia, apenas nos dirigimos ao Dr. João de Barros. Amigo de Afrânio Peixoto, como ele o foi, tem sido sempre um dos mais activos animadores do movimento de aproximação luso-brasileiro. Desejávamos

vivamente a sua colaboração, mas a sua saúde seriamente abalada não lhe permitiu acompanhar-nos. Se a mais alguém recorressemos, necessariamente o primeiro lugar pertenceria ao Presidente da Academia das Ciências, a quem dirijo as minhas saudações, com a veneração devida por tantos motivos de que só quero marcar aqui a elevação que imprimiu aos estudos e discussões coroadas de êxito pela aceitação do convénio luso-brasileiro, a que me referi.

A vinda a Coimbra do Dr. Renato de Mendonça muito nos honra. E seja-me permitido manifestar a esperança de que dela nos venham grandes benefícios pela íntima ligação do «Instituto de Coimbra» com a Biblioteca «Gonçalves Dias», obra do ilustre cônsul do Brasil no Porto.

E saudando os ilustres conferentes desta sessão, cedo a palavra ao eminente Director do «Instituto dos Estudos Brasileiros», a quem, em nome do «Instituto de Coimbra» apresento os mais sentidos agradecimentos por generosamente nos acompanhar nestas homenagens.

Mas ainda ao terminar dirijo a VV, Ex.<sup>as</sup> as saudações do ilustre Reitor da Universidade, impedido de assistir a esta sessão por motivo de serviço urgente, o que muito lastimamos.

## ALOCUÇÃO

EX.<sup>MO</sup> SENHOR PRESIDENTE DO INSTITUTO DE COIMBRA:  
EX.<sup>MO</sup> SENHOR ENCARREGADO DE NEGÓCIOS DO BRASIL:  
MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES:

Apenas algumas palavras, — para não deixar de cumprir gratíssimo dever, mas também para não tirar tempo aos oradores da noite, cujos discursos VV. Ex.<sup>as</sup> aguardam com justificado interesse.

É com a maior devoção que o Instituto de Estudos Brasileiros se associa, por meu intermédio, a esta sessão de homenagem à memória de Afrânio Peixoto. Solicitado o seu concurso por intermédio do insigne Presidente desta Academia, Sr. Prof. Doutor Anselmo Ferraz de Carvalho, a quem tenho a honra de apresentar a pública expressão do meu maior respeito, o referido Instituto imediatamente acedeu a tão honroso convite, pois a isso o obrigava, além do mais, o muito que ficou devendo à amizade do grande brasileiro.

\*

Não me cabe a mim, simples representante de um organismo universitário nesta cerimónia, tecer o elogio de Afrânio Peixoto. Demais, reconheço que me seria impossível enquadrar no estrito âmbito de uma sessão evocativa o louvor, mesmo em síntese, de todos os dons e virtudes do admirável escritor e homem de ciência, tão variados foram os aspectos da sua actividade literária e científica, e tão copiosa ela se apresenta agora como fonte de sugestões, de aspirações e de estímulos. Sim, há o Afrânio professor e há o Afrânio académico; há o médico e há o soció-

logo; há o romancista e o poeta; há o historiador, o ensaísta, o conferencista, o filólogo sobretudo debruçado sobre a poesia camoniana; há ainda o autor de uma obra singular que é pena só poder reconstituir-se fragmentariamente, essa curiosa produção literária e crítico-literária que ele dispersou, como artista incomparável da arte de conversar, pelos seus deliciosos colóquios da Academia Brasileira, das livrarias do Rio, da casa acolhedora da Rua Paisandu. Há tudo isto, pois, e é um mundo. — melhor, são muitos mundos de erudição, de sabedoria, de argúcia crítica, de amor das ideias, de prodigiosa facilidade verbal, de rica e vigorosa sensibilidade artística. E cada um destes aspectos há-de vir a produzir ensaios, dissertações, estudos diversíssimos, tal como o Afrânio romancista já provocou, ainda em vida do autor de *A Esfinge* e da *Fruta do Mato*, um substancial ensaio, do professor alemão Wilhelm Giese.

Ser-me-ia impossível, portanto, ou pelo menos extremamente difícil, incluir tais mundos numa simples hora de evocação. Teria de me limitar, quando muito, a uma simples província de qualquer deles. Como, porém, me não estão atribuídos deveres de orador, mas apenas um encargo de representação, é deste somente que me desimpegno, para declarar que o jovem Instituto de Estudos Brasileiros, nesta sessão em que tão gratamente se junta ao quase secular Instituto de Coimbra, se congratula com a homenagem a Afrânio Peixoto, certo de que ela fará ressaltar duas feições essenciais da vida e da obra do saudoso escritor, duas grandes feições que não poderiam olvidar-se, por serem decerto as mais gratas a Coimbra: — o universitário e o mestre de lusismo. Na verdade, o universitário que ele foi está-nos sempre bem presente em muitos capítulos de livros seus, em inúmeras repercussões da sua palavra erudita e até na lembrança de confidências em que traduzia grande amor à nossa Universidade, como quando dizia, olhando o seu capelo bicolor, amarelo de Medicina e azul de Letras: «É ouro sobre azul...» E o mestre de lusismo que ele foi e será, se constitui para todos os portugueses um constante inspirador de devoções lusíadas, uma das mais aliantes guias para as grandes romagens ao passado, para as viagens evocativas pelas terras do nobre senhor a quem ele

chamava «D. Portugal», — constitui para nós outros, conimbricenses de nascimento ou de adopção, um dos melhores animadores de um nacionalismo consciente e construtivo, que não apenas sentimental, o único nacionalismo que verdadeiramente quadra a esta Coimbra, alma intelectual da Pátria.

\*

É pena que não possa ter parte nesta celebração afraniana o Dr. João de Barros. A sua palavra dar-nos-ia o preito do mais brasileiro dos Portugueses ao mais português dos Brasileiros. Mas, já que esta palavra nos falta, compensem-nos com outras a que não escasseia autoridade e que, por fortuna, vêm até nós acompanhadas de especial valor simbólico: o Dr. Lopes de Almeida, mestre de História, será aqui, pela erudição, pelo vigor das ideias e pela sobriedade, a própria voz de Coimbra; o Dr. Renato de Mendonça, diplomata, historiador e filólogo, será decerto, pelo fulgor dos conceitos e pelo brilho verbal, a voz do Brasil; e o Dr. Rocha Brito, professor de Medicina e letrado, que é como quem diga — irmão e par de Mestre Afrânio Peixoto, se não vai ser uma voz ou só de Portugal ou só do Brasil, de algum modo será uma voz de Portugal-Brasil, pois o berço e a vida lhe ensinaram amores simultâneos das duas pátrias portuguesas.

E agora, minhas Senhoras e meus Senhores, glória ao Mestre!

REBELO GONÇALVES

## ALGUMAS PALAVRAS SOBRE AFRÂNIO PEIXOTO HISTORIADOR

Há anos a Universidade de Coimbra conferiu a Afrânio Peixoto a mais alta distinção académica, o grau de doutor «honoris causa» em duas Faculdades, distinção que não sei alguma vez se tivesse repetido. Recordo-me desse momento lúcidamente, e de como à volta de Afrânio Peixoto se criou, envolvendo-o e acarinhando-o especialmente entre tantas personalidades de alto mérito literário e científico, uma atmosfera de compreensiva fraternidade e de luzimento da missão em que vinha investido. É que na sua pessoa estava destacadamente representado o Brasil, e só a invocação deste nome era penhor suficiente para a gratificação da investidura nos merecimentos do homem.

Se recordo este facto é só para acentuar que aquela distinção académica era o reconhecimento duma larga actividade científica e literária, exercida sempre com nobreza e aliciante simpatia. Pode ser que estivessem também implícitos nela o reconhecimento e o aplauso ao *português da América*, mas à certa estavam, principalmente, os merecimentos pessoais de Afrânio Peixoto, homem de ciência e pedagogo, homem de letras e historiador, que tão brilhantemente cultivava o idioma comum e representara na sua terra a fina flor da intelectualidade na mais alta magistratura da Academia Brasileira de Letras. Aquela consagração coimbrã, pois, não sendo o remate duma carreira intelectual brilhante, vinha na hora própria como apanágio dum príncipe das letras brasileiras.

É sabido que nos últimos vinte anos da sua vida foram os estudos históricos a sedução e o pendor principal do seu espírito. E não foi acaso que a sua carreira literária rematou sob a invocação de Clio, porque naturalmente o seu espírito pro-

pendeu da glorificação camoniana e da defesa da língua portuguesa, para o estudo da história de Portugal e do contributo dos portugueses na história geral da civilização.

É realmente importante considerar e pôr no seu devido significado a paixão intelectual de Afrânio Peixoto por Camões, patrono e guiador da língua comum a Portugal e Brasil, e de cujo magistério — tuba canora e belicosa — se ouvirão os ecos intercontinentais enquanto o mundo for mundo.

Camões e o Brasil são expressões eternas e autênticas do génio português no século XVI, o verbo e a acção, o engenho para idear grandes coisas e a capacidade de realizá-las afincadamente. No amor de ambos, sem subordinação nem preconceito, descobriu Afrânio Peixoto a presença viva desta grande realidade histórica: — Portugal! E por isso é que, justificada e plenamente consciente dessa revelação intelectual, encontra a expressão tão grata ao seu espírito ao afirmar que os brasileiros «*não vamos a Europa: tornamos a Europa*», como explicação da voz de epopeia que ecoa sempre nas plagas americanas e alguns desejariam fosse um bem perdido... *Ultra equinoxialem non peccatur.*

Esta mesma consciência de reivindicação histórica reafirmou-a Afrânio Peixoto ainda em 1936 na inauguração do Instituto Luso-Brasileiro de Alta Cultura, dizendo:

«Não venho a Portugal... Torno a Portugal, depois de uma longa ausência. Foi pela era de Quinhentos, e a de Novecentos já vai adiantada... Treze terços de século! Parti, quando da grande aventura do mundo, que nos empolgava, pela fé e pelo império, e chego quando tudo passou, a vil tristeza se permeia com o medo da guerra, por aí em torno, enquanto nós continuamos a dar exemplo ao mundo... Agora, exemplo de juízo». O que é certo é que esta consciência e preclaro sentimento de lusitanidade, de modo nenhum inibia Afrânio Peixoto para ser conscienciosamente *americano*, pregando a necessidade da América — terra próspera e gente nova — afirmar ao mundo a qualidade do seu espírito. A sua *Pequena História das Américas* é um livro em que Afrânio Peixoto pleiteia por uma esclarecida consciência americana, no reconhecimento do respeito que a

*América dos americanos* deve à Europa, mas também na íntegra consciência daquilo que a América já deu ao mundo todo.

As palavras com que Afrânio Peixoto sintetizou sua devoção luso-brasílica foram proferidas em 1924, quando da celebração do 4.º centenário do nascimento de Camões, no Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro. Foi então que lançou «essa ideia de amor» traduzida em «dom de *Lusíadas* à Mãe-Pátria», a cadeira de Camões numa Universidade portuguesa.

«A literatura universal tem em Camões e nos *Lusíadas* um genial poeta, como Homero, Vergílio, Dante, Tasso ou Ariosto, que cantou o poema moderno, só ele, igual aos outros, e mais novo que os outros, o poema que os resume a todos e a todos excede num canto vasto e alto... Portugal, o Brasil — seu prolongamento no tempo e no espaço, — nós, os *Lusíadas*, nós temos no poema a fé de ofício de um povo, nossos pergaminhos, os brasões de nossa raça, nossa história, nossa fé, nossa esperança, e Camões é um desses génios-heróis, representativos de uma civilização, como que o seu grandioso símbolo na Memória do Tempo».

E anunciando a realização daquele «feito nunca feito», em todas as suas palavras borbulhava o amor do Poeta e da Pátria, da sua e da nossa — *que o coração no peito lhe não cabe*, segundo a palavra camoniana.

«Sinto... — dizia Afrânio Peixoto — neste instante, uma das maiores emoções de minha vida; a de um homem humilde, fraco, «baixo e rudo», como dizia o Poeta, que, a poder apenas de seu muito amor, consegue, graças à generosidade portuguesa, esta maravilha: Camões, assunto de humanismo, de civismo, de patriotismo, ensinado numa Universidade lusitana, para glória e honra de nossa língua, de nossa Raça, de nossa História e de nossas Aspirações! Camões, resumo da Saudade e da Esperança lusitanas, que viva, eternamente, estudado-ensinando, admirado-comovendo e entusiasmando, Camões, o maior e o melhor de todos os *Lusíadas*, e de toda a Lusitânia, símbolo imortal de sua terra e de nossa gente!»

É um dever de imprescindível justiça dizer que a sua escolha em 1923 para a presidência da Academia Brasileira de Letras, onde ocupava a vaga de Euclides da Cunha, contribuiu muitíssimo para que o talentosíssimo escritor e educador viesse a ser verdadeiro benemérito das letras de sua Pátria, tanto quanto havia sido até então cultor apaixonado da língua nos seus romances e nos seus trabalhos de cientista e pedagogo.

Artista e homem de sólida cultura humanística não é o fundo estruturalmente lírico da sua obra nem a fluidez e vernaculidade da sua doce linguagem escrita que me importa agora considerar, mas sim a operosa e sincera contribuição bibliográfica da série que intitulou de *Clássicos Brasileiros* em que vieram a lume os *Cantos de Anchieta*, o *Diálogo* de João de Léry, a *Prosopopéa* de Bento Teixeira, *O Peregrino da América* de Nuno Marques Pereira, as obras de Pero de Magalhães Gandavo, os *Diálogos das grandezas do Brasil*, as *Cartas Jesuíticas*, etc., etc., verdadeira «Biblioteca de Cultura Nacional» que só um espírito aberto a todos os quadrantes do espírito, sem preconceitos de escola nem de cidadania, poderia empreender, lá quando os tempos não eram propícios racial ou filosóficamente considerados.

Desde esse momento Afrânio Peixoto arregimenta-se definitivamente entre os cultores da história, com superior espírito de compreensão e dotes de objectividade, mas não é homem impassível na formulação dos juízos. A história foi vida, freme ou de calma, superior ou derrancada, esplendente ou embaciada, mas sempre vida, modesta ou trágicamente vivida. E quem conheceu Afrânio Peixoto e o forte temperamento lírico que em todo ele se exteriorizava, sabe avaliar que ali não estava um frio e impassível avaliador do passado, mas um juiz servido por impoluta consciência e recto carácter, em quem se adivinhava erudição e fortes ressaibos de educação humanística. Afrânio Peixoto era assim o que poderíamos chamar um historiador militante, que os há tanto de agrado geral no nosso tempo.

A severa disciplina que a si próprios impuseram os historiadores do século XIX, e entre nós especialmente Herculano e Gama Barros, não era para o seu temperamento de escritor.

Considerado isto através dos princípios dos seus escritos de género, ponhamos aqui as suas próprias palavras no proémio da *História do Brasil*, obra a que dedicou particular estimação:

«A história não é um arquivo, museu, ou relicário de memórias evocadas: seria de pouco préstimo. A história é uma criação contínua da vida. Além do documento, que aparece todos os dias, alterando o juízo, esse juízo, com o mesmo documento, muda com as gerações, dada a sensibilidade diferente das gerações sucessivas... A evocação deve ser animada para ser ressurreição. Daí o dito razoável de historiador contemporâneo, Jacques Bainville: de vinte em vinte anos devia-se reescrever a história.»

Reconhecendo e propondo este carácter precário de toda a construção histórica, e negando-lhe justamente a lição e o sentido pragmático, não parece que tais conceitos propiciassem o espírito de Afrânio Peixoto para nos dar obra à qual pudéssemos reconhecer efectivo valor historiográfico, como a *História do Brasil* e a *Pequena história das Américas* realmente têm, e ainda alguns trabalhos menores.

«Não é a história um magistério. Talvez uma tendência. O historiador opina não segundo os textos ou os autos, mas segundo a inclinação.»

Posto isto, dir-se-ia que tal conceito de história impediria a formulação de juízos concretos e objectivos, impediria toda a problemática e concomitante poder de avaliação a quem não só o enunciasse, mas determinadamente o perfilhasse e pusesse em obra. Nós os homens somos, por vezes, teòricamente imprudentes, mas na prática usamos da reflexão e cansamo-nos na averiguação e no amor do pormenor, qualidades estas últimas peculiares a quem deseja trabalhar cientificamente. É o momento de lembrar que Afrânio Peixoto foi em primeiro lugar um homem de ciência aplicada. Porém, o seu temperamento fortemente emotivo e a fina e rara sensibilidade artística como que excluía toda a capacidade para a investigação directa, para a serena rebusca dos factos nas memórias coetâneas, embora no passado longínquo o seu espírito encontrasse verdadeiramente aquela «evocação» que «deve ser animada para ser ressur-

reição». Como expressão quase palpável do seu pensamento citarei ainda esta afirmação:

«É impossível a história *contemporânea*: não seria juízo, senão sentimento. E, se os juízos são inclinados, desvairam os sentimentos. Resultaria apologia ou diatribe. Às vezes o *contemporâneo* dura séculos...»

É por isto que os dois primeiros séculos da história do Brasil são os que melhor quadram à sua visão do passado, porque aí descobre a obra-prima dum povo que para a América trespassou essencialmente a sua íntima substância. O patriota não abdica da sua completa brasilidade, mas reconhece-se também como herdeiro directo da terra que está nas origens da sua terra, quando aquela enchia o mundo com a sua língua e a sua eloquência, e quando os seus soldados e os seus missionários — portugueses do Brasil em grande parte — quebravam a coligação de todas as potências adventícias naquelas praias da Vera Cruz para dar à sua alma e à sua configuração histórico-política a mais alta expressão. Sim, essa é história-evocação ou ressurreição, história-vida, e não uma ciência fria e de escola, uma curiosidade qualquer de biblioteca ou de gabinete, sem aderência na simpatia interior; é a própria tradição — permanência na continuidade — incrustada na carne e na medula. Por consequência, a língua portuguesa não é um falar estranho nem língua morta, própria para suscitar o interesse de filólogos e de especialistas, mas é a voz antiga e actual que canta e vibra no idioma comum que se fala. Portugal, enfim, com o seu povo de heróis, de oradores e poetas, com sua coroa de lendas e de mitos, a majestade dos seus templos, dos seus vestígios e recordações, não é uma abstracção, mas a «Pátria da sua Pátria..., a história mútua, essa história da América Portuguesa, história do Brasil...».

E o homem que a si mesmo impôs a tarefa de ressuscitar esse passado de grandeza e vetustez, parece ao lembrá-lo que trespassa a si mesmo alguma coisa do heroísmo e da nobreza dos grandes mortos que evoca: Camões e Anchieta, Nóbrega e António Vieira, João Fernandes Vieira e Fernão Dias Pais Leme. Tinha esse homem «coração bastante» para amar e não confundir o Brasil com Portugal, para não confundir ambas as Pátrias,

mas sim para as idear misticamente enlaçadas na sua cultura e história comuns. E dizia :

«Já por isso tenho sofrido, mais sofra, a poder que possa... Sofrer pela verdade é uma glória; por amor, uma bemaventurança...».

Cedo virá o dia em que justamente possamos em unísono lembrar a seu propósito as palavras de Garrett: — «Os indivíduos morrem, e depois da morte vem a justiça e começa a imortalidade das famas honradas».

M. LOPES DE ALMEIDA

## DUAS PALAVRAS

Se muito me sensibiliza a honra do convite para substituir nesta sessão solene o grande amigo de Afrânio Peixoto, que é o Dr. João de Barros, muito mais me penaliza o motivo desta substituição — a doença grave do ilustre poeta.

Declinei o honroso encargo, alegando perante a insistência do Prof. Anselmo Ferraz de Carvalho, mestre e amigo, a exiguidade do tempo, a falta de preparação e outras razões honestas, entre as quais esta fundamental, que João de Barros é insubstituível, mórmente por mim.

Mas, voltava-se à carga, reforçada agora com o argumento de ser preciso que um médico, um professor de Medicina se fizesse ouvir e que por o tempo ser exíguo bastariam duas palavras apenas. E cedi, apesar do consciente me dizer que não, talvez porque o subconsciente, mais orgulhoso, me dizia que sim.

E fiquei pensando nesta verdade: realmente para um homem da envergadura de Afrânio Peixoto ou duas palavras ou nem um milhão... Mas, logo me acode ao espírito o dito de Vieira, quando na conhecida carta se desculpa de ser tão longo, porque não tivera tempo para ser mais curto.

Ora o tempo, além de outros requisitos importantes, faltou-nos por completo.

Duas palavras sobre Afrânio?!...

Como é possível, Senhoras e Senhores, fazer caber em duas palavras uma vida tão cheia, tão opulenta, tão bem vivida? tão bela e humanamente vivida por este homem que, como um perdulário, queimou ao serviço de duas pátrias todas as suas energias? Como engastar em duas palavras esse diamante de mil facetas.

que todas elas brilham e cintilam com raro fulgor, que é a complexa personalidade de Afrânio?

As duas palavras, embora insuficientes, sempre consegui encontrá-las

Foi Alguém

mas Alguém com A grande  
ou melhor

É Alguém

com A muito grande e o verbo no presente do indicativo.

Porque ele é presente. Afrânio Peixoto está aqui, no tempo e no espaço. Entre nós, na nossa memória, no nosso coração, nas suas obras.

Está connosco nesta mesma sala que ouviu a sua voz quente e sugestiva e está ouvindo as palavras de gratidão que estamos dizendo, pequenas palavras, para a grandeza da nossa dívida. Bem presente o temos no fundo da memória a magistral lição que pronunciou na sala grande dos actos na véspera do seu doutoramento em Medicina, *honoris causa*. Estou a escutá-lo, enlevado, sobre Higiene, Medicina Social, assunto da sua predilecção e que tratou com uma rara elegância verbal e substancial.

Dantes não eram invulgares os doutores *in utroque jure*, isto é, em Direito Civil e Canónico, mas doutor *honoris causa* em Letras e Medicina, creio que é privilégio de Afrânio Peixoto, caso único nos anais da multiseccular Universidade portuguesa. Todos quanto assistimos às deslumbrantes festas do seu doutoramento em Medicina, temos bem presentes no espírito os pormenores desse glorioso dia 29 de Janeiro de 1939, no qual a Universidade de Coimbra se honra a si própria honrando o grande mestre da Medicina e das Letras brasileiras, ao impor as insígnias amarelas da Medicina a quem já recebera dias antes as azuis escuras das Letras.

Eu podia descrever com extrema minúcia o que foram as cerimónias deslumbrantes das mais belas festas académicas a que tenho assistido, por tal forma as tenho presentes. Direi apenas que a vastíssima Sala dos Capelos regorgitava de gente, da mais

grada da terra; que quando o vistosíssimo e imponente cortejo entrava solenemente na majestosa sala, ao som da charamela, e apareceu Afrânio Peixoto, de capa e batina entre o Reitor e o Director da Faculdade de Medicina, convergem nesse momento sobre a sua radiosa figura todos os olhares da assistência, irmanados num mesmo sentimento solidário de simpatia. É assim que o estou vendo no espelho da memória, irradiando por sua vez irresistível simpatia. Sorri.

É um instante, certamente dos mais felizes da sua vida! É um instante feliz na vida da Universidade.

Feitos os discursos elogiosos pelo Doutor Almeida Ribeiro e pelo Doutor Maximino Correia, há um outro momento involvidável: é quando Afrânio Peixoto, já Doutor percorre as extensas doutorais e a um e um de todos os doutores, que são inúmeros, dá e recebe o abraço da paz! Eu sinto hoje e agora bem presente o calor desse abraço.

A Universidade dá a Afrânio Peixoto o que tem de melhor, o que dá aos seus filhos predilectos. É a sua maneira de retribuir todo o amor, todo o carinho que o brasileiro ilustre dedica à pátria lusitana, sua de adopção!

Dissémos que ele é Alguém que está presente nos nossos corações. Que português há que possa esquecer-se de que Afrânio Peixoto foi tão amigo de Portugal, digo melhor, é, pois que os seus livros continuam vivos, e isto em todas as horas, as boas como as más, mantendo-se sempre ao nosso lado, com a palavra e com a pena, com a inteligência e com o coração?

É Alguém, dissémos, que está presente nas suas obras. Uma há, porém, que morreu com ele: a sua conversação, a sua encantadora arte de conversar, arte que Montaigne tanto prezava.

Mendes Correia que privara com Afrânio Peixoto diz do prazer com que o escutava.

Também o ouvi em desprezioso cavaco.

Que brilho, brilho não estudado, que simpatia irradiante, que calor comunicativo, que ensinamentos, sem se dar por eles, que ironias ou mesmo sarcasmos, se eram precisos, que graça espontânea! Que pena os taquígrafos não terem guardado tanta

coisa perdida! Mas, os próprios taquígrafos não bastariam. Só o cinema falado e colorido poderia reter o gesto, a expressão riquíssima da máscara, bem lusiada, o brilho dos olhos, o quase imperceptível *sutaque* carioca, espécie de sal e pimenta nesse delicioso manjar...

Porque é que se não obriga estes homens a deixarem gravar um filme sonoro e a cores?...

Mas, Afrânio Peixoto é presente e bem presente nas suas obras escritas, cuja lista completa, porventura, nunca se conhecerá.

Na Medicina não há, talvez, departamento que não tenha sondado, mas os assuntos que mais o atraíam e sobre os quais deixou tratados extensos e intensos são os de psicopatologia, higiene, medicina legal, história, e ainda o tempo lhe chega para escrever sobre psicologia, criminologia, sociologia, filosofia, história e educação, onde compôs esse livro cujo título diz tudo: *Ensinar a ensinar*.

Uma curiosidade insaciável, uma actividade sem limites, uma vocação literária irresistível levam-no a tentar e levar de vencida todos os sectores da literatura: o romance, os livros de viagens, os ensaios, a história, a crítica e a poesia.

E em toda esta extensa obra, grande não só em superfície, mas em profundidade, deixa bem marcado o cunho da sua personalidade literária, mesmo nos livros científicos e porque não? Estilo vivo, agradável, sugestivo, gracioso, irónico e sarcástico faz com que se leia do princípio ao fim com prazer qualquer trabalho seu, mesmo no campo árido da ciência pura.

Mas, todo este labor, aparentemente dispersivo, não impediu nem diminuiu o seu outro labor de Professor na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, da qual foi Director, ensinando médicos, criando escola, abrindo institutos, porque além de homem de gabinete, era-o de acção.

Tão extenuante trabalho precisava por vezes de interregnos de repouso que ele aproveita para viajar por toda a Europa e aprender, porque era dos que aprendiam para ensinar, como ensinava para aprender. Portugal é o país em que sempre mais se demorava, matando saudades hereditárias, que lhe estão

apegadas aos glóbulos rubros do seu sangue. Destas peregrinações ao velho solar da sua raça, que ele calcurria do pomar algarvio ao jardim minhoto, das praias atlânticas às verdes serranias do interior, fica para sempre um livro que todo o português deve ler: *Viagens na minha terra*. O mesmo título do livro de Garrett. É evidente a intenção amiga. Mas não é só o solar que ele visita, é o dono que ele abraça, o fidalgo D. Portugal, como Afrânio chama a esse fidalgo oito vezes secular, velho que não envelhece, velho sempre moço. Como ele o conhece bem, o que diz dele desde o berço até hoje e os votos que faz dum futuro feliz! E o que diz da nossa Coimbra, da nossa Universidade?! Afrânio não está presente neste livro?

Eu posso resumir toda esta actividade exuberante e generosa e humana ainda em duas palavras, que foram o seu ideal

*Bem servir!*

palavras prestigiosas e prestigiantes, ricas de carga emotiva.

Afrânio Peixoto é Alguém que bem serviu as ciências e as letras, que através delas bem serviu a sua e a nossa pátria, que considerava dele, o seu Brasil e o nosso Portugal, o nosso Brasil e o seu Portugal.

Como não há-de ser presente esse homem na nossa saudade, que adoça e amarga, por privilégio desta maravilhosa língua portuguesa, que ele cultivou com entranhado Amor? Saudade, musical palavra, estupendo sentimento, que faz destes milagres, abençoada sejas.

A. DA ROCHA BRITO

## AFRÂNIO PEIXOTO, O ROMANCISTA E O CRÍTICO LITERÁRIO

Em suas *Memórias*, conta o pintor Luís Richter que se encontrava uma vez em Tivoli com três jovens camaradas. Seduzidos pela beleza da paisagem, puseram-se a pintar um mesmo recanto, dispostos a reproduzirem fielmente a Natureza. Apesar do modelo ser igual para todos e cada um haver captado com talento as vibrações da luz e da cor, o resultado foram quatro quadros diferentes. Tão diferentes como as personalidades dos quatro pintores. A conclusão se insinua por si própria. Não existirá uma visão objectiva ou uma maneira uniforme de apreender a forma e a cor? Será que tudo se filtra diverso através do temperamento?

Essas perguntas que fará um historiador ou um crítico de arte, adquirem muito mais profundidade quando o modelo a pintar não é uma cópia fiel do natural. Uma feição e uma existência literária proteiformes, movediças como aquelas areias das praias de coqueiro de S. Salvador, a terra dos milagres do Senhor do Bonfim e o torrão natal daquele espírito poliédrico, aberto, que foi Afrânio Peixoto...

A diversidade da sua existência começou e culminou nas oscilações do berço. Ao nascer em Lençóis, em plena chapada diamantina, no sertão da Baía (aos 17 de Dezembro de 1876), o registo civil marcou indelévelmente a sua nacionalidade. Quando faleceu no Rio, a 12 de Janeiro último, as razões do coração o atraíam para esses muros veneráveis de Coimbra ou levavam-no nalguma peregrinação amável, pelas tristes aldeias do Minho...

Não conheço confissão maior desse asserto do que as páginas das *Viagens na minha terra*. São de Garrett? — Não e sim. Pois também são de Afrânio. Com estas palavras conclui sua

jornada em Portugal: «chegado aqui, português de origem pelos meus avós, português de coração e de inteligência, por livre escolha de sentimentos e razão»...

De facto, ele se havia tornado também um português pelo coração e pelo sentimento. E ao fim e ao cabo, ser português é a maneira melhor de vir a ser brasileiro. Não o acaba de verificar a Constituição brasileira? Enquanto os estrangeiros precisam dez anos de residência consecutiva, casar com brasileira ou terem filhos e bens de raiz no Brasil, aos portugueses se assegura e permite requerer a nacionalidade, tão somente depois de um ano da chegada...

Será que o legislador se descuidou um pouco em salvaguardar os direitos supremos da nacionalidade? Longe disso. Limitou-se apenas a constatar a realidade sociológica, etnográfica, cultural em suma. Já um estadista nosso tinha proferido uma afirmação, que era uma sentença: no Brasil vivem brasileiros, portugueses e estrangeiros...

Sem dúvida irmão ou amigo de todas as nações, filho, o Brasil só o é de Portugal. Essa vivência fundamental da nossa raça, que é o elemento português, estará sempre presente no âmago da maior civilização já criada nos trópicos. E com aquela mesma vitalidade dos conquistadores do vale do Amazonas, que desafiaram as distâncias e desbravaram as florestas, erigiram cidades e templos, trouxeram o índio para a comunidade cristã e abriram os braços daquele majestoso rio às ansiedades do mundo...

Depois de chegado há um ano aqui, uma coisa vos posso assegurar. Não há brasileiro que acabe de ver a sua terra sem ter visto Portugal. Português que não conhece o Brasil, não acabou de ver Portugal...

Essa intercomunhão de duas nacionalidades diversas cada vez mais se firma na medida em que a aviação estreita o lago atlântico.

\*

\* \*

## O AMIGO E O CONFERENCISTA

Cristalização superior dessas duas culturas e das inteligências de Portugal e do Brasil foi a obra literária de Afrânio Peixoto. Foi preciso que ele morresse para se ver a extensão do vazio aberto e, na meia luz, ressaltar senão a profundidade pelo menos o vulto prolongado da tarefa realizada.

Autor de perto de cem volumes, a sua bibliografia é bem o índice de uma cultura variadíssima. Visou os aspectos mais diversos da observação e da análise, desde os estudos da criminologia e da higiene até aos domínios criadores do romance e da crítica literária. Não escapou de dar um mergulho no simbolismo, e daí o volume de versos «Rosa Mystica», saído em 1900 e totalmente esquecido.

Sua fina e apurada percepção das coisas levava-o, porém, a regiões mais definidas. Largou de mão o simbolismo sem poder desprender-se, entretanto, de certo vago misticismo, que de vez em quando o trazia agoniado. Aquela insatisfação de que nos fala Unamuno em seus ensaios sobre a «Agonia do cristianismo». Não a agonia, sofrimento estrangulador, mas a «agonia» dos gregos, a luta do consciente contra os imponderáveis cegos do destino...

A ironia, certo ceticismo, uma *blague* nem sempre disfarçada, aquele sorriso à flor dos lábios, com uns olhos escuros e inteligentes, alguns cabelos que importunos caem sobre a testa, a voz de metal, agradável e acolhedora, num tom convincente, mais sugestivo talvez que convincente, gesto bem comedido, apropriado, a exposição sempre muito clara, e por fim aquele orador que caminha, aquele conferencista que conversa e olha os seus ouvintes de perto, em vez de agarrar-se à tribuna ou ao papel...

Aí estão alguns traços que hão-de ficar de Afrânio, professor universitário, médico, humanista, romancista ou crítico, «homem de gosto e de arte», como ele concebia.

Antes de vir para o Porto, conversamos uma tarde largas horas em sua residência de Petrópolis, à beira do Piabanha.

Era o verão de 1946, em pleno ardor de Fevereiro. A casa nova, toda branca, caiadinha, se incrustava no meio do verde do gramado. Uma varanda larga e convidativa abria-se nos lados, propiciando a meditação ou o bate-papo. Dois pinheiros grandes, selvagens, se levantavam simétricos e de lá de cima, do fuste alto despencavam os pinhões roliços. Passeando sobre a relva, Afrânio colheu um do chão e, com aquela sua graça de contar casos, disse para mim: «Seu Renato, um destes dias caiu um desses pinhões mal educados e por pouco alcança a cabeça de um Embaixador estrangeiro»...

Já era tempo, convidei Afrânio a entrar na varanda. À pouco nos mandou trazer um cafèzinho, essa pequena gentileza que nenhuma casa brasileira recusa aos seus visitantes. Dali entramos e começamos a correr o interior de peças amplas e claras de luz. Um bom gosto sóbrio cercava o ambiente do salão de estar, de *mapples* macios, tapetes e cortinas *beije*, candelabros dourados, contrastando com as roupas pretas de Afrânio e aquele quê de triste e amargor, mal escondido, depois da perda do filho único. Diante dos meus elogios aos tons alegres e elegantes, contestando qualquer reserva minha, Afrânio explicava: «Tudo isso, meu velho, são milagres da Dona Chiquita». E numerosas vezes repontou na visita ao resto da casa aquele nome, sempre proferido com carinho, da esposa, então ausente no Rio.

Antes de passar ao primeiro andar, mostrou-me o apartamento dos hóspedes. Mais uma vez, voltou-se para mim num gesto afável e verdadeiro: «Está à sua espera». A mesma coisa costumava ele dizer com frequência, aos candidatos à Academia...

Chegamos afinal a uma pequena biblioteca no primeiro andar. E ali entre alguns quadros de França, vi também outros de santos. Afrânio não era católico. Nova explicação. Ainda era a mão de Dona Chiquita... Na parede, uma estante embutida protegia alguns livros amados do contacto alheio. Apanha dois dele e me oferece, depois de autografar com aquelas dedicatórias, que eram o encanto e privilégio de seus amigos. Leio um dos títulos: *Dinamene*. Ainda reminiscência de Portugal e de *Os Lusíadas*.

Aquela tarde inteira passada na calma ridente das serras de Petrópolis, com seu clima repousante e suas hortências — um orgulho da cidade e um regalo para os olhos dos veranistas — deixou-me uma impressão inenarrável de espiritualidade e suave convívio.

Ali tinha diante de mim uma das maiores expressões que conheci, das letras brasileiras. Andava pelos 70 anos e percebia-se o declínio das forças orgânicas. O cérebro, porém, dava a medida de toda a sua pujança. Era nas vésperas da minha partida para aquele antigo *Portucale*, burgo de onde saíram muitas glórias portuguesas. Ali tinha ido dar a nova a Afrânio. Fora pulsar, sem esperar tanto, a pressão ao velho e glorioso Portugal, que, por momentos se identificava e personificava naquele apaixonado entusiasta de Camões...

A certa altura da nossa conversa — que foi quase um monólogo, pois preferia escutar aquele *causeur* magnífico — volto-me para Afrânio e digo-lhe isto que vos repito com a mesma sinceridade de coração: «Doutor Afrânio (nunca a diferença da idade permitiu-me tratá-lo por outra forma embora houvesse a intimidade), o senhor é o homem mais representativo do Brasil e o homem mais indicado para, no estrangeiro, dar uma falsa idéia do Brasil» ...Sorriu ferido na modéstia, ele que gostava de elogiar tanto os outros mas que evitava o encómio alheio. E diante de um sorriso incrédulo, completei a frase: «Com essa inteligência e com essa *finesse*, sempre hão-de pensar que o Brasil é um país super-civilizado...»

Grave declaração, talvez, que não comprometia só o Brasil senão aqueles que têm o encargo de representá-lo no exterior...

Pois é impossível falando em Afrânio deixar de falar no carácter extraordinário do *causeur*. Alguns traços anedóticos trarão mais presente a sua figura, aos que com ele não privaram.

Ao regressar do Japão em 1939, costumava frequentar a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, cujo director era então o meu querido mestre e amigo Rodolfo Garcia, mestre entre os mestres da história do Brasil. No gabinete de Rodolfo Garcia, reunia-se quase todas as tardes uma pequena Academia. Ali iam diàriamente Baptista Pereira, o genro e ensaista de Rui Barbosa.

Wanderlei Pinho, biógrafo eminente de Cotegipe. Luís Edmundo, o grande narrador e *conteur* do Rio de Janeiro no tempo dos Vice-Reis, o General Tasso Fragoso, conhecedor sábio e reconstrutor das batalhas do Paraguai. Por vezes apareciam Tristão de Ataíde, o grande crítico que reabilitou a crítica do Brasil, ou Miguel Osório de Almeida, fisiologista e homem de letras, o historiador Alfredo Varela, que também foi Cônsul Geral do Brasil no Porto. E por fim, presidindo a tudo com a sua afável palavra: Afrânio Peixoto.

Insensivelmente a conversa encaminhava-se para o seu lado. Pouco a pouco os presentes iam silenciando. De repente surgia um tema qualquer e alguém voltava-se, de olhos inquisitivos, para mestre Afrânio. Não demorava a sair uma cadeia estrelada de ideias, quase sempre curiosas ou originais. Sem afectação, conversava rindo muito por vezes das circunstâncias cómicas. Uma onda de bom humor esparzia-se pelos circunstantes. Uma atmosfera de espiritualidade feliz e satisfeita...

Não acreditem que sempre fossem temas transcendentales. Às vezes um qualquer sugeria assuntos quotidianos graves e tormentosos. Um dia o grande Artur Neiva, misto de filólogo admirável e biólogo, contou o noticiário sobre a Finlândia, então como sempre ameaçada de ser engulida pela Rússia num só trago... O ambiente, como era natural, carregou-se de tristezas. Linhas oblíquas marcavam os sobrecenhos. Nisto sai Afrânio, com seus vastos recursos de médico e Professor de Medicina Legal e narra um impagável e incontável episódio escatológico...

De outra vez, conversava com o meu caro mestre e caríssimo amigo Rodolfo Garcia a propósito de uma edição que eu tinha em preparo da Vida do Visconde de Rio Branco, escrita pelo seu glorioso filho o Barão de Rio Branco. Garcia dava-me proveitosos e utilíssimos conselhos. Nisto Afrânio surge com pormenores novos, e por quase todos ignorados, sobre o verdadeiro registro de nascimento do Visconde, natural da Baía. Já então teria em mente essa obra prima, a última que publicou (em 1944), o *Breviário da Baía*, e delineou um paralelo extraordinariamente interessante sobre a vida daqueles dois estadistas, concluindo ter sido maior o pai. Pois este subira graças aos pró-

prios méritos e talentos, enquanto o segundo já se beneficiara imenso de haver possuído um pai «alcaide»... A aura popular envolveu o Barão, adensando-lhe a forma, na proporção talvez da rarefacção feita em torno do Visconde.

Para não ser infiel na sùmula desse quadro, reproduzo aqui trechos do *Breviário da Bahia*. Lembram uma versão taquígráfrica daquela tarde de encanto intelectual: «Mas há o Visconde do Rio Branco e o Barão do Rio Branco. Teve este a glória popular — a territorial, que *toda* lhe é atribuída: teve por si os árbitros. Nabuco, com o mesmo esforço e talento, teve árbitro em contrário. As causas ganhadas não dependem apenas dos advogados. O segundo Rio Branco teve a popularidade da desordem republicana. A boémia agradou mais ao povo do que os tratados. Para o acesso, serviu-lhe o pai «alcaide». O pai alcaide do primeiro Rio Branco foi apenas o talento, o carácter. Num prato da balança — : as Missões no Prata, a lei 28 de Setembro, os serviços da trégua civilizadora — pesarão mais, do que o ganho de terras do Amapá, das Missões, do Acre».

E termina com malícia, aludindo ao enorme monumento erigido no Rio ao Barão e a uma pequena estátua ali também existente do Visconde: «Enfim, o maior dos Rio Branco, é o da Baía. Sem dúvida. O tamanho das estátuas é outra coisa».

O estilo de Afrânio assumia nas últimas obras um tom de palestra. Como que desaparecia o autor e saía, das folhas do livro, uma cara amiga a conversar...

Ao discursar na Câmara dos Deputados, na sessão de homenagem ao grande morto, Plínio Barreto conta com aquele seu brilho de pensamento e palavra, outro episódio elucidativo. «Certa tarde — diz ele — estava eu palestrando com Mário de Alencar, à espera de outros companheiros, quando chegou Afrânio Peixoto. E Mário volta-se para ele, assim se expressando: «Afrânio, triste notícia publicam os jornais de hoje: morreu Pierre Loti!» Afrânio, passeando de um lado para o outro, começou então a falar sobre o desaparecido. A conferência admirável que espontâneamente, de improviso, lhe brotou dos lábios, entre três ou quatro pessoas, a respeito do conhecido escritor francês, foi dessas coisas que a gente sente e não pode descrever. Foi

uma verdadeira maravilha, em que bem se retratou o espírito de Afrânio, sempre pronto, sempre a pãr de tudo, sempre conhecedor dos factos literários e dos destacados vultos da literatura».

A respeito do mesmo aspecto, Levi Carneiro, o grande jurisconsulto brasileiro, referiu em uma das reuniões da Academia Brasileira de Letras outro facto, com ligeiras nuances. O homem nunca é visto igual pelo seu semelhante, mesmo se busca a fidelidade na reprodução.

A reminiscência de Levi Carneiro cromatiza já, pondo em relevo a capacidade, fora do comum em Afrânio, de fazer amigos e congregar pessoas: «Há alguns anos, começaram a reunir-se, aos sábados, no Museu Imperial de Petrópolis, veranistas e pessoas da terra, que conversavam discretamente. Um dia, apareceu Afrânio Peixoto. A propósito de não sei quê, começou a falar, com a fluência, a naturalidade, a graça que lhe eram peculiares. Entrou a falar à sua maneira, e logo dominou todas as conversas. Todos o ouvimos enlevados. Desde aquele dia as reuniões tomaram outra feição. Formou-se um verdadeiro seminário. Alternadamente, de semana em semana, tocava a cada um aventar, elucidar algum tema interessante. Qualquer que este fosse, Afrânio Peixoto tinha sempre alguma coisa, não menos interessante, a acrescentar».

É digna de reparo a observação psicológica: «*entrou a falar, à sua maneira*»... Sim, porque o romancista de *Bugrinha* e de *Fruta do Mato* tinha uma maneira muito particular de falar, suave e insinuante. Não era desses pavorosos indivíduos que, por dá cá aquela palha, nos deitam uma cascata de palavras e... perdigotos.

O segredo da *causerie* está muito nisso em não virar discurso, em fugir dos domínios presos demais à lógica. Os artificios retóricos já não convencem o auditório. A voz agradável, nada de destampamentos estentóricos. A eloquência dos grandes oradores modernos procurou uma aproximação com esses remansos da palestra. Lembro-me da influência, por exemplo, que tinha o doce metal de voz do Presidente Franklin Roosevelt. Escutei-o uma vez falando no Congresso brasileiro e muitas

outras vezes nas emissoras americanas. Seu tom vocálico na rádio possuía algo de morno e acariciador ao ouvido, chamando os ouvintes menos atentos para mais perto...

E ao recordar homem tão representativo, digno de figurar nas páginas imortais de Emerson, vale a pena acrescentar um retoque ao nosso retrato.

Todo homem de arte ou de pensamento, de acção ou contemplativo, marca, geralmente na sua época pela projecção no seu meio. Mas também é um reflexo ou um espelho de ambas as coisas.

A distinção se faz complicada. Mas dissociar ideias, — aí está como queria Remy de Gourmont — uma das tarefas essenciais do analista ou do crítico literário.

Pela sua projecção no meio. Afrânio marcou ao grau de ser um dos homens mais decorativos do Brasil, no seu tempo. João do Rio, aquele primoroso cronista da vida carioca, e que foi um dos maiores amigos dos portugueses, ia realizar, certa vez, uma conferência na capital brasileira. Pediu a Afrânio que comparecesse e este respondeu-lhe ser difícil, pois a conferência seria na noite seguinte e ele andava assoberbado de serviço. De noite naturalmente o cansaço poderia fazer uma traição e ele, Afrânio, temia dar alguns cochilos... João do Rio retrucou superiormente: «Não importa, o que eu faço questão é da sua presença. Você é o homem mais decorativo do País. Estando presente à minha conferência, Você vale por um auditório».

Não admira assim que tivesse recebido em vida as maiores honrarias que podem tocar a um puro intelectual. A própria Academia Brasileira resolveu que a colecção de suas publicações tivesse o nome daquele paisagista do coração feminino, como se num gesto quisesse concretizar a qualidade da produção literária entre nós.

Corresponde deveras à realidade das coisas e não encerra os vícios do falso louvor este asserto de um crítico literário contemporâneo, da maior categoria: «Afrânio Peixoto, a meu ver, foi nestes últimos anos, o mais notável representante da inteligência e da cultura brasileira, no que tem de faiscante, de imprevisto, de surpreendente». (Plínio Barreto).

Situado dessa forma em função da expansão de sua personalidade, resta agora ver em que medida a sua obra literária constitui um reflexo do meio brasileiro. A medida em suma em que o romancista criou os seus personagens, bebendo no ambiente o material, pois do nada, nada se tira...

Heidegger comentou a propósito que a ciência não quer saber nada do nada. Esta é, em última análise, a concepção rigorosamente científica do nada. O único conhecimento que tomamos do nada é que do nada precisamente nada queremos saber.

Vá agora uma pergunta: Ou será que o nada só existe dentro de nós?

\*

\* \* \*

#### A POSIÇÃO DO ROMANCISTA

O romance brasileiro começou sua longa carreira com as *Memórias de um Sargento de Milícias*, de Manuel António de Almeida. Foi um princípio brilhantíssimo, visto de hoje à distância. Antecipou-se demais para a época. Passou longos anos olvidado, e o seu caso faz lembrar o dos romances de Stendhal. Negado e renegado pela crítica, acabou o público obrigando os críticos a engulirem a pílula e admitirem a genialidade do autor de *La Chartreuse de Parme*: «To the happy few»...

Descontadas a proporção dos autores e as diferenças de idade e crescimento entre a literatura brasileira e a francesa, o caso de Manuel António de Almeida não fica muito afastado de Stendhal. Da mesma forma que o Cônsul de França em Trieste, a princípios do século passado, Manuel de Almeida deveria levar no Rio uma vida monótona e cheia de «spleen». Não tinha para tema dos seus enredos novelescos o cenário da Itália do Norte, com seus pequenos Principados e Cortes, intrigas palacianas e amorosas. O brasileiro traçou um panorama da vida burguesa e popular do Rio posterior a D. João VI, com movimento e naturalidade, além dos seus personagens terem carne e osso.

O caso de Manuel de Almeida fora assim demasiado precoce. Sua própria existência também o fora. Morreu pouco

depois dos trinta anos, tendo sido o precursor do romance moderno e mesmo do romance naturalista. Embora muitas das suas páginas se encontrem eivadas de convencionalismo, disso não escapou o próprio Balzac.

Depois das *Memórias do Sargento de Milícias*, que só teve influência e repercussão muito tardiamente — lado em que a obra se aproxima dos romances de Stendhal — o romance enveredou no Brasil pelo caminho sertanejó. José de Alencar publica em 1857 o *Guaraní*, conhecendo o maior sucesso de sua vida literária. Era a um tempo a estreia e a obra prima do romancista.

O indianismo cantou as nossas matas e florestas, arrancando de Gonçalves Dias, então estudante pobre em Coimbra, aqueles versos afamados da *Canção do Exílio*, aqui escrita em 1843:

Minha terra tem palmeiras,  
Onde canta o sabiá;  
As aves que aqui gorjeiam,  
Não gorjeiam como lá.

Nosso céu tem mais estrelas,  
Nossas várzeas têm mais flores,  
Nossos bosques têm mais vida,  
Nossa vida mais amores.

Em uma terra com tantas coisas, várzeas de muitas flores e vidas de muitos amores, o romance teria de prosperar, pois a alma brasileira já herdara da alma portuguesa um elevado sentimento de lirismo.

As duas tendências marcantes da nossa literatura (Sílvio Romero apontou) foram o contacto com o indígena americano e a natureza exuberante do trópico. Ainda hoje no Amazonas abre-se uma estrada e um mês, dois, depois, o mato faz desaparecer completamente a passagem do homem. Ainda é uma página do gênesis, a terra em plena formação...

O regionalismo seria, portanto, o caminho lógico da literatura brasileira, na integração da sua autonomia. Produziu algu-

mas das suas melhores razões de ser: *Inocência*, novela sertaneja do Visconde de Tannay, que conheceu treze traduções; *Pelo Sertão*, de Afonso Arinos, com esbocetos de tipos do *hinterland*; e finalmente o próprio livro de Euclides da Cunha, *Os Sertões* — obra que não se enquadra em nenhum género literário, participando de muitos — e que é uma síntese genial dos problemas fundamentais da cultura brasileira.

O romance psicológico esperaria alguns anos no olvido, para repontar, em seguida, com força e pujança, oferecendo *Dom Casmurro* e as *Memórias Póstumas de Braz Cubas*, de Machado de Assis, notáveis em qualquer literatura. Desde essa época, a cidade começa novamente a solicitar os romancistas. O naturalismo com Aluizio de Azevedo nos daria aquele quadro cru e dramático da vida proletária em *O Cortiço*. Lima Barreto contaria as agruras dos modestos funcionários públicos habitando em longínquos subúrbios...

A princípios do século, contemporâneo de *Os Sertões* de Euclides, publica-se *Chanaan* de Graça Aranha (1902). Há todo um dilema entre os colonos imigrantes que vêm das cidades europeias e defrontam a rudeza dos campos no vale do Rio Doce... Graça Aranha é filósofo também. Põe os problemas em grande escala, com muito brilho e em breves linhas. Confuso, por vezes, dele disse Afrâmio Peixoto «que escrevia pouco com muito ruído»...

A eterna oposição entre a cidade e o campo atingia o apogeu na literatura nacional. Cerca de dez anos depois, é quando Afrâmio principia a fazer seu nome no romance. Sua entrada para a Academia Brasileira verifica-se antes de publicar o primeiro romance, *A Esfinge*, em 1911. Essa antecipação do prémio ao trabalho provoca comentários. Alguém disse então que Afrâmio entrara a crédito na Academia...

Além do mais colhia ele uma herança terrível. Fora o sucessor de Euclides da Cunha na cadeira de que era patrono Castro Alves. Dois gigantes a fitarem o neófito recém-nascido...

Afrâmio, porém, possuía uma vontade de ferro e metemãos à obra. *Le génie est une longue patience*, disse uma ocasião o sábio e ordenado Bouffon.

A *Esfinge* alcança uma auréola entre o público feminino, que será sempre o maior entusiasta e propagandista de Afrânio.

Aí procurara levantar o véu que tapa os segredos da alma de uma amante diante do destino. A consagração da crítica é formidável. Inicia o seu ciclo romanesco, com que ia amortizar pròdigamente aquela antecipação de crédito...

O sertão longe solicitava a imaginação do romancista. Ele não poderia furtar-se à tentação de pintar com seu estilo fluente e colorido aquelas morenas quentes do interior, de carnes rijas e dengosas, olhar provocador e boca sensual. Alguma evocação irresistível da mocidade e ei-lo catando as reminiscências...

O que é o romance, em suma? Vamos buscar dos lábios do próprio romancista a sua concepção: «Definiu-o o Abade de Saint-Réal: *un miroir que l'on promène dans un chemin...* «Terei culpa das qualidades do meu espelho; sem embargo, nele não se poderiam refletir todas as paisagens, senão uma a um tempo, não todo o mundo, mas alguém que passava na ocasião...»

E acrescenta como que se dirigindo às mulheres, nessas mesmas notas apenas a *Maria Bonita* (1914), seu segundo romance e seu segundo êxito: «Mulheres, então como representar todas numa só? Impossível! Cada uma é uma, diversa das outras... *Maria Bonita*, é uma das muitas, das infinitas que existem».

Com *Maria Bonita* principia a trilogia dos romances sertanejos, depois completa com *Fruta do Mato* (1920) e *Bugrinha* (1922).

Em *Fruta do Mato*, aparece o mulato típico «que odeia os brancos porque ainda não é branco e despreza os negros porque já não é negro, o mulato cheio de prosápia, que chega a pretender a filhas brancas do senhor de engenho», como assinalei em um capítulo sobre o negro na literatura brasileira (Ver *A Influência Africana no Português do Brasil*, 2.<sup>a</sup> edição, São Paulo, 1935, pág. 152).

A meu ver, é *Bugrinha*, porém, o mais característico e atraente dos três. O estilo já se apresenta menos ataviado, mais dinâmico, a prosa elástica e solta, como nos últimos escritos de

Afrânio. Há uma diferença imensa entre a linguagem de *A Esfinge* e do *Breviário da Bahia*, a primeira e a derradeira feição da prosa literária do autor.

Em *Bugrinha*, vibra o coração diamantino da Baía. Lençóis com seus lagedos e com seus diamantes, com os lábios de coral de suas mulheres. Como esquecer a descrição tão sugestiva quanto lapidar do rio escachoando nas lages de Lençóis? Como é que se pode ficar frio diante da narrativa daqueles amores de Bugrinha e Jorge, na tapera abandonada? A meia luz do ambiente, os frutos silvestres do aperitivo, o catre testemunha dos transportes de dois jovens ardorosos...

Vejam os uma amostra desse poder descritivo, que faz honra à língua portuguesa:

«Ia dizer-lhe qualquer coisa indiscreta e íntima, que envergonharia, talvez, ouvir; levou-lhe a mão aos lábios fechando a boca dele, num gesto de proibição. Ele relutou, para desvenilhar-se de suas mãos, mas ela pôs no jogo amável, sua arte instintiva de derivação do propósito contrário, pelos afagos e pelas carícias...

«Pararam, os rostos unidos, atados num beijo. Já não riam, mas com essa doce e comovida seriedade aproximavam-se do instante em que a natureza reúne, os que amam, para o sacrifício austero e suave, íntimo e augusto, da vida...

«Lá fora, era o silêncio. Nem a folhagem se movia; quedavam-se as aves e os insectos, à calma próxima do meio dia. De chapa a luz batia no espelho manso e fluente do S. José. Na coroa da margem refagulhavam os grãos facetados de areia e um vapor ténue, de umidade, subia transparente e trepidante, para se perder na altura. O sol tinia...»

Ainda aí encontramos essa jóia de fino labor, digna de uma página de antologia, o debuxo de um diamante: «maravilha do tempo e da natureza — a mais formosa confissão da terra, confidência do seu passado, recordação da sua juventude, lembrança e saudade da luz, de eras perdidas... quando tudo era imensa floresta tropical, que o sol fizera, aquecida pelo seu calor, iluminada pela sua claridade... Essa flora exuberante, esplendor feito vida, fôra soterrada, fossilizada, fez-se carvão,

cristalizou-se através de milénios, por pressão, temperatura, forças ignotas, ainda tenro na turfa, já endurecido no carvão de pedra, empedernido e amorfo no carbonado, finalmente cristalino no diamante»...

Entretanto, nesse livrinho capitoso surgem alguns dos defeitos patentes da prosa de Afrânio. Há certos parágrafos imensos, como seu estilo não permitirá em livros posteriores.

O romancista volta de novo o seu espelho para o coração feminino e nos dá outras interpretações da mesma Eva, tortura dos homens desde milénios... Pertencem a esta fase *As razões do coração* (1925), *Uma mulher como as outras* (1928), *Sinhá-zinha* (1929). São êxitos menores. Aquela mesma tendência que Afrânio crítico apontou nos demais, também se manifesta nele próprio: bater na tecla que tivera sucesso. Repetir-se enfim a si próprio...

A crítica considerou, com demasiada exigência, que as caracterizações femininas se aproximavam até à repetição, diferenciando-se pouco entre si. Realmente, os tipos femininos ali analisados não se destacam bastante, pois não oferecem um contraste forte. *La personnalité se pose, en s'opposant*, observou com penetração Ramon Fernandez. Ora, este elemento da personalidade parece apagar-se, diluir-se nos últimos romances de Afrânio.

Acredito que aquela sua indecisão — comum à grande maioria do brasileiro — entre a cidade e o campo, entre Copacabana e o sertão, contribui em larga escala para matizar os contrastes e confrontos da sua produção novelesca...

Enquanto as nossas grandes urbes modernas perdem cor local — um economista americano chamou São Paulo, de Chicago brasileira — a vida no interior conserva, mesmo com o progresso material, um sentido profundo de brasileirismo.

Se é certo que as literaturas género «jardim fechado», como classificava Albert Thibaudet, não são de fácil apreensão pelo total da comunhão humana, não deixam de valer menos como uma expressão de arte nacional ou regional. Aí talvez resida o segredo que fará subsistir, talvez em prejuízo dos demais, os romances da trilogia sertaneja.

É que, sob essa luz, Afrânio é mais uma vez o homem representativo. No romance brasileiro dominou durante três lustros.

Depois de analisar certas facetas do regionalismo, Prudente de Moraes Neto, em seu magnífico ensaio sobre «O Romance brasileiro», situou ainda em vida do autor de *Bugrinha* a posição que lhe cabia:

«Não seria impossível associar indirectamente a essa tendência a obra do nosso romancista mais considerável de 1910 a 1925, o Sr. Afrânio Peixoto. Seus principais livros («Maria Bonita», «Fruta do Mato», «Bugrinha») versam de certo modo a oposição entre a cidade e o campo, que constitui a essência do regionalismo e de que tinham tratado também alguns românticos. O seu grande tema é o «sex-appeal» que têm para o homem das cidades, viajado e doutor, essas frutas do mato, bugrinhas em quem um sociólogo — antropologista como o prof. Gilberto Freyre, não hesitaria em descobrir as características da nossa citavona. São elas, em moreno, as mocinhas do oeste do cinema americano, que no Sr. Afrânio Peixoto, apresentam instintos alarmantes de vampirismo, pois essas descendentes da «escrava Isaura», não parecem ter recebido o legado da sua angelical pureza».

Embora as «frutas do Mato» sejam perigosas, parece que o arguto crítico carregou um pouco, forçando a mão, ao falar de vampirismo...

Disso não seriam capazes aquelas caboclas ingénuas, embora Ribeiro Couto, numa novela apreciada, tivesse também apontado muitas das suas espertezas...

É sobretudo através dessa reconstrução do interior bem baiano e bem brasileiro, «desse espelho que se passeia em um caminho», como diria ele de preferência, que Afrânio Peixoto ficará em nossa literatura como um grande e notável romancista nacional. Expoente de toda uma época.

\*  
\*   \*  
\*

## A INDEPENDÊNCIA DO CRÍTICO

Se a função do romancista — indicava há pouco Rosamond Lehmann, num inquérito em Londres — é permanecer permeável, aberto, recebendo por todos os seus sentidos e faculdades as coisas, e retransmitindo-as num estado paradoxal de dúvidas e de convicção, que dizer da função do crítico?

Nos tempos plácidos de Anatole France, era a crítica uma viagem amena e instrutiva por entre livros e autores. Não há que insistir sobre a permeabilidade que requer um crítico...

Depois dessa comoção mundial cujos estertores ainda ouvimos, o papel do crítico literário ou de arte parece tomar proporções de muito maior responsabilidade. A honestidade intelectual, que requer o exercício da crítica literária, provém da própria dignidade inerente à vida da literatura.

Se a crítica é uma reflexão da literatura sobre si mesma, o trabalho crítico tem de ser profundo e desinteressado. Exige qualidades de independência mental ao mesmo tempo que uma atmosfera de liberdade e compreensão, sem a qual deixam de existir as condições elementares à criação da obra de arte e à eclosão do bom gosto.

«La critique vit de liberté et dans la servitude languit», escreveu Thibaudet nas suas *Réflexions sur la critique*. Ninguém com mais autoridade que este incansável pesquisador. Levou tão longe esse demónio da análise que chegou a nos dar uma «fisiologia da crítica»...

Reunindo em um depoimento as suas confissões de crítico durante vinte e cinco anos, Alceu Amoroso Lima não colheu resultado diverso da longa experiência. Nesse pequeno e delicioso volume — *O crítico literário*, que poderia ser um missal para escritores e estudantes — encontro um conceito que me parece chave: «A crítica é uma meditação desinteressada e construtiva sobre as obras de arte, seus autores e seu ambiente».

Mas logo acrescenta que «é, portanto, uma actividade essencialmente livre, como o é a arte, cuja lei natural é a da liberdade de acção».

Foi sempre essa a directriz de Afrânio em sua actividade de crítico, mais acentuada depois de 1930 e nos últimos quinze anos. As convicções levaram-no, não raro, a prejuízos materiais. Assim da sua atitude quando recusou aplausos ao passado regimen forte instituído em 1937 no Brasil. Aposentaram-no então da cátedra da Universidade, realçando num gesto desnecessário de autoridade, a altivez do sacrifício.

Essa identificação com as causas supremas do pensamento e da crítica faziam dele um cultor, fiel e contrito, dos génios incompreendidos. Na interpretação e na ressurreição de dois grandes poetas — Camões e Castro Alves — viveu Afrânio muitos anos de sua existência. Ao fim da jornada, repassando as páginas dos ensaios consagrados a ambos, o conferencista lembra o maestro a tirar da orquestra uma escala polifónica, de recursos inesgotáveis, tecida ora com a épica ora com a melodia, daqueles tesouros poéticos...

No seu caminho de penetração na literatura brasileira e portuguesa, Afrânio deixou algumas dezenas de volumes e conferências de desigual valor. Enquanto atinge por vezes os limites da perfeição em seus estudos sobre Castro Alves, descem ao trivial certos panoramas que realizou da actividade literária no Brasil.

Os seus *Ensaíos Camonianos*, editados em Coimbra, constituem uma prova de erudição arejada por um sentido superior de humanismo. Ali brota ainda, em ebulição, o amor do intérprete pelo motivo original, do crítico dominado pela obra de arte. Nesse preito a Camões, percebe-se a extensão dos seus conhecimentos de literatura comparada. A exegese de certos tópicos do poema camoniano, como no ensaio *Virgílio e Camões*, revela que mesmo os artistas máximos não estão isentos dessa acusação, tão fácil quanto fugaz, do plágio literário...

Mas no ano em que faz um século do nascimento do poeta da *Abolição*, não há como fugir a uma evocação rápida da sua vida, feita somente de mocidade e glória.

\*

\* \*

## O INTÉRPRETE DE CASTRO ALVES

A 14 de Março de 1947 passou-se o primeiro centenário do nascimento de Castro Alves. Grandes comemorações no Brasil. E é justo dizer, as primeiras de vulto, porque muitas outras serão realizadas pelo tempo afóra:

«O futuro... o futuro... no seu seio...  
Entre louros e bênçãos dorme a glória!»

O poeta desventurado na existência previa, com a agudeza dos profetas, o desenrolar dos acontecimentos. Sonhou com a glória para consolo dos males e misérias deste mundo. Ao sofrer, sem anestesia, a amputação de um pé, dizia corajoso para o operador: «Corte-o, corte-o, doutor — ficarei com menos matéria que o resto da humanidade».

O jovem que assim procedia era um belo mancebo de 23 anos. Cabeleira preta, abundante, olhos escuros e luzidios, face pálida contrastando com o tom negro dos bigodes. O traje sempre correto e *foncé* parecia diminuir ainda as proporções do físico magro e esbelto do poeta de «Os Escravos» e das «Vozes d'África».

Castro Alves, que nasceu na Baía — um dos redutos mais portugueses do Brasil e o único a conhecer a luta de sangue por ocasião da Independência — foi uma legítima expressão da literatura. Viveu para as letras e a elas tudo sacrificou. A própria amante, a atriz Eugénia Câmara, que com ele viera do nordeste para o Rio e São Paulo, depois de representar várias vezes o drama de Castro Alves, intitulado «Gonzaga» e inspirado nas teias da conspiração mineira de 1789, também o abandona amargamente.

Fizera-se em torno dele um vasto deserto. Aquele deserto do romance de Mauriac: o deserto do amor. E o homem que soubera valentemente suportar a tortura de uma operação bár-

bara, esmorece e desanima ao sentir envolvê-lo aquele grande e insondável vácuo do coração... Deixa de ler e poetar. Tudo, depois do rompimento com a amante, parece-lhe vão e inócuo. Meras espumas do mar, como ele mesmo chamou ao volume único dos seus versos: «Espumas Flutuantes».

E o poeta, que escrevera os versos sensuais de «Boa-Noite» — e de passo porque não lembrar aquela quadra maviosa, inexcelsível, das estrofes líricas —:

«Boa noite!... E tu dizes — Boa noite.  
Mas não digas assim por entre beijos...  
Mas não mo digas descobrindo o peito,  
— Mar de amor onde vagam meus desejos.»

anda agora solitário. Ao embarcar do Rio, onde conhecera o aplauso das multidões entusiasmadas com os seus versos clamando liberdade, demora-se pensativo à borda da amurada do navio, fitando as águas esmaecidas. É ele mesmo quem nos diz: «Só e triste, encostado à borda do navio, eu seguia com os olhos aquele esvaecimento indefinido e minha alma apegava-se à forma vacilante das montanhas, derradeiras atalaias dos meus arraiais da mocidade».

Contemplando a ruína material do seu corpo, só lhe restava aquela espiritualidade fugaz da glória no futuro. Será que se considerava seguro dela ou suas aspirações não passariam de um dos muitos devaneios poéticos?

Se não me engano foi de Pascal esse conceito que é como uma síntese das belas existências humanas: «Le vie heureuse est celle qui commence par l'amour et qui finit par l'ambition».

Na vida de Castro Alves, mais que na de qualquer outro poeta brasileiro, sente-se vibrar essa força do pensamento pascaliano. Aos doze anos brotam os primeiros versos: traduções de odes de Horácio e poemas de Vítor Hugo, seu mestre adorado. Aos dezasseis principiam os casos amorosos, mas já aos vinte, a fama envolve o seu nome. Tudo é rápido e vertiginoso nessa vida curta, que terminou aos vinte e quatro anos...

Do amor para a glória: a transição é violenta. Abala no íntimo aquele temperamento estuante. A tuberculose ronda a porta do pobre mortal, a quem os deuses querem perder, tantos são os fados adversos. Na poesia «Mocidade e Morte», acentua-se o tom profético:

.....«Dentro em meu peito  
Um mal terrível me devora a vida  
.....  
Fora louco esperar; Fria rajada  
Sinto que do viver me extingue a lampa...  
Resta-me agora por futuro — a terra,  
Por glória nada, por amor — a campa...»

Como deveria estar esvanecido aquele soberbo engenho, cujo traço característico era um orgulho altaneiro. Orgulho de condor, rei dos ares e dos Andes, sempre nos seus poemas. A ideia de chamar poesia «condoreira» àquela exaltação dos momentos indefiníveis do seu estro, veio dali, da frequente evocação da cordilheira andina,

«Que além nos ares, pelo céu flameja»

O poeta contemplava introspectivamente o próprio declínio. Fugiam-lhe as forças para viver, quando maior era a ânsia de vida. Uma inspiração divina anunciava-lhe o fim próximo. Morreu naquela idade que é a da floração do amor e do heroísmo romântico.

Afrânio Peixoto, baiano como Castro Alves e um dos seus grandes devotos, sintetizou magnificamente a vida efémera e ardente do cantor da «Cachoeira de Paulo Afonso»:

«Havia cumprido rapidamente o seu destino: em seis anos fôra do Recife a São Paulo, pela Baía e pelo Rio e arrebatara multidões, propagando a Abolição e a República; entoara os mais suaves cantos de amor e ardera nas chamas da paixão correspondida, levava à cena o seu drama patrió-

tico e imprimira o seu livro imortal, sob aplausos e bençãos...»

Em verdade os gritos lancinantes dos escravos no «Navio Negreiro» acordaram as consciências endurecidas pelo tráfico infame. À semelhança da novela «Uncle Tomas Cabin» de Beecher Stowe, nos Estados Unidos, a poesia social de Castro Alves valeu muito mais do que os discursos políticos para a abolição da escravatura no Brasil. Tinha o poeta rápida e completamente cumprido o seu destino supremo.

\*  
\*   \*  
\*

### ERUDIÇÃO E HUMANISMO

Lendo numa dessas frescas manhãs de primavera algumas páginas de Azorin, um agradável volumezinho — *El artista y el estilo* — encontrei um conselho digno da maior divulgação, sobretudo em uma Universidade. Nada menos do que uma receita sobre «a maneira de ser sábio»...

Buscando companhia aquele peregrino artista da língua espanhola recorre a Montaigne. E louvando-se na claridade do autor dos *Essais*, com ele repete: «Não se trata de saber quem é *mais* sábio, senão quem é *melhor* sábio».

Desenvolvendo a teoria, o esperto senhor de Montaigne afirma que nem a erudição, nem as línguas, nem a filosofia nos dão inteligência. A inteligência é independente da erudição. E daí que um labrego, sem saber nada possa ser mais inteligente que um famosíssimo e eloquente doutor. «Somos sábios — diz ainda Montaigne — da ciência presente, mas não o somos nem da passada nem da futura».

E para ilustrar, Azorin busca exemplos: Cita o caso das concepções relativas à história, à moral, à estética, que parecem sujeitas à moda como o traje e os costumes. O erudito de cada época tem uma sobrecarga de conhecimentos, considerada no seu tempo indispensável mas logo depois esquecida...

Especificando ainda mais, o elegante prosador hispânico refere que no século dezoito — período dos mais brilhantes da vida intelectual da Espanha — se organizou um catálogo no *Seminário Erudito*, com a biblioteca ideal, a biblioteca que todo o grande erudito, todo o homem sábio deveras, deveria conhecer. Pois bem: a maioria dos autores ali apontados foram completamente olvidados e não merecem actualmente a menor atenção.

Que deduzir daí? A inutilidade da erudição? Longe de mim, heresia... Mas salta aos olhos a lição de humildade para todo o homem de ciência.

Essa lição foi principalmente a da vida de Afrânio. Como se fora hoje lembro-me de uma carta que me escreveu para o México em 1942, onde eu promovia a tradução espanhola da sua *Pequena História da América*. Com insistência pedia o grande mestre e amigo que lhe emendasse os erros que encontrasse. — Às vezes carregava a nota de humorismo — sal de todas as suas palestras — e um dia asseverou em uma conferência sobre clima e saúde, realizada na Escola Politécnica do Rio, que a medicina moderna tinha muito pouco acrescentado aos famosos tratados de Hipócrates sobre os ares e as águas...

O senso crítico mais que tudo formou característica da sua actividade intelectual. A capacidade para separar, para distinguir, para classificar, para pôr as coisas nos seus lugares.

E tudo isso fazia suavemente e de mansinho. Sem estardalhaços. Retificando a opinião de Joaquim Nabuco, cujo aticismo de linguagem não podia compreender a prosa cheia de nervos de *Os Sertões*, diz numa das melhores sínteses da nossa história literária: «Nabuco disse que fôra escrito com um cipó: é o seu elogio. Este cipó, com que Euclides escreveu *Os Sertões* arrastou os sertões até nós». (A. Peixoto, *Noções de História da Literatura Brasileira*, Rio, 1931, pág. 207).

Sempre disposto a louvar, também sabe ser severo. Prefaciando a edição comemorativa do segundo centenário de *O Uruguai*, de Basílio da Gama, conclui: «Em técnica literária se há-de dizer que é mal composto o poema. E o enredo não tem nexos nem senso comum». Chega a dizer que a «matéria narrada no *Uruguai* não daria um conto medíocre»...

Entretanto se o crítico é duro com o poeta, enche-se o homem de piedade com os desastres na vida do poeta. Basílio da Gama costumava ir a Sintra, passeando a pé. Numa das vezes sofreu um assalto de ladrões, que lhe tiraram tudo, até a roupa, deixando o poeta em trajes edênicos. Gritam-lhe então os assaltantes:

— Agora ponha-se ao fresco...

— Já o estou, responde Basílio,... pois quentes ficam Vocês com a minha roupa...

A comiseração diante da desgraça ou da fraqueza alheia levou-o a cometer outros prefácios, em que prima pelo oposto da medalha. Eram autores vivos e Afrânio empenhava-se, sendo amável, em encontrar-lhes qualidades. Por isso quase sempre, o crítico literário nele só vale e só deverá ser levado em consideração no estudo dos autores mortos...

E entre esses, seu culto a Camões alcançou todos os graus de uma liturgia. Para nós brasileiros, Camões representa aquele *background* de cultura, sem o qual ficaríamos no mundo sem razão de ser... Porque como não se compreende *Os Lusíadas* sem Portugal, não se compreenderia o Brasil sem a Lusitânia. São ramos da mesma árvore, lados do mesmo ângulo.

E para terminar, nesta Coimbra, da Universidade, modelo de humanismo, cuja cultura deu forma e sentido histórico a toda uma empresa no ultramar, quero que fique — como um eco suspenso entre ambos os lados do Atlântico — estas palavras de Afrânio, ao iniciar uma palestra:

«Dos prodígios que fez Portugal no Mundo, dois maiores fez: Camões e o Brasil. Na associação desses dois nomes há, pois, como que a fraternidade de um irmão que não morre, a outro que é imortal.»

RENATO DE MENDONÇA

Sócio do Instituto de Coimbra

Cônsul do Brasil no Porto

# EÇA DE QUEIRÓS

(ALGUNS ASPECTOS MILITARES  
NA SUA OBRA)

SR. PRESIDENTE;  
MINHAS SENHORAS;  
E MEUS SENHORES:

A obra de Eça de Queirós é muito conhecida e está melhor ou pior estudada. Já em vida do Escritor se fizeram críticas; e, ultimamente, com a aproximação do centenário, muitos trabalhos têm aparecido encarando o conjunto debaixo de variados aspectos.

Creio, porém, que ninguém ainda se lembrou de notar certos aspectos militares na obra queirosiana. É natural, porque o Escritor quando por acaso abordou um ou outro assunto ligado com a milícia, não o fez com conhecimentos especiais, não o fez também com intenção doutrinal ou mesmo crítica — e quero crer que apenas os tratou com leveza e ligeireza, sem preocupações de profundidade, apenas com «uma atenção errante e sorridente»<sup>(1)</sup> como a que prestou a certa campanha longínqua entre nações orientais.

Nem por isso, contudo, deixam de merecer interesse, de mais a mais agora, todas as referências às guerras, aos chefes militares, aos exércitos da época; todas as alusões ligeiras à este ou àquele tipo militar e uma ou outra evocação de lutas e episódios passados. Anda tudo disperso pela obra relativamente vasta do Escritor, mas reunindo intencionalmente, não só dá a impressão de um todo, embora nem sempre com unidade, como também

---

<sup>(1)</sup> *Chineses e Japoneses*, a pág. 52 das *Cartas Familiares e Bilhetes de Paris*.

é uma clara afirmação da sua maneira de pensar perante certos problemas da época.

É evidente que E. de Q. com o seu espírito elevado de artista, não poderia simpatizar com a guerra nem com os instrumentos que as nações mantinham com aparato para a desencadear e a manter — ou sejam os Exércitos; também não poderia levar a sua simpatia para os homens que dirigem as massas armadas, esses «homens de guerra e de rapina» (1) que, por cálculos e a frio, ocasionam milhares e milhares de mortes; e não deveria considerar muito o nosso exército que ele começou a satirizar pelos modelos da acanhada guarnição de Leiria onde observou oficiais passeando indolentemente em frente do grande chafariz «com a farda desapertada sobre o estômago...» (2).

É certo também que o ambiente em que a sua mentalidade tomaria alguma forma, quando integrado na «extraordinária geração» que tumultuava por Coimbra pelos anos de 1860 a 1866 (3), era naturalmente propício ao desenvolvimento das tendências negativistas. Por um lado, nas esferas governativas, tomada a lição da Maria da Fonte, «o sistema de violência foi abandonado como inútil» e adaptado «com êxito o ductil método da habilidade» como viria a dizer o biógrafo do Conde de Abranhos (4); por outro lado, na Academia havia «um grande tumulto mental» derivado, nem mais nem menos, da descoberta que ela fizera da Humanidade... (5) E essa agitação adoçada, em todo o caso, pelo «ar de Coimbra» que «de noite andava todo fremente de versos» (6) tinha um sentido elevado, uma intenção idealista e progressiva, que se opunha, em primeiro lugar, aos métodos de rotina universitária e, a seguir, aos próprios métodos governativos que não conseguiam esconder à vivacidade dos

---

(1) *Crónicas de Londres*, 15.ª, a pág. 255. «Les hommes de proie...» chamou-lhes Vitor Hugo (*L'âne*, cap. IX).

(2) *O Crime do Padre Amaro*, pág. 16.

(3) *Notas contemporâneas*, pág. 45.

(4) *O Conde de Abranhos*, pág. 55.

(5) *Antero do Quental*, a pág. 356 das *Notas Contemporâneas*.

(6) *Ibidem*, pág. 358.

rapazes, deslumbrados pelas «torrentes de cousas novas» que vinham causar «uma vasta crepitação e uma vasta fumarada» (1) a subtil política de captação e de suborno.

Ora de facto, depois de tanta luta ao longo de trinta anos, o exército saíra bastante mal ferido. O prestígio adquirido durante a Guerra Peninsular, assim como na vitória, nem sempre fácil, sobre as forças absolutistas, desaparecera; e a disciplina deslaçara-se com essa constante repetição de revoltas e intervenções de vária espécie na vida política do país. Ao mesmo tempo, os políticos que, com o tal «ductil método da habilidade» se mantinham no poder, viram a necessidade de enfraquecer a força armada e mantê-la em circunstâncias de não intervir na acção governativa. E, até certo ponto, convinha-lhe a depressão a que chegou.

A mocidade, porém, não veria, certamente, a série de causas que, a pouco e pouco, foi reduzindo o exército a estado inferior. Para esses rapazes, atacados de Ideal e que ainda sentiam, algum tanto, «um vago cheiro de pólvora» que fora queimada em 1848 (2), a instituição militar deveria estar desacreditada. Nada havia que impusesse o exército nem mesmo pela imponência exterior de grandes paradas e de manobras sérias; e assim, à reprovação natural da guerra, em si, e ao militarismo caracterizado na existência dos pesados exércitos permanentes com acentuado espírito de casta que, por toda a parte, ameaçavam a Paz, havia que acrescentar a aparente inutilidade da nossa força pública que, pouco depois Ramalho Ortigão redicularizaria dizendo que era composta por grupos de homens encarregados de impelir, adiante de si, com passo mais ou menos rápido, uma charanga a tocar... (3)

De tudo isto viria a má vontade da notabilíssima geração; e como, pelo caminho de ferro «rompiam cada dia, descendo da França e da Alemanha (através da França) torrentes de

---

(1) *Ibidem*, págs. 355-356.

(2) *Os Maias*, vol. I, pág. 42.

(3) *As Farpas*, vol. X, pág. 308 (2.ª ed.).

cousas novas» que contrastavam com as cousas velhas cá de dentro, os rapazes notavam que «cada manhã trazia a sua revolução» (1). E assim, a bem dizer, «aquela época foi uma pequena *Restauração...*» (2).

Não caberia nos limites deste trabalho, desenvolver as influências que causaram aquela revolução e, verdade, verdade, são suficientemente conhecidas.

Michelet, Nerval, Baudelaire, Balzac; ou Hegel, Goethe, Heine, Vico, Taine, Proudhon e ainda Hugo, o velho Hugo, o «divino velho» (3), Edgard Pöe, Musset, Gauthier; e, noutro campo, o grande Darwin, etc., etc.

Com toda esta revoada de ideias altas, que a mocidade absorvia com certa ansiedade e, possivelmente, com alguma ligeireza, consequência da confusão natural da época — como se poderia pensar que a guerra, o monstro informe, os pesados exércitos permanentes e, em especial, o nosso, decaído, mal fardado, mal pago, com precária disciplina, sem espírito militar, merecessem qualquer simpatia ou um pouco de respeito? Assim, no espírito da gente moça, se formaria, para a vida toda, a opinião desfavorável que abrangia a guerra em geral e gradualmente viria descendo até às mais modestas exteriorizações do abandonado exército português.

Depois, na própria literatura nacional do tempo não se notava tendência para exaltar a guerra; pelo contrário: havia certas canções em voga que em tom lamuriento lastimavam a «triste vida do soldado» e os malefícios das batalhas.

Além disso, era natural em homem de letras como E. de Q. a ignorância de assuntos de carácter militar; a sua curiosidade e desejo de saber, voltar-se-iam para bem diferentes e até opostos problemas; e quando, ao percorrer nações estranhas, teve ensejo de ver e comparar, as impressões que primeiro sentira, não se deveriam modificar grandemente. Desde Leiria onde viu

(1) *Antero do Quental*, a pág. 355 das *Notas Contemporâneas*.

(2) *Uma carta (A Carlos Mayer)*, a pág. 131 das *Prosas Bárbaras*.

(3) Carta ao Conde de Arnoso (1885) a pág. 89 da *Correspondência*.

os tais oficiais com a farda desapertada, até às espetaculosas e brilhantes revistas de Longchamps durante o 2.º Império, as observações dariam o mesmo resultado.

Ora dessas observações, deixou o Escritor sinais bem patentes em toda a obra: com alegre despreocupação nas suas primeiras prosas; e com aparente seriedade, mais para diante, quando os anos lhe impunham formas mais severas e intencionais mas nem por isso menos irónicas.

Vamos vê-las, melhor ou pior.

\*

A guerra, na verdade, não deixava de ser um dos «factos supremos que interessam o homem culto» (1); mas, ao mesmo tempo, como fonte constante de malefícios, não deve deixar de provir de inspiração diabólica como nos planos de batalha de Atila (2), como nas visões dos eremitas do deserto que o bom Cristóvão servia (3), como na «energia selvagem» do casal dos Macbeth (4), como na sedução que pode exercer nos que apeteçam a glória à custa de toda a espécie de violência (5).

O tumulto bélico é digno de ser amaldiçoado; o lume, «o bom lume» queixa-se do homem que o obriga «a devastar na guerra» (6); e o ambiente que produzia era cheio de «brutalidade» (7) e não havia nele «senão miséria e mal» (8).

Tudo isto se colhe nas páginas queirosianas e ainda muito mais: a guerra não se desencadeia por si; os homens é que

---

(1) Carta IV. A Manuel... nas *Cartas inéditas de Fradique Mendes e mais páginas esquecidas*, págs. 27-28.

(2) *O Senhor Diabo*, a págs. 112-113 das *Prosas Bárbaras*.

(3) *S. Cristóvão*, a pág. 100 das *Últimas Páginas*.

(4) *Macbeth*, a págs. 18 e 25 das *Prosas Bárbaras*.

(5) *S. Frei Gil*, a pág. 347 das *Últimas Páginas*.

(6) *O Lume*, a págs. 147-148 das *Prosas Bárbaras*.

(7) *Joana d'Arc*, a pág. 4 das *Cartas Familiares e Bilhetes de Paris*.

(8) *S. Frei Gil*, a pág. 347 das *Últimas Páginas*.

muito deliberadamente a promovem; já a existência dos exércitos representava «a perene e arruinadora ameaça da guerra» (1); mas o seu emprego era feito a frio, «com vagar e método» como o bombardeamento de Alexandria em 1882 (2) ou como na luta da Turquia com a Grécia, nos fins do século passado, «toda concebida no espírito do século XIX racionalista e positiva» (3). E as suas causas eram normalmente ou os interesses económicos, a usura dos grandes capitalistas protegidos por Estados, ou outras igualmente desagradáveis: lá estava Catão, decidindo a «última guerra púnica mostrando aos olhos gulosos do Senado a beleza e o tamanho dos figos de Cartago» (4); lá estavam os possuidores dos títulos da dívida egípcia, em 1882, a fomentarem a campanha (5); e de tudo só resultava a fome, a desolação das terras, e «rasgar as carnes de outros homens» muitas vezes para que «o Senhor Rei possua mais um castelo ou alargue para além dum rio as fronteiras do seu reino» como lamentava o moço Gil de Valadares (6).

Duma maneira ou doutra, E. de Q. deixa sempre uma impressão de repúdio pela guerra, quer pela sua origem, quer pelos seus meios quer ainda pelos seus fins e resultados. E de tudo isto vem, certamente, o triste comentário quando, no vale do Nilo com Fradique, olhou para o rio «paternal e fecundo», para as «palmeiras de Giseh finas e como de bronze sobre o ouro da tarde» que abrigavam «aldeias que têm a simplicidade de ninhos», para as pirâmides «á orla do deserto no orgulho da sua eternidade» e pensou que «para viver nesta suavidade e nesta beleza, os povos travam entre si longas guerras» necessárias,

---

(1) *Aliança Franco-Russa*, a pág. 98 dos *Ecos de Paris*.

(2) *Os Ingleses no Egipto*, a pág. 128 das *Cartas de Inglaterra*.

(3) *As catástrofes e as leis da emoção*, a págs. 252-253 das *Cartas Familiares e Bilhetes de Paris*.

(4) *Cozinha Arqueológica*, a pág. 328 das *Notas Contemporâneas*.

(5) *Os Ingleses no Egipto*, a págs. 131 e 161 das *Cartas de Inglaterra*.

(6) Respectivamente *S. Cristóvão* a págs. 110-113 e *São Frei Gil*, a pág. 342 das *Últimas Páginas*.

evidentemente para a conquista da fecundidade excepcional do rio sagrado (1).

Não há, pois, na obra queirosiana, sinais de simpatia pela guerra; por muitas formas que encare esse tremendo fenómeno, tinha sempre embargos a opor. E até o velho Marte, o simbólico Marte, é adjectivado em vários passos, de maneira conclusiva: bestial, truculento e homicida... (2)

Os exércitos, meios com que se fazem as guerras, também não têm na obra do Escritor palavras de simpatia. Não chegou a dizer com a clareza do seu admirado Proudhon que julgou sempre a baioneta mais brutal que inteligente (3); o seu temperamento fazia envolver o que pensava por forma agradável, sem arestas que incomodassem.

Veja-se, por exemplo, como o Escritor notou a evolução dos exércitos que, a pouco e pouco, deixaram de ser *reais* para serem *nacionais* «desde que Luís XIV teve a fístula...» (4) Pôs de lado a evolução natural, o conjunto de circunstâncias que obrigou a modificação da força armada para ver apenas (com evidente influência de Michelet) o ridículo e o pitoresco da doença do Grande Rei — doença que também serviu para ironias de Anatole France e de Pio Baroja (5); como para certos escritores, por exemplo, a areia na uretra de Cromwel (6) ou a constipação de Napoleão em Borodino (7) serviram para explicar outros sucessos.

Veja-se, também, como noutro passo, ele define Civilização

(1) *Correspondência de Fradique Mendes*, págs. 52-53.

(2) Cfr. *As Rosas* a pág. 302 das *Notas Contemporâneas* e *Joana d'Arc* a pág. 5 das *Cartas Familiares*.

(3) «... j'ai toujours cru la baionnette plus brutale qu' intelligente...» (Proudhon: *Les Confessions d'un Revolutionnaire*, cap. XIX, pág. 311).

(4) *Ecos de Paris*, cap. xv, pág. 191.

(5) Cfr. *Le Crime de Sylvestre Bonnard*, pág. 50 e *La Caverna del Humorismo*, pág. 276.

(6) Teixeira de Pascoais: *Napoleão*, pág. 382.

(7) Tolstoi: *Guerra e Paz*, pág. 489.

pela posse de muitos couraçados e muitos canhões Krupp (1); como ele vê com subtil graça, naturalmente necessário ao equilíbrio das grandes cidades como Paris e elementos da «sua grandeza» para garantir a «eternidade da sua luz», um conjunto de personalidades que vai das Duquezas e Políticos às Cortesãs e aos Judeus, no meio das quais aparecem os Generais, representantes da força necessária àquele equilíbrio (2).

É certo que notã muito bem o que há de exterioridade e espectáculo na apresentação dessa força: «o vivo ruído das músicas militares (3), os exercícios feitos nas praças públicas (4); as paradas solenes como a da nossa velha abertura de cortes «que os Estados Maiores adoram porque se movem e reluzem» (5); o brilho dos uniformes que exerce sempre prestígio sobre a gente moça e, em especial, sobre as mulheres como aconteceu a certos contemporâneos de Amaro no Seminário (6) e às criadas de bom José Barrolo (7), à D. Felicidade, a apaixonada platónica do Conselheiro Acácio (8) e à própria S. Joaneira... (9) Acentua mesmo o efeito dos uniformes ingleses, vermelhos, escuros e brancos, cuja imponência resplandecia (10); o aparato, apenas aparato, do soldado romeno «admirável nos jardins ou nos cafés...» (11); e a pompa excepcional das paradas de Longchamps que causava palpitações e estranhos sentimentos de guerra e de glória... (12).

(1) *O 14 de Julho. Festas oficiais. O Sião*, a pág. 63 dos *Ecos de Paris*.

(2) *A Cidade e as Serras*, págs. 50-51.

(3) *De Port-Said a Suez*, a pág. 13 das *Notas Contemporâneas*.

(4) *O Crime do Padre Amaro*, a págs. 207 e 439.

(5) *Carta de Lisboa para o Distrito de Évora*, n.º 6, de Janeiro de 1867, publicada na *Seara Nova*, n.º 851, pág. 236.

(6) *O Crime do Padre Amaro*, págs. 207 e 439.

(7) *A Ilustre Casa de Ramires*, págs. 373 e 375.

(8) *O Primo Basílio*, pág. 43.

(9) *O Crime do Padre Amaro*, pág. 90.

(10) *O Egipto*, págs. 23 e 24.

(11) *Crónicas de Londres*, 2.ª, a pág. 22.

(12) *O Mistério da Estrada de Sintra*, pág. 153.

Note-se: *estranhos* sentimentos de guerra e de glória...

Em compensação, para contrapor a todo este brilho exterior, vai lembrando que os exércitos são um peso enorme que em França «o orgulho patriótico obriga a manter» e na Alemanha vai sugando a nação «fibra a fibra»<sup>(1)</sup>; que são uma força conservadora, estacionária que, já de longe, mantém o papel de guarda das classes dominantes<sup>(2)</sup> e na época do Escritor eram mais ou menos a mesma cousa<sup>(3)</sup>; e que, na recente repressão da Comuna, os regimentos «numa demência de represálias, fizeram uma exterminação à antiga...»<sup>(4)</sup> Etc., etc.

Por isso E. de Q. põe o milhafre do conto a dizer que o homem abandonara a alma «à negra matilha do mal» e guardara para si o corpo: «para esse, uma religião, um asilo como o sol, os sete selos da lei e a escolta de regimentos»<sup>(5)</sup>.

Quanto a Portugal, tudo se passa em proporções mais modestas; mas as críticas não deixaram de ser aceradas nos seus primeiros tempos das *Farpas* quando escreveu algumas páginas de alegres e despreocupadas observações em que, diga-se a verdade, havia muito de exagero mas também muito de bom senso e de justiça<sup>(6)</sup>.

O exército, em Portugal servia para apoio da política e era ameaça contra qualquer inovação em ideias: «mera questão de Guarda Municipal...» como dizia André Cavaleiro<sup>(7)</sup>.

Todas estas alusões e observações revelam, a meu ver, que o Escritor, espírito de elevada tolerância, não nutria qualquer conformismo com a existência de guerras e de exércitos. E certamente veio deste seu inconformismo a causa da morte do incom-

(1) *A Europa*, a págs. 201 e 203 das *Notas Contemporâneas*.

(2) *Israelismo*, a pág. 68 das *Cartas de Inglaterra*; e *Os Duelos. A Amnistia*, a pág. 26 dos *Ecos de Paris*.

(3) *Crónicas de Londres*, 9.<sup>a</sup> crónica; e *Os Duelos. A Amnistia*, a págs. 26 dos *Ecos de Paris*.

(4) *Ecos de Paris*, pág. 6.

(5) *O Milhafre*, a págs. 92 e 94 das *Prosas Bárbaras*.

(6) Cfr. *Uma campanha alegre*, I, cap. II, pág. 42; e cap. III, pág. 48.

(7) *A Ilustre Casa de Ramires*, pág. 299.

parável Fradique Mendes, atacado por um resfriamento por não querer vestir, ao sair dum baile, a peliça dum velho general «rabugento e catarroso» que a trocara no vestiário, pela sua «confortável e rica» peliça russa. A sua «repugnância intolerante» causou-lhe «uma forma raríssima de pleuriz» — e assim morreu o homem perfeito da obra queirosiana! Não quis vestir a peliça dum general!... (1)

\*

É também curioso ver como o Escritor compreendeu as guerras ou simples campanhas coloniais da sua época.

Evidentemente alheio a assuntos desta ordem, oscilava nas explicações, tanto mais que os sucessos se apresentariam com certo aspecto confuso e contraditório.

Além disso, ao tempo, em Portugal, a crítica de campanhas não era de molde a servir de apoio para os alheios no assunto; ainda se vivia das interpretações metafísicas, da consequência das inspirações, dos acasos, da Providência, dos heroísmos, das resoluções súbitas do Génio — erros que se mantiveram até tarde na nossa literatura militar. Assim, não admira que qualquer escritor interpretasse os sucessos consoante as aparências e ao sabor da fantasia ou (como no caso de E. de Q.) da fina graça e bom humor.

Admite, vagamente, a intervenção de «Minerva armada» em Plateia, ou seja a intromissão de «Razão» (2); admite certos elementos casuais como (na esteira de Vítor Hugo) a chuva em Waterloo (3) ou a traição amorosa de mulher em Novara (4) ou ainda, desprendidamente, o «Fado ou a Providência ou a Entidade qualquer que lá de cima» decide nestes casos (5). Outras

---

(1) *Correspondência de Fradique Mendes*, págs. 103 e 104.

(2) Passo escrito em 1890 citado por Lopes de Oliveira a pág. 86 da sua citada obra.

(3) *Cartas de Lisboa*, 13.ª carta, de 11 de Julho de 1867, no *Distrito de Évora*, n.º 53, publicada na *Seara Nova*, n.º 862, a pág. 88.

(4) *Ibidem*.

(5) *Cartas de Inglaterra*, pág. 1.

vezes emprega um «sem se saber como» ou «sem se saber muito bem como» que indicam a despreocupação de encontrar os motivos (1).

É certo, porém, que ainda novo, considerava a necessidade do saber e da inteligência para dirigir exércitos e não «bravura e pulso» (2) ou o simples «arranque individual» (3); e mais tarde notou a forma científica que Moltke dava às suas concepções (4) e ao rigor com que os navios de guerra exerciam a sua acção devastadora «pelas forças combinadas do vapor, da hidráulica e da electricidade» (5).

Foi assim, com esta incerteza que vai do Fado ou da Providência até ao rigor científico, que observou, criticou ou comentou a guerra da separação nos Estados Unidos; a guerra franco-prussiana de 1870 vista como justo castigo para o 2.º Império que levou a França à leviana e falsa posição de grandeza, e na qual notou que quem comandava, do lado alemão, era Moltke e não Hegel (6); — a guerra entre a Rússia e a Turquia a cujas fases procurou dar explicações racionais mas que não passaram de finíssimas e graciosa ironias; — a campanha inglesa no Afeganistão, em 1880, que é crivada de comentários alegres em que não é poupado o soldado inglês que sem chá e sem açúcar se bate fracamente (7); — a campanha inglesa no Egipto, em 1882, em cujos comentários há muita irreverência apar de certas observações judiciosas, onde mistura «a excelência da bolacha de munição» com «os talentos do Estado Maior» e onde também se focam os métodos de absorção colonial da Gran-Bretanha e a desproporção que havia entre o exército inglês e o pobre exército egípcio «deplorável grupo de homens» que constituia apenas, uma «veleidade bélica do Pacha» (8); — e finalmente a guerra

(1) *Crónica de Londres*, VI, a págs. 106-108.

(2) *Uma campanha alegre*, vol. I, cap. XVII, pág. 155.

(3) *Crónicas de Londres*, II, pág. 22.

(4) *O Conde de Abranhos*, pág. 133.

(5) *Os Ingleses no Egipto*, págs. 175-176 das *Cartas de Inglaterra*.

(6) *Almanaques*, a pág. 545 das *Notas Contemporâneas*.

(7) *Afganistão e Irlanda*, a págs. I e seg. das *Cartas de Inglaterra*.

(8) *O Egipto*, pág. 87.

entre o Japão e a China, em 1894-1895, primeira experiência nipónica de predomínio no continente, que para o Escritor somente mereceu «o interesse divertido duma pantomima militar passada numa região de fantasmas onde a política é dirigida pelas fadas e os príncipes são picarescos...» e à qual dirigiu «uma atenção errante e sorridente...» (1)

Esta atenção errante e sorridente foi, afinal, a que prestou a todos os conflitos armados da sua época: errante porque se não fixava demasiadamente no assunto, vagueava à sua volta, olhava-o com despreocupação; sorridente porque o seu espírito mordaz não deixava tomar a sério as lutas armadas, na realidade fenómenos muito rudes e brutais para merecerem as honras de serem concebidos e dirigidos por homens de génio.

Foi assim também que, mais ou menos, observou os exércitos europeus da época: direi talvez que como «um simples artista» ele fez essa observação (2).

O exército inglês, por exemplo, foi visto por vidros alegres; e a maior impressão que deixou no Escritor foi a do pitoresco e variedade dos seus uniformes. O valor dos chefes não era considerado muito grande, pois via o inglês «impermeável às civilizações alheias» ou hirto, escarpado, talhado a pique como as costas da sua ilha (3) e por consequência de tal forma tradicionalista que dificilmente se acomodaria às necessárias adaptações perante o progressivo evolucionar das artes da guerra; e de tal forma lhe pareceram divertidos os soldados britânicos que, em Gibraltar, na sua viagem ao Oriente em 1869, deparou, ao desembarcar, com «um batalhão vermelho e loiro» que «manobrava ao som da canção do General Bum...» (4).

---

(1) *Chineses e Japoneses*, a pág. 49 das *Cartas Familiares e Bilhetes de Paris*. Lembra o passo de Carlyle a propósito de guerras longínquas que fazem o efeito de alegre marcha de bandas militares (*The French Revolution; a History*, vol. I, liv.º II, cap. VI).

(2) Cfr. *Notas Contemporâneas*, pág. 48.

(3) Cfr. *Cartas de Inglaterra*, pág. 197.

(4) *O Egipto*, pág. 10. Cfr. *O Mistério da Estrada de Sintra*, pág. 69.

Notem V. Ex.<sup>as</sup>: nada como a tão conhecida e popularizada canção da *Gran-Duquesa* de Offenbach, para tirar a gravidade que a manobra do batalhão poderia ter... (1)

E assim, ligeiramente, em muitos passos, como «homem que passa, infinitamente curioso e atento» (2) E. de Q. apreciou o exército britânico nas lutas em que entrou a Inglaterra, sem aprofundar o que havia de método, de persistência, de tenacidade e de merecimento nos processos empregados; e o artista e o romancista não estiveram para estudar o que havia de sério e de sólido por detrás daquele batalhão que em Gibraltar manobrava com música de Offenbach.

Acerca do exército francês, o Escritor foi mais parco em impressões. Considera a raça gaulesa «raça de guerra e de ruídos» (3), mas capaz de constituir exército sem aspectos agressivos, dentro do alto equilíbrio da inteligência e do «discreto temperamento apurado ainda pela cultura e disciplina social» (4). E com uma ou outra ironia passageira aqui e além, se limitam as referências ao brilhante exército; talvez que a sua admiração pela França lhe moldasse o critério; e a impressão da derrota de 70 que tão fundo sulco deixou na sua geração, lhe refreasse a tendência para a troça.

Quanto ao exército alemão as alusões são mais complexas porque, ao mesmo tempo que comenta com ironia e graça, E. de Q. abrange o aspecto do militarismo e do espírito de casta e predomínio que o caracterizavam há muito. O seu pensamento, escrito nos últimos anos da vida, quase se pode resumir nesta frase: «... a mim, o que me estraga a Alemanha, é a presença do prussiano» (5).

É natural que conhecesse o que, do povo germânico escreveram os antigos: Tácito, Seneca, César, o próprio Horácio

(1) Mais tarde, quando se fez a paz entre a Rússia e a Turquia, em 1878, as tropas confraternizavam ao som de *A Filha de M.<sup>me</sup> Angot* tocada com entusiasmo pelas bandas unidas (*Crónica de Londres*, pág. 221).

(2) *Correspondência de Fradique Mendes*, pág. 69.

(3) *Joana d'Arc*, a pág. 2 das *Cartas Familiares* cit.

(4) *Festas russas*, a pág. 193 do mesmo volume.

(5) *Paris e Londres*, a pág. 4 dos *Ecos de Paris*.

(que o escritor cita algumas vezes) e outros que confirmariam a evolução até aos tempos modernos dos caracteres de povo guerreiro que, como dizia Heine, eram tão próprios da sua natureza que os não podiam negar (1). O Escritor votava, pois, «um horror irracional e indomável» (2) a «esse quartel besuntado de metafísica que fica para além do Reno» ou a esse «vasto acampamento entrincheirado de in-fólios onde ronda e fala a Metafísica armada» (3) ou ainda a esse «quartel» onde vive latente «o furor teutonicus» que a política do Sr. de Bismarck procurava despertar «com as suas altas botas de couraceiro» (4). Na Alemanha tudo se militarizava «desde as escolas até às gares, uniformizando o alemão no corpo e na alma» fazendo-lhe perder «tudo o que havia de livre, de expansivo e de grande na sua natureza...» (5). Os próprios professores afastaram-se da sua missão em 1870 para irem «de óculos, de grandes barbas ruivas, mas sem compêndio» e «com uma espingarda» combater contra a França (6). Enfim, para ser mais claro: «o próprio génio se lhe estreita sob o peso do capacete...» (7).

O exército alemão era, pois, como em Esparta, o instrumento com que a nação contava não para sua defesa mas para realizar as suas ambições de domínio (8).

Muitos e vários são os passos em que o Escritor deixou sinais do seu «horror irracional e indomável»; e não é o menos notável aquele em que faz o extraordinário retrato do último Kaiser Guilherme II em que fica simbolizado o espírito que animava, na última década do século, o império germânico. Soberbas páginas são essas em que nos apresenta o homem que uns dizem ser «apenas um Hohenzollern» e outros «o mais perigoso

(1) *O tambor Legrand*, conto, XIII.

(2) *Vitor Hugo*, a pág. 121 das *Notas Contemporâneas*.

(3) *A Relíquia*, pág. 76.

(4) *A Europa*, a pág. 203 das *Notas Contemporâneas*.

(5) *Ibidem*.

(6) *Almanaques*, a pág. 545 das *Notas Contemporâneas*.

(7) *A Europa*, a pág. 203 do mesmo volume.

(8) Artur Boucher: *Les lois éternelles de la guerre*, vol. II, pág. 195.

dos reis...» (1). Tremendo libelo que teve muito de profético e que, a meu ver, é muito superior, em observação justa, em ironia e na própria energia da prosa, a outro retrato do mesmo Imperador feito na mesma época por Júlio Lemaitre, também perturbado pela estranha figura desse «diletante da acção» (2).

Há ainda, muito leve, uma referência ao exército brasileiro que E. de Q. considera formado por doutores: «De norte a sul, dizia Fradique Mendes a Eduardo Prado, na há, não encontrei senão Doutores! Doutores com uma espada, comandando soldados; ... Todos Doutores: o dr. Tenente-coronel... o dr. Vice-Almirante...» (3). Mais tarde, quando se proclamou a República no Brasil, volta a falar nos *bacharéis armados* (4) de natureza «jacobino-positivista» (5) que deveriam ser afastados para dar o lugar aos «Doutores de pena». Comentários interessantes não de todo fantasistas, como se está a ver, a que Fradique Mendes veio dar certa originalidade.

\*

Acerca dos chefes militares que mais se distinguiram como condutores de exércitos, aparecem na obra queirosiana variadas referências, não indicativas do conhecimento do verdadeiro valor desses homens, mas sim da ligeireza com que encarava essa espécie de problemas. Dir-se-ia que, à parte a pouca atenção para com o assunto, vacilava entre os seus dilectos Carlyle e Michelet quanto ao valor dos grandes homens e possivelmente achasse mais interessante para o seu espírito a subtil teoria do ironista superior que foi William Thackeray.

(1) *O Imperador Guilherme*, a pág. 33 dos *Ecos de Paris*.

(2) In *Les Contemporains*, 5.<sup>me</sup> serie, págs. 123 e seg.

(3) *Última carta de Fradique Mendes*, a pág. 384 das *Últimas Páginas*. Será curioso lembrar que em 1902 Unamuno escreveria: «...en America (latina)... el hombre público que no es General es Doctor» (*Le Educación*, a pág. 95 do vol. *La Dignidad Humana*).

(4) *A Revolução no Brasil*, a págs. 257-258 das *Cartas inéditas de Fradique Mendes e mais páginas esquecidas*.

(5) *Última carta de Fradique Mendes cit.*, pág. 386.

Fugidamente aparece certa referência aos homens providenciais, envolvida em graça e em troça e na qual compara Napoleão I, o Santo Padre Pio IX e o nosso grande estadista Rodrigo da Fonseca Magalhães... (1) e a verdade é que parece não tomar a sério o valor dos chefes, daqueles que possam dominar os homens ou perturbar o curso dos sucessos, tal como nos diz o humorista inglês que acontece «nessa miniatura da vida humana que se chama comédia» (2). Admira, até, de na velha Grécia, Sofocles ser recompensado com o comando duma esquadra pela beleza de uma das suas tragédias (3) — como se quisesse notar que na sua época o exército, em geral, andava afastado completamente de preocupações do espírito a ponto de ser incompreensível aquela tão singular distinção.

Os chefes militares não são muitos na obra queirosiana; e esses mesmos aparecem desligados de qualquer cenário próprio; vêm por incidente, a propósito de assuntos bem diferentes.

Aparece Joana d'Arc, evocada em belas páginas, de requintada sensibilidade, nas quais o Escritor alude ao bom senso da donzela, que penetrava e decidia «as cousas da guerra e do Estado com o propósito sagaz e bem avisado de um conselheiro que encaneceu nos negócios» e ao «sério e fino juízo no meio da alucinação mística» do ambiente (4). Aparece, muito ao de leve, o grande Turenne, ao contar um caso picaresco sucedido com certo político português ao subir, em tipoia, a rampa de S. Bento, em Lisboa; e é à simplicidade do notável general que E. de Q. recorre, para comparar a atitude do político perante uma intimação da polícia (5). Como acudiria à pena do Escritor o nome deste mestre da Guerra que, na verdade, tinha por um dos característicos, no meio das suas glórias, a simplicidade?

Vem também, noutro passo, alusão larga ao duque de

---

(1) *O Conde de Abranhos*, pág. 2.

(2) *Thackeray: O Livro dos Snobs*, I, pág. 8.

(3) *Ecos de Paris*, cap. XII, pág. 138.

(4) *Joana d'Arc*, págs. 1 e seg. das *Cartas Familiares* cit.

(5) *Uma campanha alegre*, vol. I, cap. XVI, pág. 147.

Marlborough, de nome John Churchil, notável inglês que conseguiu, à parte as aparatosas vitórias, elevar o valor do exército pela disciplina, e pela confiança moral no seu comando; ora deste homem, E. de Q. deixou um retrato diferente: «mero soldado bonito e esbelto, mas tão ignaro que apenas sabia assinar o seu obscuro nome de Churchill e lia com dificuldade aflitiva»; e embora vencesse «dez campanhas triunfais contra todo o poder de Luís XIV» continuava «engraçado e alegre, fraternal ao soldado e afável aos vencidos», «deslumbrante em manhãs de batalha» e à noite, «na tenda, entre cangirões de vinho, ainda deslumbrava, conversando, os generais prisioneiros que vinham de Versailles...» (1). O Escritor só viu o aspecto pitoresco e brilhante que lembra certa passagem de Macaulay (2); os seus planos tácticos ou estratégicos, o espírito de reforma que animou os seus exércitos, não lhe foram conhecidos — e se o fossem, passar-lhes-ia por de-cima, como inconvenientes à ligeireza e à graça da crónica relativa ao marquezinho de Blandford. E com razão... O vencedor de Malplaquet fica assim muito mais simpático.

Frederico da Prússia também perpassa na obra queirosiana de maneira singular: esse rei filósofo que ficou na história militar como um dos mestres, aparece apenas como um dos homens raros que sabiam ler naqueles tempos em que «o alfabeto ainda se não tinha democratizado» (3) e que devia toda a sua força, o seu ardor e as suas ideias, ao café, à «bebida dilecta, quase oficial do Racionalismo» a bebida que estimula «a Imaginação e a Razão indagadora» (4). Galante maneira de reduzir as proporções dum grande chefe militar!

Napoleão, esse, aparece em mais passos da obra — e diga-se

(1) *O Marquesinho de Blandford*, a págs. 480-481 das *Notas Contemporâneas*.

(2) *War of the succession in Spain*, in *Critical and historical Essays*, vol. II, pág. 97.

(3) Prefácio dos *Azulejos* de Bernardo Pinheiro de Melo, a págs. 133-134 das *Notas Contemporâneas*.

(4) *Encíclica Poética*, a pág. 468 do mesmo volume.

já, com bastante espírito de oposição e sentimento pejorativo como era natural; sem qualquer indício de reconhecimento das superiores qualidades de mestre na guerra. É interessante, até, notar a estranheza de E. de Q. perante os estudos que na sua época se faziam acerca do Imperador mais ou menos por influência da escola de Aulard os quais tendiam, segundo sua opinião, a ressuscitar «a lenda napoleónica» quando, afinal, eles não visavam à ressurreição da lenda senão à reconstituição da sua figura humana, despida exactamente do seu aspecto lendário ou, para me servir de expressão da escola positivista tão forte na época, de toda a explicação metafísica. Esses estudos visavam o conhecimento da sua educação militar, a origem e desenvolvimento da sua mentalidade de chefe, os primeiros contactos com a guerra e depois, o rigor dos seus planos, do seu sistema de campanha e do seu sistema de batalha, etc., etc. (1). De modo que, verdadeiramente, essa aluvião de livros que causava a admiração do Escriitor, não vinha reviver a lenda napoleónica mas sim acabar com ela — pois se reconhecera que o abandono das suas doutrinas entrara, como grande factor, nas desgraças recentes da pátria francesa.

E mais interessante é notar que exactamente o que a respeito de Napoleão deixaram alguns escritores seus predilectos como Hugo, Balsac, Heine, Michelet, Quinet, Taine e, em limites mais restritos o próprio Zola e, ainda nos seus começos Anatole France, dificultava bastante a reconstrução da sua figura humana.

De mais, o Imperador serve a E. de Q. quase como servia a João da Ega na «Vila Balsac» que o tinha em estatueta sobre o orbe terrestre «com um ar pançudo e fatal», para (quem sabe se sob a influência amável de Michelet (2)) se exercitar, sobre ele, a falar dos tiranos... (3).

E lá vem o cavalo branco a servir de tema aos arrobos ora-

---

(1) Cfr. *Positivismo e Idealismo* a pág. 262 das *Notas Contemporâneas*.

(2) Cfr. *Ma Jeunesse*, liv. II, caps. IV e V.

(3) *Os Maias*, I, 188.

tórios do conde de Abranhos<sup>(1)</sup>; a comparação com o nosso Rodrigo da Fonseca por nascer com uma perna às costas...<sup>(2)</sup>.

Na notável explicação de idealismo e realismo, lá está a terrível pejoração a respeito da parede lisa: tanto valia cobri-la de «escarros» como de «figuras imperiais» — e a figura imperial que serve para a comparação dos dois critérios de arte era a de Napoleão<sup>(3)</sup>.

E muito mais que seria fastidioso enumerar. No seu muito lido Proudhon e no amigo íntimo Oliveira Martins, por exemplo, E. de Q. encontraria juízos bem diferentes e de maior compreensão<sup>(4)</sup>; mas o Escritor não simpatizando com Bonaparte parece preferir qualquer reminiscência de Carlyle que mais ou menos propunha para o grande mestre da guerra um complexo de herói e charlatão<sup>(5)</sup>.

Outra figura notável é a de Moltke, forte personalidade que ficou na história pela segurança das suas concepções, pela maneira como aproveitou no armamento e nos transportes os progressos industriais e pela inteligente evolução que imprimiu à arte ou ciência de combater. Para uns, discípulo de Descartes; para outros continuador dos métodos napoleónicos; para E. de Q. um homem que «ocultamente» e «por desconhecidos processos científicos» procurava «a destruição infalível dos antigos exércitos comandados pelos métodos antigos da inspiração e da bravura». Esta maneira de ver é evidentemente influenciada pelo desastre de 1870; mas deve notar-se que esse homem «com cara de freire velho» trabalhava «sob um capacete de forma bárbara...» O Escritor não esqueceu que Moltke era prussiano e que o capacete que

---

(<sup>1</sup>) *O Conde de Abranhos*, pág. 165.

(<sup>2</sup>) *Ibidem*, págs. 2 e 83.

(<sup>3</sup>) *Idealismo e Realismo*, a pág. 195 das *Cartas inéditas de Fradique Mendes e mais páginas esquecidas*.

(<sup>4</sup>) Cfr. *La Guerre et la Paix*, t. 1, liv. 3.º, cap. IV; e *Napoleão* a pág. 71 dos *Perfis*.

(<sup>5</sup>) Th. Carlyle: *Lectures on Heroes, Hero-Warship, and the Heroic in History*, VI, in-fin.

cobria os «desconhecidos métodos científicos» tinha moldes bárbaros (1).

Era implacável.

Há também na obra queirosiana certas alusões a tipos militares do passado, das quais a mais notável é, certamente, a do brigadeiro «do tempo da Senhora D. Maria I» que o Escritor encabeça no ilustre polígrafo contemporâneo Pinheiro Chagas, em polémica notável nos jornais. A minha impressão é que a curiosíssima figura descrita com tanta graça terá a sua filiação não nos brigadeiros da época que eram bem poucos e não comandavam três veteranos em fortes sem importância, mas sim em Faria Azeredo, o capitão-mor da *Morgadinha de Valflor* que era na verdade «aparatoso e formidável» (2). Teria realmente E. de Q. na ideia essa figura tão típica do célebre drama do seu antagonista?

Há também outro tipo digno de nota, embora passe ligeiramente em duas páginas: o espadachim dos tempos da Restauração que aparece personificado no deputado Gorjão, «o famoso Gorjão». No retrato reminiscência, aliás confessada, de Balsac, há toda a semelhança com o velho Giroudeau, capitão reformado dos dragões da guarda imperial «tão poderosamente descrito» no emocionante romance das *Ilusões Perdidas* (3).

Ainda perpassa um coronel francês, jacobino emigrado que se batera em 1830, um dos primeiros educadores de Fradique Mendes, ao qual fazia traduzir, contrabalançando os alicerces espirituais, a *Declaração dos Direitos do Homem* e a *Pucelle de Voltaire* (4).

Mais moderno, mais ou menos contemporâneo do Escritor, aparece o general Camiloff «membrudo figurão de bigodes

---

(1) *O Conde de Abranhos*, pág. 133. É curioso, talvez notar que E. Zola, no seu romance *La Débâde*, tem juízo de certa semelhança; mas esta obra saiu em 1891 e o *Conde de Abranhos* foi escrito em 1879; fica excluída pois qualquer influência do escritor francês em E. de Q.

(2) *Brasil e Portugal*, a págs. 65-66 das *Notas Contemporâneas*.

(3) *O Conde de Abranhos*, págs. 183-184.

(4) *Correspondência de Fradique Mendes*, pág. 11.

brancos» com «nariz adunco de milhafre» e «dentes amarelos de cossaco», «heroico oficial das campanhas da Ásia central» a quem o bacharel Teodoro fora recomendado na aventureira viagem à China (1).

Todas as outras figuras militares são nossas, isto é, tiradas ao nosso exército; e como notou um crítico brasileiro, sê-lo-iam «invariavelmente de uma reminiscência pessoal ou de uma reminiscência literária» (2). E como o Escritor não poupou as nossas instituições militares, essas figuras aparecem, em grande maioria, debaixo de certa depreciação ridícula, antipática, de maneira geral pejorativa.

O exército português não mereceu a E. de Q. atenções de qualquer espécie; logo no começo da sua carreira literária parece que teve relações com alguns militares de certo valor, duma geração notável mais ou menos contemporânea da sua, como foram Sebastião Teles, Morais Sarmiento, Matias Nunes, Nunes Gonçalves e outros, possuidores de vigorosa mentalidade e com o nome ligado a trabalhos vários de merecimento. É possível que tivesse o pensamento neles quando escreveu nas *Farpas* que havia no exército um grupo de rapazes «homens positivos, instruídos, educados pela ciência, tendo alguma coisa no espírito da rectidão matemática, novos inteiramente no vigor e nas tendências sociais» aos quais aconselhava que arrazassem a casa e construíssem, de novo, tudo de cima a baixo... (3).

Mas foi excepção.

E nisto, sejamos justos: o Escritor não fez mais do que repetir o que então se dizia do exército e até o que diziam militares de responsabilidade que procuravam avisar o País e os próprios governos. São inúmeras as obras maiores ou menores saídas na época; seria fastidioso citar esses trabalhos e transcrever uma ou outra passagem; basta dizer que tiveram voga, fizeram impressão no público por virem de pessoas da própria

---

(1) *O Mandarim*, págs. 81-92 e 126.

(2) Viana Moog: *Eça de Queiroz e o século XIX*, pág. 212.

(3) *Uma campanha alegre*, vol. II, cap. XXXV, págs. 307-308.

classe e com prestígio — sem contar, é claro, com opiniões vindas de outros sectores como as de Antero de Quental, Henriques Nogueira, Rodrigues de Freitas, Meló e Faro, etc., etc. E neste conjunto, não apareceu obra grande ou pequena, quer de defesa pura e simples, quer de intuitos apologéticos como a de Veuillot, em França, que elevava a guerra, na esteira (creio eu) de José de Maistre, à alta categoria de suprema e constante vontade de Deus (1).

Assim, E. de Q. tirava evidentemente conclusões fáceis a que a sua finura de observação dava justeza e a elegância literária dava encanto. E como os seus olhos viam a inferioridade, daí a constante depreciação da nossa força armada que ele afirmava não ter chefes e alguns que havia não tinham ciência, como os estados-maiores não tinham talento... (2).

O exército não servia, pois, para o seu fim; e se tivéssemos ameaça duma guerra, iríamos cair na fatalidade histórica de se chamar um organizador estrangeiro — como certo conviva num jantar do Hotel Central preconizava, lembrando até Mac-Mahon que, na ocasião, devia estar barato... (3). Neste sentido, nos seus primeiros tempos literários, pintou um quadro tremendo, cáustico, possivelmente com algum exagero mas não muito longe do que se escrevia no jornalismo da época (4). E mais tarde, muito mais tarde, quando se deu o triste episódio do *ultimatum* inglês, voltou a insistir com menos irreverência mas não menos verdade, na urgência de «alargar a nossa marinha de guerra, reorganizar o nosso exército, construir as defesas dos nossos portos» e com justo critério, pondera perante o ímpeto com que se acusou e injuriou a Inglaterra, que «clamar pelas praças *Delenda Cartago!* é excelente — quando já estão reunidas no

---

(1) *La Guerre et l'Homme de Guerre*.

(2) *Uma campanha alegre*, vol. I, cap. XVII, pág. 155; vol. II, cap. XXXV, pág. 306.

(3) *Os Maias*, I, 216.

(4) *Uma campanha alegre*, vol. I, caps. I e XVII; vol. II, caps. I, XXVII e XXXV.

porto de Ostia as galeras que vão levar Cipião à África. Mas nós não nos podemos ufanar, por ora, nem de galeras, nem de Cipião...» e concluía que «de pouco serviria ter muralhas novas por fora e só velhas ruínas por dentro...»<sup>(1)</sup>.

São inúmeros os passos em que as referências ao exército e aos seus componentes vêm cheias de ridículo e de intenção depreciativa; parece que era difícil a E. de Q. tocar em qualquer assunto que envolvesse a classe militar sem lançar sobre ela um pouco, se não muito, do seu espírito alegre de caricaturista.

Assim, os oficiais são em regra vistos debaixo de aspecto inferior como, aliás, era até certo ponto moda na época, quer no romance quer no teatro: por exemplo o tipo de major reformado, de sabor cómico, ora rude ora infantil, era alvo de picardias e troças.

Assim, o general Visconde de Garmilde «perfeita estampa de general clássico, sempre de bigodes terrivelmente encerados, as calças desesperadamente esticadas pelas presilhas, e o chicote debaixo do braço com a ponta a tremer ávida de vergastar o mundo!»<sup>(2)</sup>. Assim o general Sequeira, também tratado por coronel, «o excelente Sequeira», bom garfo, grande jogador, velho amigo de Afonso da Maia<sup>(3)</sup>; ou o coronel Serrão, admirador do conde de Abranhos, «de aspecto feroz» mas de «coração bondoso» cujo cérebro, nas ocasiões necessárias, não produzia «uma opinião profícua e pessoal»<sup>(4)</sup>.

Estes, vá lá, ainda são figuras de certo modo poupadas; mas há muito pior, na longa fila de oficiais do exército: «o gordo major Ribas, com a farda desabotoada, rebolando e galhofando» na praça de Oliveira, à hora concorrida da tarde<sup>(5)</sup>; — «o imundo major Nunes» de Leiria, que deixara a casa em que habitava

---

(1) *O Ultimatum*, págs. 294 e 298 das *Cartas inéditas de Fradique Mendes e mais páginas esquecidas*.

(2) *José Matias*, pág. 269 dos *Contos*.

(3) Cfr. *Os Maias*.

(4) *O Conde de Abranhos*, págs. 210 e 221.

(5) *A Ilustre Casa de Ramires*, págs. 275-276.

em estado de porcaria incrível (1); — o capitão Couceiro, também de Leiria, «que tinha os dedos negros do cigarro», grande tocador de viola na qual repenicava o *lundum da Figueira* nos serões eclesiásticos da S. Joaneira (2); — o tenente Couceiro, «o possante tenente Couceiro» da casa de hóspedes da «esplêndida D. Augusta» também grande tocador de viola em que repenicava o *Fado da Cotovia* (3); — o José Mendonça, capitão de cavalaria, bom bebedor «que não temia reumatismos», vago compositor de valsas (4); — um alferes de lanceiros, comparsa de certa reunião esturdia da «bela rapaziada» que não manteve a correcção devida e era supersticioso (5); — um tenente Sousa, de Leiria, que desonrara uma engomadeira e a abandonou com dois filhos para ir casar ao Alentejo (6); — certo alferes, também de Leiria (muito deu Leiria, em modelos!) que praticara a mesma acção com a filha dum organista (7); — certo tenente de artilharia que «era vesgo» e fizera versos lamechas, em Belas, em estilo ultra-romântico (8); — um outro alferes que era o «idolatrado» da amante do pobre milionário Teodoro da qual aproveitava o amor e o dinheiro (9). Etc. etc. etc.

Isto dá a impressão de inferioridade social, como também as referências às famílias; por exemplo: «a esplêndida D. Augusta» da casa de hóspedes «à travessa da Conceição» era viúva do major Marques (10) — a pobre Micaela, companheira do colégio de Luísa, era casada com um alferes que a espancava (11); — a Concha, aventureira espanhola que aparecera em

(1) *O Crime do Padre Amaro*, pág. 177.

(2) *Idem*, pág. 92.

(3) *O Mandarim*, págs. 3-4 e 42.

(4) *A Ilustre Casa de Ramires*, págs. 291 e 302.

(5) *A Capital*, págs. 258 e 259.

(6) *O Crime do Padre Amaro*, págs. 89-90.

(7) *Idem*, pág. 93.

(8) *O Primo Basílio*, pág. 20.

(9) *O Mandarim*, págs. 51-52.

(10) *Idem*, pág. 3.

(11) *O Primo Basílio*, pág. 221.

Lisboa era filha dum homem que tinha um cunhado capitão, mas fazia-se passar por filha dum general<sup>(1)</sup>; — certa senhora de Leiria, D. Bernarda «velha hedionda, viúva dum coronel»<sup>(2)</sup>; etc. etc. etc.

Não caberia, no pouco tempo duma conferência, nem interessaria muito, a enumeração e comentário de todos os passos em que os nossos oficiais eram ridicularizados e inferiorizados; assim como no que respeita ao soldado que o Escritor via muito diferente, na realidade, do que era visto na literatura e na representação gráfica, especialmente nos desenhos e quadros muito em voga, influenciados ainda pela época napoleónica, como os de Raffet, Vernet, Toussaint, Charlet, ou mais modernos como os de Gros, Philippoteaux, Meissonier, etc. O retrato, puramente literário que dava o soldado como a mais nobre figura da sociedade<sup>(3)</sup>, nimbada pelo halo do sacrifício, generosidade e dignidade, era contrariado em Portugal, pela realidade de todos os dias — o soldado inculto, sem noções dos seus deveres cívicos e humanos. E. de Q. viu o soldado com a sua observação *naturalista*; os românticos dariam «uma falsificação» e ele pretendeu dar «uma verificação»<sup>(4)</sup>.

E assim foi que, desde novo, ele só viu o soldado como os seus olhos observavam; e além das referências que abundam relativas à soldadesca da época, também essa observação daria modelos para certos quadros de evocação como na vida de S. Cristóvão e na incompleta de Fr. Gil<sup>(5)</sup> e noutros passos cuja enumeração seria grande e impraticável aqui.

(<sup>1</sup>) *A Capital*, págs. 336 e 408.

(<sup>2</sup>) *O Crime do Padre Amaro*, pág. 104.

(<sup>3</sup>) Cfr. o artigo *O que é um soldado?* assinado por \*\* a págs. 82-83 do n.º 11 da *Literatura Ilustrada* de Coimbra (Março, 1860).

(<sup>4</sup>) *Idealismo e Realismo*, a pág. 197 das *Cartas inéditas de Fradique Mendes e mais páginas esquecidas*.

(<sup>5</sup>) *Últimas Páginas*, págs. 83, 67, 169 e 322.

\*

Passando, porém, para outro campo — como é curiosa a maneira por que E. de Q. encarou os problemas que se prendem com a intervenção do exército na vida política das nações! A reunião de todos os passos em que o Escritor se refere a esse melindroso assunto, parece mostrar com clareza que não concordava com a intromissão das armas na política. Seria, porventura, o que hoje se chama inconformista.

Em novo, verberou os sucessos de Espanha, perturbada por contínuos pronunciamentos militares e acusava o governo português, em 1867, de «só conhecer como meios políticos de suster as oposições, o reluzir das baionetas e a conflagração das baterias» (1). Tinha, então, 22 anos; mas dez anos depois fez um quadro magnífico da situação criada pela revolução militar de 20 de Junho que era, nem mais nem menos, a revolta de 19 de Maio, do marechal duque de Saldanha a qual não foi revolução feroz mas simplesmente «um pronunciamento à espanhola na proporção todavia (acrescenta) que existe [...] entre uma sangrenta corrida de Sevilha e uma alegre tourada no Campo de Santana...» (2).

E ainda mais tempo passado, aí por 1894, perante a agitação social que preocupava as classes conservadoras, o Escritor tem a respeito dos governos saídos de insubordinações militares, frases bastante claras e de sua responsabilidade, reprovadoras de tal sistema: «... a verdadeira soberania (diz) não está mais então no povo nem no príncipe, mas no soldado...» (3).

No que respeita a Portugal, a seguir ao *ultimatum* e notando os sintomas de desorganização política, ele escrevera a Oliveira

---

(1) *Crónicas no Distrito de Évora*, no número de 28 de Março, publicada na *Seara Nova*, n.º 890 a pág. 6.

(2) *O Conde de Abranhos*, págs. 216-239.

(3) *O Conde de Paris*, a pág. 41 das *Cartas Familiares e Bilhetes de Paris*.

Martins que seria «necessário um *sabre* tendo ao lado um *pensamento*» (1) — o que me parece equivaler à tirania (que ele via eminente) ser do *pensamento* apenas apoiava no *sabre*, grave contradição aliás já notada pelos críticos «como se alguma vez o *Pensamento* pudesse descer a irmanar com o *sabre*!» (2). Mas E. de Q. duvida que no país houvesse esse desejado *sabre* ou mais pitorescamente «o homem que *acutila...*» e a esse respeito, em outro passo, limita-se a «esperar com paciência e bonhomia» que esse homem que desejaria fosse um Bismarck magnífico «nos apareça numa manhã de nevoeiro...» (3) — o que julgo corresponder, pela forma irónica de pôr o problema, à impossibilidade.

Haverá, nesta maneira de ver dos anos finais da sua vida, possivelmente certa tendência para uma «Ditadura esclarecida» por influência de Oliveira Martins, de que resultasse, como diz o sr. António Sérgio, «o cesarismo socialista à maneira dos alemães?» (4). É possível, à vista dos sucessos pátrios, observados, aliás, de longe; mas depois parece desinteressar-se desses assuntos, absorvido, talvez, por outros que mais prazer intelectual lhe dessem. A verdade, porém, é que ficou de pé o quadro magistral, cheio de verdade, de profunda observação e de notável equilíbrio, que nos deixou do governo ditatorial de Saldanha em 1870 — no qual ficou com alta ironia bem clara, a reprovação contra «a tirania da soldadesca» ou contra «a influência perversa das armas» (5).

O Escritor seria susceptível de influência passageira perante certos sucessos e certas opiniões de amigos; mas quero crer que manteria o seu critério antigo, os seus princípios, que poderão resumir-se na frase que, embora justa, não conseguiu, nem ligeiramente ser profética: «Tais formas políticas (as ditaduras

(1) Carta de 7 de Outubro de 1890, a págs. 209-210 da *Correspondência*.

(2) Castelo-Branco Chaves: *O Renanismo de Eça*, a pág. 97 dos *Estudos críticos*.

(3) *Notas do mês na Revista de Portugal*, a pág. 252 das *Cartas inéditas de Fradique Mendes e mais páginas esquecidas*.

(4) *Oliveira Martins*, a pág. 13 do vol. v dos *Ensaio*s.

(5) *O Conde de Abranhos*, págs. 216-239.

militares) são hoje impossíveis dentro da civilização europeia» (1).

Mas há mais, muito mais.

Certos aspectos de que se reveste o complexo bélico ou seja pelos valores morais ou seja pela disciplina ou pela exteriorização na vida pública, são encarados por E. de Q. através de prisma curioso, às vezes debaixo de aparência de futilidade mas sempre com base, mesmo ligeira que seja, de justiça.

Assim toca, nalguns passos, na noção da vida militar, para uns considerada profissão como outra qualquer, para outros o meio de se satisfazerem certas ambições íntimas de grandeza e de glória; tem até alusão ligeira à hipótese de «um sujeito, aí pelos vinte anos, quando se escolhe uma carreira» decidir ser, nem mais nem menos «um general invencível» (2) — o que leva a concluir apenas a ideia da vanglória e preocupação de mando. Notou também, em inúmeras passagens, que a vida militar imprime certo carácter ao indivíduo quer na voz, quer no traje, quer nas maneiras, no modo de andar, etc.

Deixou ligeiras sátiras acerca do conceito de glória militar (3) e acerca dos trofeus ganhos em batalhas, que lhe serviram para saborosa ironia contra certas preocupações heráldicas (4).

Abordou o problema da disciplina quer considerada em geral quer no caso especial dos exércitos a qual lhe serve de termo de comparação, por exemplo, para o «divertido P.<sup>o</sup> Salgueiro» que só abria o bereviário na presença dos superiores (5) ou para o Príncipe Jacinto, nos altos de Montmartre dissertar sobre a rede de preceitos, etiquetas e cerimónias que prendem o homem civilizado (6) e ao cerimonial das solenidades da Universidade de

(1) *O Conde de Paris*, a pág. 42 das *Cartas Familiares e Bilhetes de Paris*.

(2) *Os Vencidos da Vida*, a págs. 204-205 das *Cartas inéditas de Fradique Mendes e mais páginas esquecidas*.

(3) Cfr. *Os Ingleses no Egito*, a pág. 204 das *Cartas de Inglaterra*.

(4) *O Inverno em Londres*, a pág. 39 do mesmo volume.

(5) *Correspondência de Fradique Mendes*, pág. 224.

(6) *A Cidade e as Serras*, pág. 123.

Coimbra que lembra «o terror disciplinar do quartel...»<sup>(1)</sup> e em mais passos que terei de omitir.

Abordou igualmente o problema contrário, o da indisciplina, o deslaçamento dos deveres militares que também serve para certas comparações curiosas<sup>(2)</sup> e ainda uma das consequências dessa indisciplina como seja a demagogia militar, factor de desordem e muitas vezes de anarquia.

Há também na obra queiroziana alusões à tendência para a conquista, para o espírito de agressão resultante do militarismo, que lembram páginas de Zola, de Jaurés e de Anatole France como há pouco notou um crítico contemporâneo<sup>(3)</sup>.

Ao mesmo tempo, talvez reminiscência de literatura clássica, lembra que o exercício da caça, tal como na *Ciropedia*, «acorda e aguça o gosto da guerra»<sup>(4)</sup>; igualmente reminiscência literária, menciona livros medievais como o *Tesouro das Batalhas*<sup>(5)</sup> ou a *História de Cem Batalhas*<sup>(6)</sup> que parecem recordar a *Árvore das Batalhas* de Honorato Bonet, obra descritiva e didáctica que teve na Idade-Média grande voga e era objecto de estudo, e que, entre nós foi citada várias vezes, como tratado de guerra, por D. Duarte no seu *Leal Conselheiro*.

E ainda, debaixo do critério largo de que «a História será sempre uma grande Fantasia» e que, por consequência, «reconstruir é sempre inventar»<sup>(7)</sup> deixou alguns quadros de evocação histórica, belos e impressionantes, como o dos soldados do centurião Publius Septimus, de Cesarêa, quando andam pelos campos e aldeias da Galilêa em busca do Rabi que fazia curas mila-

(1) Antero de Quental, a págs. 259-260 das *Notas Contemporâneas*.

(2) Cfr. S.<sup>to</sup> Onofre a pág. 196 das *Últimas Páginas e Aliança Franco-Russa* a pág. 107 dos *Ecos de Paris*.

(3) Dr. Lopes de Oliveira: *Eça de Queiroz*, pág. 329.

(4) Enghelberto, a pág. 146 das *Cartas inéditas de Fradique Mendes e mais páginas esquecidas*.

(5) *S. Frei Gil*, a pág. 292 das *Últimas Páginas*.

(6) Enghelberto, a pág. 143 do volume supra citado.

(7) *Carta ao conde de Ficalho* (1885) a pág. 100 da *Correspondência*.

grosas <sup>(1)</sup> ou como o da passagem, nas proximidades de Betânia, de uma decúria de soldados romanos «com lento rumor de armas em marcha» perante os olhos atónitos de Teodorico Raposão, «enquanto um pegureiro, ao longe, arrebanhando as cabras, aos brados, fugia para o cimo dos cerros» <sup>(2)</sup>. Quadros de soberbo desenho a que nada falta, desde o colorido e movimento até ao terror que, num e noutro, causa a soldadesca.

Da Idade-Média há a descrição dum acampamento de tunos, à hora do rancho, cheio de vida e pitoresco <sup>(3)</sup>; e de um combate entre cavalaria feudal e os revoltosos da *Jacquerie* em uma «grande planície toda cheia e coberta de herva amarelada de outono», feita com admirável beleza em que a fantasia largou, seguramente, as rédeas mas em que também há intenso poder de evocação <sup>(4)</sup>.

E ainda outros, mais pequenos, mas nos quais, como nos grandes, há sempre uma moralidade discreta que nos leva, discretamente, a pensar.

Mas não há tempo, aqui, para tanto.

\*

E para o fim, muito de propósito, deixei o impressionante e não sei se ainda actual conto que foi publicado póstumo com o nome de *Catástrofe*. Este belo pedaço de prosa envolve, por tal modo, o problema militar do País que não poderia deixar de ter um lugar à parte neste modesto trabalho.

A verificação do estado de desprestígio a que chegara o exército e a defesa nacional, levara o Escritor à tentação de «dar um grande choque eléctrico ao enorme porco adormecido» como «um meio de mostrar ao país as consequências de prolongar uma tão horrorosa condição de abaixamento» <sup>(5)</sup>.

---

(<sup>1</sup>) *O Suave Milagre*, a págs. 342-345 dos *Contos*.

(<sup>2</sup>) *Relíquia*, a págs. 145-146.

(<sup>3</sup>) *S. Cristóvão*, págs. 111-113 das *Últimas Páginas*.

(<sup>4</sup>) *Idem*, págs. 159-163.

(<sup>5</sup>) *Carta a Ramalho Ortigão*, a pág. 56 das *Cartas*.

Entre os problemas que preocupam mais especialmente este país, parece-nos que se podem indicar aqueles que dizem respeito ao ensino primário, ao ensino técnico e profissional, à orientação profissional. O analfabetismo continua a ser um mal persistente. Por motivos geográficos, sociais, económicos, este mal deve ser atacado por métodos diferentes dos adoptados em outros países. A obrigação escolar, sancionada por lei, não é meio suficiente, a experiência demonstrou-o. A organização do ensino técnico está nos seus primeiros passos e ainda serão necessárias muitas experiências antes de chegar a soluções satisfatórias; as escolas de aprendizagem são pouco numerosas, o pessoal docente também; a orientação profissional está longe de ser organizada em serviço nacional. O estudo exacto e pormenorizado do terreno em que trabalha a escola portuguesa dos diversos graus só muito parcialmente está realizado. A análise crítica do rendimento dos tipos de organização, dos programas, dos métodos mal foi iniciada. São numerosas as opiniões, bastantes raros os factos verdadeiramente verificados. Em resumo, as tarefas são múltiplas e muitas vezes complicadas.

Para levar esta obra a bom termo, parece, pois, indicada a colaboração de um Instituto central e especializado. Para tanto, semelhante Instituto deve, ao mesmo tempo que assume a sua função universitária de ensino e de investigação pedagógica, manter um contacto estreito com as realidades escolares existentes e coordenar os seus esforços com os de outros organismos que já funcionam e que têm uma finalidade do mesmo género. Sendo o país relativamente pequeno, e as tarefas, apesar de tudo, limitadas, será bastante fácil, pensamos nós, centralizar a actividade. Será sempre possível, mais tarde, quando a necessidade de tal se manifestar, aumentar, como dissemos, o número de centros.

A missão muito variada de um Instituto Pedagógico, a necessidade de ficar em contacto com o exterior, exigem uma autonomia bastante larga no quadro universitário. Se

lhes surgisse. Chega a ser esmagador em certos passos; e na sua beleza e na forma ligeira de pinceladas impressivas de que usou, lembra, mas com vantagem, a meu ver, o quadro de Waterloo incluído por Stendhal em um dos seus romances — como mais tarde fariam, também em França, Octavio Mirbeau e Paulo Adam.

E depois, os comentários revelam influências da época acerca dos exércitos, a sua existência e a sua constituição, em especial, influência da obra de Henriques Nogueira muito vulgarizada; e na apresentação do exemplo de sacrifício de uns oficiais que aparecem no quadro e morrem vítimas de culpas que não tinham, parece acusar os dirigentes ou o regime político que deixava chegar as coisas a tal ponto.

É possível.

Na intimidade duma carta para Ramalho Ortigão diz que «tudo isto é de boa literatura» e que seria pena que se perdessem «tais episódios literários» (1). Para o velho amigo não resistiu a certo tom galhofeiro; mas no conto, a severidade dos juízos parece-me certa e não só pôs o problema com elevação e oportunidade como o tratou de modo a ser, constantemente, de notável actualidade embora quase despercebida.

\*

Finalmente, para terminar (e já é tempo) não quero omitir que, num ou noutro ponto da sua obra, E. de Q. deixou louvores à Paz — que dá «vagares de imaginação» (2), que enferruja as correntes das pontes levadiças dos castelos (3), que torna os tempos «doces» (4) e provoca, pelo mundo, «uma aragem consoldora...» (5).

(1) Carta cit. de 10 de Novembro.

(2) *Singularidades duma rapariga loira*, págs. 7-8 dos *Contos*.

(3) *S. Cristóvão*, a pág. 6 das *Últimas Páginas*.

(4) *Idem, idem*.

(5) *Crónicas de Londres*, 15.<sup>a</sup>, pág. 255.

É nesse «intervalo sereno» que «os homens de guerra e de rapina» podem curar os seus reumatismos... (1).

E no Egito, «para além da Esfinge» ao contemplar o templo de Serapis e os seus relevos documentais, fez uma verdadeira evocação à Paz, por não ver nesses quadros nem armas nem lutas e «apenas cenas de vida pura e de intimidade. Tudo isto tem uma harmonia divina... É aquele o verdadeiro templo onde as pinturas são o trabalho, a família, a propriedade, a harmonia. É aquele o exemplo e o espectáculo que deve encher os olhos contritos dos que virão» (2). Nem armas nem lutas, diz o Escritor; a paz dos campos, a serena harmonia patriarcal — o que mais tarde lembraria a propósito das dificuldades da Inglaterra para manter o seu imperialismo: «Antes possuir (dizia, com sabor horaciano) apenas um quintalejo com uma vaca para o leite, e dois pés de alface para as merendas de verão...» (3).

E muito naturalmente com a Paz, vem a superioridade do Pensamento: «uma nação (diz ele) só vive porque pensa. A Força e a Riqueza não bastam para provar que uma nação vive dum vida que mereça ser glorificada da História» ou «só, na verdade, o Pensamento e a sua criação suprema, a Ciência, a Literatura, as Artes, dão grandeza aos Povos» (4).

O Escritor, como se vê, não incluiu nestas razões de grandeza nem as armas nem as lutas nem a violência; e chegou a dizer que «mais vale a simples justiça dum ideia erguida que toda a floresta luzente das baionetas...» (5).

---

(1) *Idem, idem.*

(2) *O Egito, cap. III: O Deserto, pág. 308.*

(3) *Afganistão e Irlanda, a pág. 5 das Cartas de Inglaterra.*

(4) *Correspondência de Fradique Mendes, pág. 123.*

(5) *Crónicas para o Diário do Alentejo, no n.º 7, de Julho de 1867, na Seara Nova, n.º 888, pág. 268.*

\*

Ora, minhas Senhoras e meus Senhores: devem V. Ex.<sup>as</sup> estar já cansados de tanta citação queiroziana. Mas o meu intento, talvez não conseguido, foi procurar apresentar a atitude do Escritor perante os problemas militares que interessavam muitos espíritos superiores da época e entre nós tiveram algumas repercussões. Se, na mocidade, encontrou ambiente próprio para o seu espírito crítico, irónico, pronto sempre para caricaturar os assuntos ou pessoas que lhe caíam debaixo da observação e notar a corrente contrária às guerras e aos exércitos; com o caminhar da vida e a reflexão consequente, notaria o desenvolvimento das ideias pacifistas que tiveram certo apogeu na última década do século passado. Espírito superior como era, não poderia simpatizar com o tremendo fenómeno que é a guerra nem com os exércitos que, além de serem os órgãos com que ela se executa, saíam muita vez da função inicial para outras que lhe não são próprias; e assim, perante a série de passos que serviram de tema ao que ficou dito, temos de louvar o Escritor que, com tanta elegância e superioridade soube reprovar a Guerra, como manifestação que lhe deveria ferir a sensibilidade de artista; que com tanta graça fina soube satirizar os exércitos e, em especial, o português, não talvez por ele mas pelo momento histórico e pelo regime político que o inferiorizaram e o tornaram quase inútil; e que, com tanta objectividade soube pôr a nu o mau militar, o desleixado, o incompetente, o que não soube reagir (ou não quis) contra o ambiente depressor e não manteve o aprumo e o brio independentemente do que o cercava.

É certo que a Ironia (como observou o crítico Moniz Barreto) além de ser uma consequência da «superioridade inteligente» do Escritor e «uma espécie de orgulho»<sup>(1)</sup> impelia-o constantemente quando observava; mas ainda mais certo é ter E. de Q. dado ao País com toda a «graça» com tanta «vivaz invenção»,

---

(1) *Oliveira Martins. Estudo da Psicologia*, a pág. 67 da 2.<sup>a</sup> edição.

«transcendente ironia», «fantasia», «humorismo» e «gosto» <sup>(1)</sup> espalhados a rodos, alegremente e com aparente despreocupação por toda a obra, aquilo que, como ele apontou a Pinheiro Chagas numa célebre polémica, «as nações necessitam mais e que só as faz grandes» — isto é: «Verdade, a Verdade em tudo...» <sup>(2)</sup>.

Quinta da Paz (S. André de Mafra) — Setembro de 1945.

BELISÁRIO PIMENTA

---

<sup>(1)</sup> *Correspondência de Fradique Mendes*, pág. 125.

<sup>(2)</sup> *Brasil e Portugal* a pág. 71 das *Notas Contemporâneas*.

## NOTA

### EDIÇÕES A QUE SE FAZ REFERÊNCIA

- A Capital* — 3.<sup>a</sup> edição (1928).  
*Cartas* — 1.<sup>a</sup> ed. (1945).  
    > *de Inglaterra* — 1.<sup>a</sup> ed. (1905).  
    > *familiares e bilhetes de Paris* — 1.<sup>a</sup> ed. (1907).  
    > *inéditas de Fradique Mendes e mais páginas esquecidas* — 1.<sup>a</sup> ed. (1929).  
*A Cidade e as Serras* — 2.<sup>a</sup> ed. (1903).  
*O Conde de Abranhos* — 4.<sup>a</sup> ed. (1935).  
*Contos* — 3.<sup>a</sup> ed. (1913).  
*Correspondência* — 2.<sup>a</sup> ed. (1926).  
    > *de Fradique Mendes* — 2.<sup>a</sup> ed. (1902).  
*O Crime do Padre Amaro* — 2.<sup>a</sup> ed. (1901).  
*Crônicas de Londres* — 1.<sup>a</sup> ed. (1944).  
*Ecos de Paris* — 1.<sup>a</sup> ed. (1905).  
*O Egipto* — 1.<sup>a</sup> ed. (1926).  
*A Ilustre Casa de Ramires* — 2.<sup>a</sup> ed. (1904).  
*Os Maias* — 11.<sup>a</sup> ed. (1935).  
*O Mandarim* — 4.<sup>a</sup> ed. (1900).  
*O Mistério da Estrada de Sintra* — 3.<sup>a</sup> ed. (1894).  
*Notas Contemporâneas* — 4.<sup>a</sup> ed. (1901).  
*O Primo Basílio* — 4.<sup>a</sup> ed. (1901).  
*Prosas Bárbaras* — 7.<sup>a</sup> ed. (1928).  
*A Relíquia* — 7.<sup>a</sup> ed. (1920).  
*Últimas Páginas* — 5.<sup>a</sup> ed. (1925).  
*Uma Campanha Alegre* — 2.<sup>a</sup> ed. (1933).

DOIS VÍNCULOS PORTUGUESES  
INSTITUÍDOS EM SETEMBRO DE 1257

Domingos Pires, por alcunha o Colares, dispôs, em Setembro de 1257, pela seguinte forma, de certos bens que lhe pertenciam:

In nomine domini amen. Notum sit omnibus presentem cartam inspecturis quod ego Dominicus petri dictus Colares in uita mea et in plena ualitudine sensus mei in remedium anime mee et pro multimodis bonis que a monasterio sancti Vincentij Vlixbonensis percepi et pro anniuersario meo do eidem monasterio hereditatem meam que est in termino de Sintra in loco qui dicitur manych. Do igitur et concedo eidem monasterio prefatam hereditatem et totum ius et proprietatem eiusdem hereditatis cum omnibus ingressibus et egressibus suis transfero in monasterium supradictum sicut umquam illam melius habui uel habere debui. Tali uidelicet conditione quod ego in uita mea de manu prioris et conuentus predicti monasterij ususfructus predicte hereditatis possideam. Ita tamen quod iam de cetero de ipsa hereditate nullam aliam legationem nullam donationem seu etiam meum possim condere testamentum. Post mortem uero meam consuprina mea maria petri debet tenere ipsam hereditatem de manu prioris et conuentus supradictorum et quartam partem panis et vini tantum dicto monasterio in saluo annis singulis persolueret de quo debent mihi facere meum anniuersarium anniuersarium annuatim. Si uero maritus ipsius consuprine mee uitam finierit corpolarem ante ipsam filij eius cum illa ipsam hereditatem non debent diuidere sed tota hereditas integre dicte consuprine mee debet remanere modo penitus supradicto. Post mortem uero eiusdem nec maritus

nec filij eius debent hereditatem diuidere sed filius eius maior uel filia eam predicto modo debet tenere ex parte uidelicet monasterij sepe dicti et dictum forum persoluere anuatim. Post mortem autem maioris filij uel filie dicta



A carta de instituição dos vínculos, em Setembro de 1257

hereditas debet maori filio uel filie sique ibi fuerit supradicto modo remanere. Sui autem successiue ad propinquiorem de ipsa parentela mea de mandato et de manu supradictorum prioris et conuentus ipsa hereditas deuoluatur reddendo semper quartam partem panis et vini dicto monasterio anuatim. Quod si ipsa consuprina mea uel illi qui ipsam hereditatem sicut superius est espressum debent tenere

illam *inter se uoluerint diuidere uendere commutare pignorare seu aliquo modo alienare aut aliquem heredem in ea constituere uel predictum forum noluerint adimplere aut illam incultam relinquere uoluerint uel ipsam hereditatem uoluerint per se intrare nisi de manu et de mandato nostro predictorum prioris et conuentus ipsa hereditas sine contradictione aliqua ad dominium monasterij usus anniuersariorum irreuocabiliter deuoluatur. Similiter etiam do pro meo anniuersario prefato monasterio domum meam que est circa atrium sancti saluatoris vlixbone et totum ius et proprietatem eiusdem domus transfero in monasterium sepe dictum. Tali tamen conditione ut ipsam domum in uita mea possideam ita quod de ipsa domo nullam aliam legationem uel donationem seu etiam meum possim condere testamentum. Post mortem uero meam consuprina mea Justa uincentij prefatam domum de manu supradictorum uidelicet prioris et conuentus tantum in uita sua teneat. Et post mortem ipsius ipsa domus ad dominium monasterij deuoluatur de cuius redditu cum redditibus hereditatis mee superius nominate mihi meum anniuersarium faciant annuatim. Quod si forte ipsa Justa uincentij maritum acceperit domus ei penitus auferatur et faciant de ea sicut superius est expressum. Vt autem hec mea spontanea donatio in dubium uenire non possit et eam aliquo scrupulo non possit aliquis impedire fecimus fieri cartam per manum Dominici pelagij publici tabellionis vlixbonensis. Actum vlixbone mense Septembris. Era M.<sup>a</sup> CC.<sup>a</sup> LXLV.<sup>a</sup> Ego dictus Dominicus pelagij publicus tabellio vlixbonensis de manu et mandato domini Alfonsi Regis portugaliæ et Comitis Boloniæ rogatus a Dominice Colares sepe dicto hanc cartam scripsi et in ea hoc signum meum † apposui et eam in meo registro ascribi feci. Qui presentes fuerunt huic donationi hic subscripti sunt.*

Martinus michaelis prior claustralis

Dominicus martini canonicus

Matheus michaelis  
iardo

Johannes gunsalui caballinus canonicus

vincentius pelagij  
alfayate

Gunsaluus caballimus conuersus

Fernandus petri  
amarelo clericus  
Stephanus michae-  
lis dictus barouta

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa, Corporações Religiosas, São Vicente de Fora, Documentos Particulares, Maço III, n.º 38 ou Coleção Especial, Parte I, Caixa 83, Maço 2, Documento 53, segundo a marcação antiga.

Este diploma foi já invocado por Gama Barros, que o transcreveu parcialmente (¹). Lamentável é, todavia, que o não tenha publicado na íntegra e, sobretudo, que o não comentasse desenvolvidamente, pois nele, decerto, colheria utilíssimos esclarecimentos, a respeito de alguns dos problemas focados no penúltimo dos títulos anteriores da sua obra monumental (²).

O insigne historiador, ao consultar esse velho documento, parece não se ter apercebido, realmente, de que tinha na sua presença uma das mais antigas instituições vinculares portuguesas ou mesmo, talvez, a mais antiga de todas as divulgadas, até hoje, tanto em Portugal, como na própria Espanha.

Com efeito, a doação da Vila Maior de Carvalho, em Outubro de 1215, estudada pelo não menos ilustre medievista Sr. Prof. Doutor Paulo Merêa (³), é de natureza vincular bastante duvidosa (⁴) e o Morgado de Pousada, estabelecido, segundo

(¹) Henrique da Gama Barros, *Historia da administração publica*, tomo III, Lisboa 1914, pág. 730.

(²) *Loc. cit.*, [1], Título VII. Propriedade vinculada, págs. 647 a 697.

(³) Paulo Merêa, *O mais antigo morgado de Portugal?*, em Academia das Sciencias de Lisboa, *Boletim da Classe de Letras*, Volume XIII, Coimbra 1921, págs. 977 a 990; Manuel Paulo Merêa, *Estudos de história do direito*, Coimbra 1923, págs. 67 a 85; M. P. Merêa, *O mais antigo morgado de Portugal?*, nas *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*, Classe de Letras, tomo I, Lisboa MCMXXXV, págs. 89 a 99.

(⁴) Alfredo Pimenta, *Vínculos portugueses*, Coimbra 1932, págs. XV a XX.

alguns autores, em 1222<sup>(1)</sup>, está hoje apurado que só foi constituído em 28 de Maio da era de 1340<sup>(2)</sup>, correspondente ao ano de 1302, como é sabido<sup>(3)</sup>.

Deste modo restariam, como primeiros exemplos, unicamente o morgado castelhano de Mogan, instituído em 1260, por Garcia Ibañez<sup>(4)</sup> e os dois fundados em 24 de Agosto de 1271, por D. Martinho Geraldês, Arcebispo de Braga<sup>(5)</sup>. Ora, como se verifica pelo documento acima reproduzido, em Setembro de 1257 já Domingos Pires tinha doado, ao Mosteiro de S. Vicente de Fora, uma herdade no lugar de Manique, termo de Sintra e uma casa perto do adro de S. Salvador, em Lisboa, com reserva, porém, do respectivo usufruto em condições tais que nelas manifestamente se reconhece a existência dos quatro elementos característicos dos vínculos regulares propriamente ditos<sup>(6)</sup>: inalienabilidade<sup>(7)</sup>, indivisibilidade<sup>(8)</sup>, sucessão perpétua dentro da família<sup>(9)</sup> e, principalmente, a cláusula de primogeni-

(<sup>1</sup>) *Op. cit.* [4], págs. XX e XXI.

(<sup>2</sup>) António da Assunção Meireles, *Memórias do Mosteiro de Pombeiro*, Lisboa MCMXLII, pág. 22.

(<sup>3</sup>) João Pedro Ribeiro, *Dissertações chronologicas e criticas*, tomo II, Lisboa 1811, págs. 23 a 28.

(<sup>4</sup>) Paulo Merea, *loc. cit.*, [3], pág. 981, nota 1; Manuel Paulo Merêa, *op. cit. ibid.*, pág. 73, nota 1; M. P. Merêa, *loc. cit. id.*, pág. 92, nota 1; Luís Cabral de Moncada, *A reserva hereditária*, vol. II, Coimbra 1917, pág. 229, nota 2.

(<sup>5</sup>) *Op. cit.* [4], págs. XIV, XV, XIX e XX.

(<sup>6</sup>) Cf. *op. cit.* [4], págs. XVIII a XX e Moncada, *loc. cit.* [8], pág. 197 e pág. 198, nota 1.

(<sup>7</sup>) *si ... ipsam hereditatem ... uoluerint ... uendere ... commutare pignorarere seu aliquo modo alienare ... ipsa hereditas ... ad dominium monasterij ... deuoluatur.*

(<sup>8</sup>) *Si uero maritus ipsius consuprine mee uitam finierit corporalem ante ipsam filij eius cum illa ipsam hereditatem non debent diuidere sed tota hereditas integre dicte consuprine mee debet remanere ... Post mortem uero eiusdem nec maritus nec filij eius debent hereditatem diuidere ... Quod si ... ipsam hereditatem ... inter se uoluerint diuidere ... ipsa hereditas ... ad dominium monasterij ... deuoluatur.*

(<sup>9</sup>) *Sui autem successive ad propinquiores de ipsa parentela mea ... ipsa hereditas deuoluatur ... Quod si ... uoluerint ... aliquem heredem in ea constituere ... ipsa hereditas ... ad dominium monasterij ... deuoluatur.*

tura <sup>(1)</sup>, que verdadeiramente distingue os autênticos vínculos de outras instituições congêneres, nomeadamente a dos fideicomissos romanos <sup>(2)</sup>.

A circunstância de se não mostrarem autorizados, nem confirmados, pelo monarca, esses dois vínculos, vem reforçar, por outro lado, a opinião de que tais instituições, em regra, não precisavam de aprovação régia, para serem válidas <sup>(3)</sup>.

Além disso cumpre observar, ainda, que o instituidor nomeou *proprietário* dos bens vinculados o Mosteiro de S. Vicente de Fora <sup>(4)</sup> e *usufrutuários* dos mesmos bens os administradores dos vínculos <sup>(5)</sup>. Estes últimos, ao contrário do que

(<sup>1</sup>) *Post mortem uero eiusdem ... filius eius maior ... eam ... debet tenere ... Post mortem autem maioris filij uel filie dicta hereditas debet maiori filio uel filie ... remanere ... Quod si ... uoluerint ... aliquem heredem in ea constuere ... ipsa hereditas ... ad dominium monasterij ... deoluatur.*

(<sup>2</sup>) Moncada, *loc. cit.* [8], págs. 184 a 186.

(<sup>3</sup>) Moncada, *loc. cit.* [8], págs. 190 e 195.

(<sup>4</sup>) *do eidem monasterio hereditatem meam que est in termino de Sintra in loco qui dicitur manych. Do igitur et concedo eidem monasterio prefatam hereditatem et totum ius et proprietatem eiusdem hereditatis cum omnibus ingressibus et egressibus suis transfero in monasterium supradictum sicut unquam illam melius habui uel habere debui ... ego in uita mea de manu prioris et conuentus predicti monasterij ususfructus predicte hereditas possideam ... maria petri debet tenere ipsam hereditatem de manu prioris et conuentus supradictorum ... filius eius maior uel filia eam ... debet tenere ex parte uidelicet monasterij sepe dicti ... ad propinquiorem de ipsa parentela mea de mandato et de manu supradictorum prioris et conuentus ipsa hereditas deoluatur ... si ... ipsam hereditatem uoluerint per se intrare nisi de manu et de mandato nostro predictorum prioris et conuentus ipsa hereditas ... ad dominium monasterij ... deoluatur ... do ... prefato monasterio domum meam que est circa atrium sancti saluatoris vlixbone et totum ius et proprietatem eiusdem domus transfero in monasterio sepe dictum ... Justa uicentij prefatam domum de manu supradictorum uidelicet prioris et conuentus ... teneat.*

(<sup>5</sup>) *maria petri debet tenere ipsam hereditatem de manu prioris et conuentus supradictorum ... filius eius maior uel filia eam ... debet tenere ex parte uidelicet monasterij sepe dicti ... ad propinquiorem de ipsa parentela mea de mandato et de manu supradictorum prioris et conuentus ipsa hereditas deoluatur ... si ... ipsam hereditatem ... incultam relinquere uoluerint uel ipsam hereditatem uoluerint per se intrare nisi de manu et de mandato nostro predictorum prioris et conuentus ipsa hereditas ... ad*

se pensa <sup>(1)</sup>, eram tidos portanto, ao menos primitivamente, como detentores de um simples usufruto.

A par do seu interesse puramente cronológico, também sob o ponto de vista histórico-jurídico valiosas indicações, por conseguinte, nos oferece o diploma em questão.

Sobre a localização dos bens vinculados, infelizmente quase nada podemos adiantar.

Com o nome de Manique há, no Distrito de Lisboa, pelo menos três lugares: o de Manique-do-Intendente, na freguesia do mesmo nome, Concelho de Azambuja <sup>(2)</sup>, o de Manique ou Manique-de-Baixo <sup>(3)</sup>, na de Alcabideche, Concelho de Cascais <sup>(4)</sup> e o de Manique-de-Cima, na de São-Pedro-de-Penaferrim, Concelho de Sintra <sup>(5)</sup>. Ao primeiro desses três lugares é evidente que o diploma se não refere, tanto mais que o nome de Manique só em 11 de Julho de 1791 lhe foi dado <sup>(6)</sup>. Entre os outros dois é difícil, contudo, escolher o de que se trata, porque ambos eles ficavam situados no termo de Sintra, do qual só em 8 de Abril de 1370 o de Cascais foi desmembrado <sup>(7)</sup>.

Relativamente à casa em Lisboa diremos, apenas, que o templo de S. Salvador já existia no primeiro terço do século XIII <sup>(8)</sup> e que nele fundou o Bispo D. João Esteves ou

---

*dominium monasterij ... deoluatur ... Justa uicentij prefatam domum de manu supradictorum videlicet prioris et conuentus ... teneat.*

<sup>(1)</sup> Moncada, *loc. cit.* [8], págs. 205 a 211.

<sup>(2)</sup> Instituto Nacional de Estatística, *VIII recenseamento geral da população*, Volume XII, 1945, pág. 38, col. 2.

<sup>(3)</sup> João Baptista da Silva Lopes, *Diccionario postal e chorographico*, tomo II, Lisboa, 1893, pág. 290.

<sup>(4)</sup> *Loc. cit.* [20], pág. 39, col. 1.

<sup>(5)</sup> *Loc. cit.* [20], pág. 43, col. 2.

<sup>(6)</sup> Pedro de Azevedo, *Cartas de vila*, em Academia das Sciencias de Lisboa, *loc. cit.* [3], págs. 1140 e 1141; Augusto da Silva Carvalho, *Pina Manique*, Lisboa 1939, pág. 10, nota 6 e pág. 11, nota.

<sup>(7)</sup> Manuel dos Santos, *Monarquia Lusitana*, Parte VIII, Lisboa Occidental M. DCC. XXVII, pág. 126, col. 2; João Martins da Silva, *Descobrimientos portugueses*, Suplemento ao vol. 1, Lisboa 1944, pág. 404.

<sup>(8)</sup> A. Vieira da Silva, *A evolução paroquial de Lisboa*, na *Revista Municipal*, Ano III, N.º 13 e 14, Lisboa 1942, pág. 10; id., *Notícias históricas das freguesias de Lisboa*, *ibid.*, N.º 15, Lisboa 1943, pág. 20.

Afonso de Azambuja, falecido em 22 de Janeiro de 1415<sup>(1)</sup>, um mosteiro solenemente inaugurado em 29 de Novembro de 1392<sup>(2)</sup>. Desse mosteiro, extinto pela morte da última freira, em 19 de Abril de 1884 e cuja igreja está hoje profanada<sup>(3)</sup>, foram sucessivos padroeiros Martim e Catarina de Távora, D. Henrique, D. Leão, D. Tomás e D. Marcos de Noronha, bem como, finalmente, os 8 derradeiros Condes dos Arcos, donos do vizinho palácio herdado, seguidamente, pela 7.<sup>a</sup> Condessa de S. Miguel, por seu marido, Sebastião Guedes Brandão de Melo e por D. Maria do Socorro da Conceição da Costa Macedo Giral-des Barba, filha de uma irmã daquela titular<sup>(4)</sup>.

Com respeito, por último, às vicissitudes ulteriores dos bens vinculados, nada também sabemos, a não ser que 78 anos depois,

---

(<sup>1</sup>) Fortunato de Almeida, *História da Igreja*, tomo II, Coimbra 1910, pág. 503; Anselmo Braamcamp Freire, *Notícias da Feitoria de Flandres*, 1920, pág. 55.

(<sup>2</sup>) Maria do Baptista, *Livro da fundação do Mosteiro do Salvador*, Lisboa 1618, fol. 29 v.º; Lvis de Sovsa, *Segunda parte da historia de S. Domingos*, 1662, fol. 8 v.º, col. 1.

(<sup>3</sup>) Biblioteca Nacional de Lisboa, *Guia de Portugal*, 1.º volume, 1924, pág. 302; J. M. Cordeiro de Sousa, *Algumas inscrições portuguesas do Museu do Carmo*, Lisboa 1923, pág. 8; Júlio de Castilho, *Lisboa antiga*, Segunda parte, 2.<sup>a</sup> edição, Volume VIII, Lisboa 1937, pág. 250; Norberto de Araujo, *Peregrinações em Lisboa*, Livro X, pág. 75; Silva, *Notícias*, etc., *loc. cit.* [26], pág. 21.

(<sup>4</sup>) Cristóvão Alão de Morais, *Pedatura lusitana*, volume primeiro, Pôrto 1943, pág. 600; Antonio Carvalho da Costa, *Corografia portuguesa*, Tomo primeiro, Segunda edição, Braga 1868, pág. 197 e 198; Antonio Caetano de Sousa, *Historia genealogica*, Tomo XI, Lisboa M. DCC. XLV, págs. 901 a 903, 905, 906, 908 e 909; id., *Memorias historicas, e genealogicas dos grandes de Portugal*, Segunda impressão, Lisboa M. DCC. LV, págs. 234, 235, 239, 242, 243, 245 e 247; Felgueiras Gayo, *Nobiliario*, Tomo terceiro, Braga 1938, pág. 93, § 6; Albano da Silveira Pinto, *Resenha das familias titulares*, Tomo I, Lisboa 1883, págs. 118 a 121, 658 e 688; id., Tomo II, Lisboa 1885, pág. 574; *O Occidente*, Volume XVIII (aliás XXVIII), Lisboa 1905, pág. 7, col. 3; Domingos de Araujo Affonso e Ruy Dique Travassos Valdez, *Livro de oiro da nobreza*, Braga MCMXXXII, págs. 127 a 131 e Tomo III, Braga MCMXXXIV, págs. 806 e 807; Castilho, *loc. cit.* [29], págs. 262 a 264; Araujo, id., págs. 76 a 78; Fernando de Castro da Silva Canedo, *A descendência portuguesa de El-Rei D. João II*, Volume I, Lisboa MCMXLV, págs. 326 a 332.

em 21 de Outubro de 1335, se lavrou o seguinte auto, destinado a comprovar um acto formal, cuja finalidade supomos ter obedecido ao propósito de investir João Oliveiros ou sua mulher, Maria Domingues, na posse da herdade situada em Manique, como administrador, que um deles provavelmente seria, do vínculo



O instrumento do auto lavrado em 21 de Outubro de 1335

deixado por Domingos Pires, em usufruto perpétuo, à sua parenta Maria Pires e aos primogénitos que dela consecutivamente descendessem :

Sabham todos que na era de mill e trezentos e ssateente e três anos vynte e hum dia dojtubro em manyque no cassal que dizem que Domjngos pirez dito de Colares leyxou ao moesteyro de ssam vicente de ffora têrmho de Sintra em

prezença de *mjm martim da ignez pobrico tabeliã da dita vila e das testemunhas que adeante ssom escritas vicente martjnz* mercador de Lixboa chegou as cassas do dito cassal dizendo *que* ele em nome do priol e do conuento do moesteyro de *ssam vicente de ffora* queria *ffazer* mostra do dito cassal a *Johã olyuejros* e a *maria dominguez* ssa molher *que* presentes estauam e logo o dito *vicente martjnz* comessou dandar derredor das cassas do dito cassal dizeendo *que* *ffazya* mostra ao *ssobredito johane olyuejros* e a dita ssa molher e chegando o dito *vicente martjnz* a *huum* cabo das ditas cassas *ssy* a *huma* casa de *ffrançisco da galee* junta com as cassas do dito cassal *departidas* da dita casa do dito *ffrançisco da galee* *assynando* com a mão *por* hu eram *porque* *dessya* *que* *nã* *podja* *por* aly hir e *passousse* aalem do outro cabo de *guyssa* *que* *ssercou* as ditas cassas do dito cassal e *ssercadas* *assy* como dito he o dito *vicente martjnz* *dysse* ao dito *Johã olyuejros* e a dita ssa molher *que* *por* as ditas cassas *ssegundo* *lhas* *andara* *ssercando* e *amostrado* *que* *por* *elas* *lhy* *ffazya* *ele* *mostra* do dito cassal e *montes* e *ffontes* e *cassas* e *curaaes* e *entradas* e *ssaydas* e com todos *sseus* *direjtos* e *perteenças* *ssuas* *assy* como o *mays* *compriamente* o *leyxara* o dito *Domingos pirez* ao moesteyro e *que* *lhj* *ffazya* *mostra* do dito cassal *por* a dita *guyssa* *ssegundo* era *husso* e *costume* da terra das *quaes* *coussas* o dito *vicente martjnz* e *Johã oliuejros* *pediram* a *mjm* *ssobredito* *tabeliã* *que* *lhes* *desse* *ssenhos* *stromentos* e eu *ssobredito* *tabeliã* *dejlhos* *testemunhas* *Domingos dominguez* e *Giralde anes* *mercadores* de *lixboa* e *Gonçalo ffernandes* e *Vicente martjnz* do *Carrascal* e *bertolameu* *ffilho* do *Domjngos* *ljas* *martim* *ffrausto* e *outros* e eu *ssobredito* *tabeliã* *dous* *stromentos* *ssemelhauys* *huum* ao outro *com* *minha* *maã* *escrevy* dos *quaes* *este* *deue* *trager* o dito *vicente martjnz* e em cada *huum* *deles* *meu* *ssinal* *pogy* *que* *tal* † he

Se a interpretação que lhe damos for exacta, este novo diploma oferecer-nos-á um típico exemplo da *traditio longa manu, oculis et affectu, in praesentia* ou *in conspectu* <sup>(1)</sup>, dos jurisconsultos romanos Caio Fidio Javoleno Prisco <sup>(2)</sup>, Públio Juvêncio Celso Tito Aufídio Eno Severiano <sup>(3)</sup> e Júlio Paulo <sup>(4)</sup>.

Estoril, 17 de Julho de 1946.

FAUSTO J. A. DE FIGUEIREDO

---

<sup>(1)</sup> Manoel Maria da Silva Bruschy, *Anotações a Waldeck*, Tomo II, Coimbra 1845, pág. 136; Luís Cabral de Moncada, *A «traditio» e a transferência da propriedade imobiliária no direito português*, no *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, Ano VI, Coimbra 1920-1921, pág. 491, nota 2; id., *Elementos de história do direito romano*, Coimbra 1923, pág. 263; Manuel Rodrigues, *A Posse*, 2.<sup>a</sup> edição, Coimbra 1940, pág. 238.

<sup>(2)</sup> Pietro Bonfante, *Historia del derecho romano*, Volumen I, Madrid 1944, pág. 493; Marcel Planiol, *Traité élémentaire de droit civil*, Onzième édition, Tome premier, n.º 2592, pág. 862; D. Jo. Petri Waldeck, *Institutiones juris civilis Heineccianae*, Editio octava Conimbricensis, Conimbricae MDCCCLXXVIII, § 277, nota f), pág. 129.

<sup>(3)</sup> Bonfante, *loc. cit.* [31], pág. 494; J. Arias Ramos, *Derecho romano*, Volumen III, Madrid 1943, n.º 379, págs. 77, 319 e 320.

<sup>(4)</sup> Bonfante, *loc. cit.* [32], pág. 506; Ramos, *loc. cit.* [33], n.º 378, págs. 77 e 319.

## O ENSINO DA MATEMÁTICA NOS LICEUS

No nosso ensino elementar ministram-se conhecimentos de que não costuma tirar-se o verdadeiro e real partido, no sentido de se conseguir um maior aperfeiçoamento na actividade mental dos nossos estudantes.

Por motivos da orgânica dos nossos exames liceais têm-se orientado os estudos em extensão quando a verdade é que a experiência tem mostrado a necessidade e a conveniência de serem orientados em profundidade, pelo menos em certos assuntos tidos e havidos como basilares.

Por outro lado, o nosso estudante, pelo natural instinto do menor esforço e até por necessidade de adaptação ao sistema de provas escritas a que é submetido, alheia-se da essência das questões, do rigor dos conceitos e até das próprias demonstrações, numa palavra, alheia-se da parte formativa da Matemática para se preocupar tão somente com a recolha de colecções de receitas empíricas que, possivelmente, lhe permitam resolver as vulgares questões dos pontos de exame.

Uma vez que já se começou a reatar a tradição, instituindo-se novamente provas orais, necessário se torna que estas se generalizem em condições de se conseguir uma mais sólida cultura intelectual por parte dos estudantes dos nossos liceus.

Afigura-se-nos, por isso, necessário que se enverede decisivamente pelo verdadeiro caminho para que, de futuro, ao ingressar-se nos estudos superiores, se não continue a reconhecer a vulgar incapacidade dos alunos por insuficiência daquela actividade mental que nos liceus se deve adquirir.

Para pôr em evidência a exactidão deste acerto, apresentaremos um exemplo concreto.

Afirma-se correntemente que:

- 1.º — A *média aritmética* de  $n$  números positivos é maior ou, pelo menos, igual à correspondente *média geométrica*;
- 2.º — A *média harmónica* de  $n$  números positivos é menor ou, quando muito, igual à respectiva *média geométrica*.

Supomos que a quase totalidade dos alunos, ao concluir o curso dos liceus, é incapaz de fazer a prova destas verdades utilíssimas para prosseguimento de outros estudos. E, todavia, as respectivas demonstrações podem obter-se facilmente, utilizando propriedades simples e bem conhecidas do cálculo dos radicais.

Para completa justificação das afirmações aqui feitas, vamos apresentar a maneira como, em nosso entender, se podem ensinar elementarmente estas questões.

## DEFINIÇÕES

1.ª

Chama-se *média aritmética* dos  $n$  números positivos  $a, b, c, \dots, l$  ao número

$$M_a = \frac{a + b + c + \dots + l}{n}$$

2.ª

Chama-se *média geométrica* dos mesmos números ao número

$$M_g = \sqrt[n]{a \cdot b \cdot c \dots l}$$

3.<sup>a</sup>

Chama-se *média harmónica* dos mesmos números ao número

$$M_h = \frac{n}{\frac{1}{a} + \frac{1}{b} + \frac{1}{c} + \dots + \frac{1}{l}}$$

Notemos em primeiro lugar que a razão do nome de *média* aplicado a cada um destes três números reside no facto de qualquer deles ser um valor compreendido entre o menor e o maior dos números considerados.

Com efeito, sendo

$$a < b < c < \dots < l$$

é também

$$1) \quad a = a, b > a, c > a, \dots, l > a$$

Somando ordenadamente, vem

$$a + b + c + \dots + l > na$$

donde

$$2) \quad \frac{a + b + c + \dots + l}{n} > a$$

Do mesmo modo, temos

$$3) \quad a < l, b < l, c < l, \dots, l = l$$

donde, por adição ordenada, resulta

$$a + b + c + \dots + l < nl$$

e portanto

$$4) \quad \frac{a + b + c + \dots + l}{n} < l$$

As relações 2) e 4) podem escrever-se

$$5) \quad a < M_a < 1$$

As relações 1) e 3) conduzem por multiplicação ordenada respectivamente a

$$a \cdot b \cdot c \cdot \dots \cdot 1 > a^n$$

$$a \cdot b \cdot c \cdot \dots \cdot 1 < 1^n$$

donde

$$\sqrt[n]{a \cdot b \cdot c \cdot \dots \cdot 1} > a$$

$$\sqrt[n]{a \cdot b \cdot c \cdot \dots \cdot 1} < 1$$

e portanto

$$6) \quad a < M_g < 1$$

As relações 1) e 3) podem também escrever-se

$$\left\{ \begin{array}{l} \frac{1}{a} = \frac{1}{a}, \frac{1}{b} < \frac{1}{a}, \frac{1}{c} < \frac{1}{a}, \dots, \frac{1}{1} < \frac{1}{a} \\ \frac{1}{a} > \frac{1}{1}, \frac{1}{b} > \frac{1}{1}, \frac{1}{c} > \frac{1}{1}, \dots, \frac{1}{1} = \frac{1}{1} \end{array} \right.$$

donde resulta sucessiva e respectivamente

$$\left\{ \begin{array}{l} \frac{1}{a} + \frac{1}{b} + \frac{1}{c} + \dots + \frac{1}{1} < \frac{n}{a} \\ \frac{1}{a} + \frac{1}{b} + \frac{1}{c} + \dots + \frac{1}{1} > \frac{n}{1} \end{array} \right.$$

$$\left\{ \begin{array}{l} \frac{n}{\frac{1}{a} + \frac{1}{b} + \frac{1}{c} + \dots + \frac{1}{l}} > a \\ \frac{n}{\frac{1}{a} + \frac{1}{b} + \frac{1}{c} + \dots + \frac{1}{l}} < l \end{array} \right.$$

e portanto

$$7) \quad a < M_h < l$$

TEOREMA — A média aritmética de  $n$  números positivos  $a, b, c, \dots, l$  é superior à média geométrica dos mesmos números desde que naquela sucessão haja pelo menos dois termos diferentes, isto é, pretende-se demonstrar que

$$\frac{a + b + c + \dots + l}{n} > \sqrt[n]{a \cdot b \cdot c \cdot \dots \cdot l}$$

Demonstraremos em primeiro lugar a veracidade do teorema nos casos particulares de

$$n = 2; 4$$

Com efeito, sejam  $a$  e  $b$  dois números positivos diferentes

$$a \neq b$$

será também

$$\sqrt{a} \neq \sqrt{b}$$

e conseqüentemente

$$(\sqrt{a} - \sqrt{b})^2 > 0$$

Desenvolvendo, vem

$$a + b - 2\sqrt{ab} > 0$$

donde

$$a + b > 2\sqrt{ab}$$

e finalmente

$$8) \quad \frac{a+b}{2} > \sqrt{ab}$$

c.d.d.

Para

$$n = 2^2 = 4$$

temos que, sendo  $a$ ,  $b$ ,  $c$ , e  $d$  quatro números positivos diferentes, será

$$a \cdot b \neq c \cdot d$$

e portanto

$$\sqrt[4]{a \cdot b} \neq \sqrt[4]{c \cdot d}$$

Temos conseqüentemente

$$\left( \sqrt[4]{a \cdot b} - \sqrt[4]{c \cdot d} \right)^2 > 0$$

ou, desenvolvendo

$$\sqrt{ab} + \sqrt{cd} - 2\sqrt[4]{a \cdot b \cdot c \cdot d} > 0$$

donde

$$9) \quad \frac{\sqrt{ab} + \sqrt{cd}}{2} > \sqrt[4]{a \cdot b \cdot c \cdot d}$$

Por outro lado viu-se anteriormente que

$$\sqrt{ab} < \frac{a+b}{2}$$

$$\sqrt{cd} < \frac{c+d}{2}$$

Portanto, a desigualdade 9) pode tomar a forma

$$\frac{\frac{a+b}{2} + \frac{c+d}{2}}{2} < \sqrt[4]{a \cdot b \cdot c \cdot d}$$

ou

$$10) \quad \frac{a + b + c + d}{4} < \sqrt[4]{a \cdot b \cdot c \cdot d}$$

c . d . d .

Apesar de ser manifestamente legítima a aplicação do mesmo raciocínio para  $n = 2^3, 2^4, \dots, 2^i$  por maior que seja o inteiro  $i$ , vamos demonstrar por uma indução que a propriedade em questão tem lugar para  $n = 2^i$  números positivos, se supusermos que tem lugar para  $n = 2^{i-1}$  números também positivos.

Suponhamos então que, para os  $2^{i-1}$  números positivos e diferentes

$$a_1, a_2, \dots, a_m,$$

tem lugar a relação

$$\frac{a_1 + a_2 + \dots + a_m}{2^{i-1}} > \sqrt[2^{i-1}]{a_1 \cdot a_2 \cdot \dots \cdot a_m}$$

Pretendemos provar que a mesma propriedade tem lugar quando dobrar o número de termos considerados, isto é, que, para os  $2^i$  números positivos e diferentes

$$a_1, a_2, \dots, a_m, a_{m+1}, \dots, a_{2m},$$

tem lugar idêntica relação

$$\frac{a_1 + a_2 + \dots + a_m + a_{m+1} + \dots + a_{2m}}{2^i} > \sqrt[2^i]{a_1 \cdot a_2 \cdot \dots \cdot a_m \cdot a_{m+1} \cdot \dots \cdot a_{2m}}$$

Com efeito temos, que

$$a_1 \cdot a_2 \cdot \dots \cdot a_m \neq a_{m+1} \cdot a_{m+2} \cdot \dots \cdot a_{2m}$$

e, portanto

$$\sqrt[2^i]{a_1 \cdot a_2 \cdot \dots \cdot a_m} \neq \sqrt[2^i]{a_{m+1} \cdot a_{m+2} \cdot \dots \cdot a_{2m}}$$



ou

$$11) \frac{a_1 + a_2 + \dots + a_m + a_{m+1} + \dots + a_{2m}}{2^i} >$$

$$> \sqrt[2^i]{a_1 \cdot a_2 \cdot \dots \cdot a_m \cdot a_{m+1} \cdot \dots \cdot a_{2m}}$$

c. d. d.

Para provar a completa generalidade da questão proposta, vamos empregar na sua exposição um método formalmente semelhante ao indutivo, mas em sentido regressivo.

Suponhamos então que a propriedade enunciada é verdadeira para  $n + 1$  números positivos e diferentes. Pretendemos prová-la para  $n$  números nas mesmas condições.

Para esse efeito consideremos a identidade

$$\sqrt[n]{a \cdot b \cdot c \dots k} = \sqrt[n]{\sqrt[n+1]{(a \cdot b \cdot c \dots k)^{n+1}}}$$

sendo  $n$  o número de factores do radicando.

Temos sucessivamente

$$\sqrt[n]{a \cdot b \cdot c \dots k} = \sqrt[n+1]{\sqrt[n]{(a \cdot b \cdot c \dots k)^{n+1}}}$$

$$12) \sqrt[n]{a \cdot b \cdot c \dots k} = \sqrt[n+1]{a \cdot b \cdot c \dots k \sqrt[n]{a \cdot b \cdot c \dots k}}$$

Ora no radicando do 2.º membro da igualdade 12) figuram evidentemente os  $n + 1$  números positivos  $a, b, c, \dots, k, \sqrt[n]{a \cdot b \cdot c \dots k}$  e, portanto, pela hipótese estabelecida, podemos escrever

$$\frac{a + b + c + \dots + \sqrt[n]{a \cdot b \cdot c \dots k}}{n + 1} > \sqrt[n+1]{a \cdot b \cdot c \dots k \cdot \sqrt[n]{a \cdot b \cdot c \dots k}}$$

ou, atendendo a 12)

$$\frac{a + b + c + \dots + k + \sqrt[n]{a \cdot b \cdot c \dots k}}{n + 1} > \sqrt[n]{a \cdot b \cdot c \dots k}$$

Desembaraçando de denominadores, vem

$$a + b + c + \dots + k + \sqrt[n]{a \cdot b \cdot c \dots k} > (n + 1) \sqrt[n]{a \cdot b \cdot c \dots k}$$

donde

$$a + b + c + \dots + k > n \sqrt[n]{a \cdot b \cdot c \dots k}$$

e finalmente

$$13) \quad \frac{a + b + c + \dots + k}{n} > \sqrt[n]{a \cdot b \cdot c \dots k}$$

Ora, o teorema proposto foi verificado para  $n = 2, 2^2, 2^3, \dots, 2^i$  por maior que seja  $i$ , portanto é verdadeiro para os inteiros antecedentes

$$n = 2^i - 1, 2^i - 2, \dots$$

isto é, a proposição é geral.

**Corolário** — *Se tiver lugar a relação*

$$a = b = c = \dots = k$$

*a média aritmética é igual à correspondente média geométrica.*

Com efeito, das definições 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> tira-se

$$M_a = \frac{a + a + a + \dots + a}{n} = \frac{na}{n} = a$$

$$M_g = \sqrt[n]{a \cdot a \cdot a \dots a} = \sqrt[n]{a^n} = a$$

e portanto

$$M_a = M_g$$

c. d. d.

**TEOREMA** — A média harmónica de  $n$  números positivos  $a, b, c \dots k$  é inferior à média geométrica dos mesmos números desde que naquela sucessão haja pelo menos dois termos diferentes, isto é, pretende-se provar que

$$\frac{\frac{1}{a} + \frac{1}{b} + \frac{1}{c} + \dots + \frac{1}{k}}{n} < \sqrt[n]{a \cdot b \cdot c \dots k}$$

Com efeito, apliquemos o teorema anterior aos recíprocos dos números considerados.

Temos

$$\frac{\frac{1}{a} + \frac{1}{b} + \frac{1}{c} + \dots + \frac{1}{k}}{n} > \sqrt[n]{\frac{1}{a} \cdot \frac{1}{b} \cdot \frac{1}{c} \dots \frac{1}{k}}$$

donde sucessivamente

$$\frac{\frac{1}{a} + \frac{1}{b} + \frac{1}{c} + \dots + \frac{1}{k}}{n} > \sqrt[n]{\frac{1}{a \cdot b \cdot c \dots k}}$$

$$\frac{\frac{1}{a} + \frac{1}{b} + \frac{1}{c} + \dots + \frac{1}{k}}{n} > \frac{1}{\sqrt[n]{a \cdot b \cdot c \dots k}}$$

$$\frac{\frac{1}{a} + \frac{1}{b} + \frac{1}{c} + \dots + \frac{1}{k}}{n} < \sqrt[n]{a \cdot b \cdot c \dots k}$$

c. d. d.

**Corolário** — *Se tiver lugar a relação*

$$a = b = c = \dots = k$$

*a média harmónica é igual à correspondente média geométrica.*

Com efeito, das definições 2.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> tira-se

$$M_h = \frac{n}{\frac{1}{a} + \frac{1}{a} + \frac{1}{a} + \dots + \frac{1}{a}} = \frac{n}{\frac{n}{a}} = a$$

$$M_g = \sqrt{a \cdot a \cdot a \dots a} = \sqrt{a^n} = a$$

e portanto

$$M_h = M_g$$

c. d. d.

Ao terminar a exposição deste interessante assunto, queremos chamar a atenção para o facto, deveras curioso, do teorema fundamental aqui demonstrado completar a informação que os alunos devem ter sobre o fecundo *método de indução matemática* ou *de recorrência*, ao ingressarem nos Cursos Superiores.

Na verdade, sempre que houve oportunidade de usar este método na exposição de alguns assuntos da Matemática Elementar, o seu emprego foi orientado no sentido de verificar em primeiro lugar a propriedade enunciada nos casos particulares de  $n = 2, \dots$ ; supôs-se a seguir provada para qualquer valor inteiro de  $n$  e demonstrou-se depois a sua veracidade para o inteiro  $n + 1$ .

Por este engenhoso mecanismo passa-se por uma forma contínua do finito ao infinito.

Em contraposição, no caso sujeito à nossa crítica, verificou-se a propriedade enunciada para os casos particulares de  $n = 2, 4$ ; a seguir, por um raciocínio indutivo, generalizou-se a propriedade para os valores de  $n = 2^i$  por maior que seja o inteiro  $i$ .

Por este mecanismo passou-se também do finito ao infinito, mas não por forma contínua, visto existir lacuna entre cada dois termos consecutivos da sucessão

$$n = 2, 2^2, 2^3, \dots, 2^{i-1}, 2^i, \dots$$

Para provar a completa generalidade da proposição enunciada, isto é, para provar que a referida propriedade tem lugar também para todos os valores de  $n$  compreendidos entre dois quaisquer termos consecutivos daquela sucessão, adoptou-se o método que consiste em supor a propriedade verdadeira para o inteiro  $n + 1$  e demonstrar a seguir que continua a ter lugar para o inteiro antecedente  $n$ .

Resumindo: as considerações anteriores mostram de um modo evidente que, apesar destes dois métodos de investigação matemática serem na sua essência distintos, existe todavia uma certa analogia que os torna formalmente semelhantes.

É manifesto que o emprego de um ou do outro dependerá dos casos e das circunstâncias que os revestirem.

Coimbra, Fevereiro de 1947.

JOSÉ AUGUSTO CARDOSO

# DATOS ESTADISTICOS DE ELEMENTOS ESCASOS EN MINERALES Y CENIZAS

## SUMMARY

In this paper the frequencies in so much percentage are given of the chemical elements contained in the earth crust, in a proportion minor to 1 % as shown in several hundreds of samples of natural products which we determined by excitation in the pulverized sample or in its ashes (in the case of carbons or organic products).

In a rapid examination of the statistical table a high frequency of silver and antimony can be appreciated in the lead minerals. There is a predominance of light elements in silicates and water residuums. Existence of Cr, Cu, Mn, Ti and V in all the carbon ashes, and of Be, Ga, Ge, La and Sr nearly in their totality. A nearly constant frequency of Ba, Cu, Li, Mn, Ni, P and Ti in the different groups of vegetable ashes.

## RESUMEN

Se dan las frecuencias en tantos por ciento de los elementos químicos contenidos en la corteza terrestre en proporción menor del 1 %, en varios centenares de muestras de productos naturales, determinados por excitación en la muestra pulverizada o en sus cenizas (si son carbones o productos orgánicos). En una rápida hojeada del cuadro estadístico, se aprecia una frecuencia elevada de la plata y antimonio en los minerales de plomo. El predominio de elementos ligeros en silicatos y residuos de agua. La existencia de Cr, Cu, Mn, Ti, y V en todas las cenizas de carbones y de Be, Ga, Ge, La y Sr en la casi totalidad. La casi constancia en frecuencia de Ba, Cu, Li, Mn, Ni, P y Ti en las diversas agrupaciones de cenizas vegetales.

## GENERALIDADES

Como consecuencia de los trabajos efectuados de una manera sistemática con más de 3000 muestras de productos minerales tanto de los Reinos mineral, como vegetal y animal, se dispone de datos estadísticos que han permitido establecer conclusiones provisionales de los elementos contenidos en la corteza terrestre en proporciones menores al 1 %, estas deducciones deben admitirse con reserva por ser de opinión que estas conclusiones para tener carácter definitivo se han de basar en muchos miles de determinaciones. También se ha recurrido para más garantía a muestras y datos de ejemplares estudiados por otros autores en los mismos laboratorios.

El estudio de los diversos ejemplares se efectuó; si se trataba de minerales a partir de la muestra pulverizada a 120 mallas y de cenizas secas cuando pertenecían a seres orgánicos, en todos los casos sin someter las muestras a tratamiento previo para conseguir concentraciones de determinados elementos, en cuyo caso hubiera sido mayor el número de los encontrados y su respectiva frecuencia.

La excitación empleada fué el arco, con corriente continua, tensión 220 v. e intensidad 5 a, con una resistencia en serie de 38  $\Omega$ . La cantidad de muestras utilizada fué como máximo 0,05g. y en los casos en que no se disponía de suficiente cantidad, se redujo hasta 0,02 g. La excitación dura hasta la volatilización total de la muestra y la toma del espectrograma se hace durante toda la excitación. Los electrolitos auxiliares son de carburo muy puro, preparados por el Pr. Gatterer al que damos las gracias por su amabilidad en proporcionar este material de trabajo incluso en momentos de grandes dificultades. Como espectrografo se utiliza un Hilger tipo Litrow de dispersión grande con óptica de cuarzo.

Simultáneamente a la interpretación cualitativa se hicieron valoraciones aproximadas por persistencia de las líneas espectrales.

En los resultados transcritos en el siguiente cuadro figura la frecuencia en tantos por ciento para cada grupo de muestras

de cada uno de los elementos contenidos en la corteza terrestre en proporciones menores de,  $10^{-2}$ , por tal motivo se ha prescindido del aluminio, calcio, hierro, potasio, magnesio y sodio y silicio que existen en proporciones superior al 1 %, el carbono no se pudo determinar por operar con electrodos de carbon y el boro por ser la única impureza de los electrodos soportes. Hay elementos que no figuran en el cuadro por no haber encontrado su línea en los espectrogramas de los especímenes analizados, tal ocurre con el cerio, europio, hafnio, niobio, neodimio, praseodimio, radio, samario, talio, terbio, torio, tulio y uranio.

### METALES NATIVOS

Entre los metales nativos se estudiaron 8 de plomo (<sup>1</sup>), 15 de plata (<sup>2</sup>), 40 de cobre (<sup>3</sup>) y 10 de platina (<sup>4</sup>), total 73.

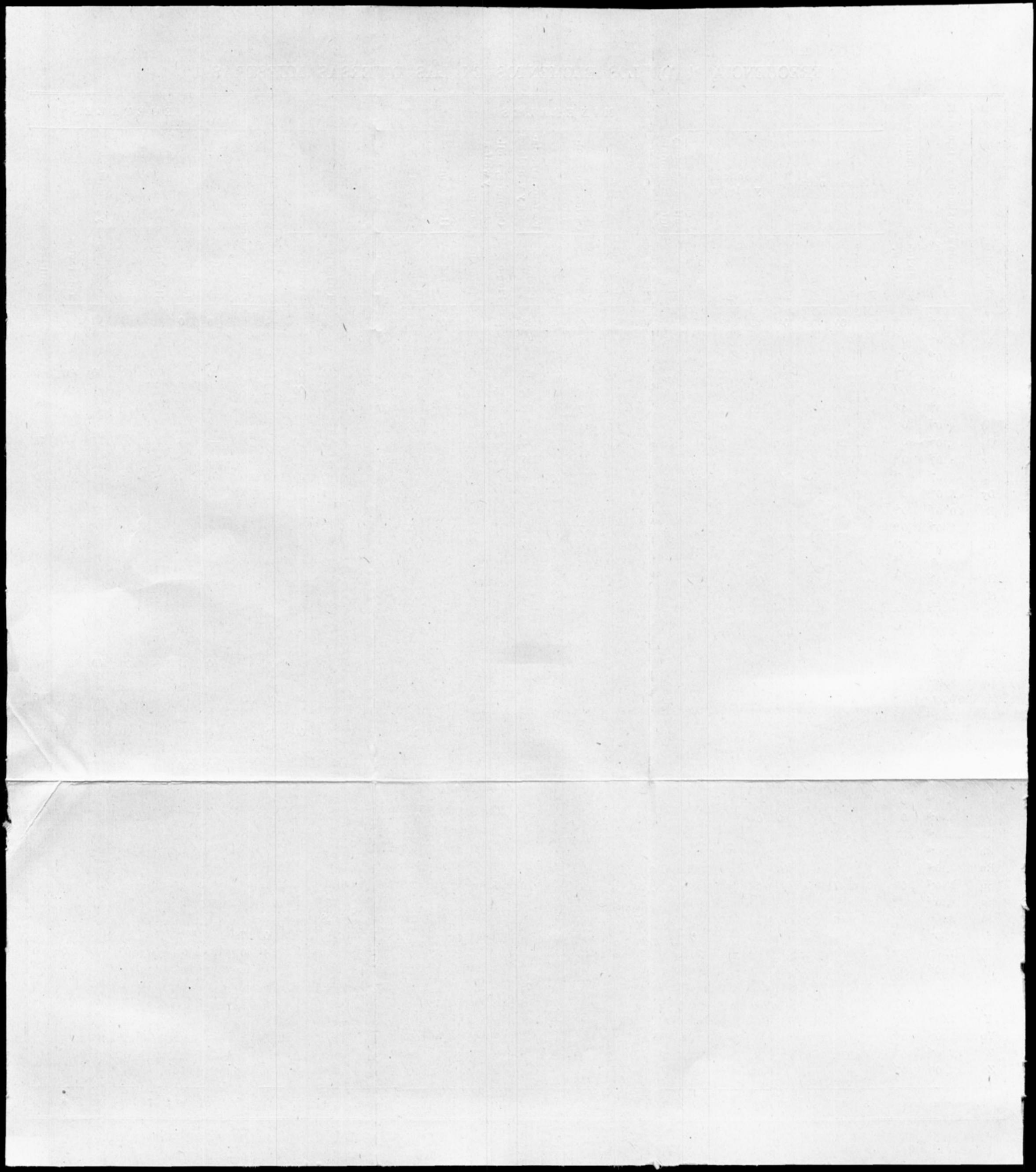
De las muestras de plomo nativo la de Langban (Suecia) no tenía impureza alguna y en la de Chile el oro alcanzó los 100 g. por Tm. O sea que podía considerarse como una mena aurífera, la plata está contenida en el 88 % de los ejemplares. Las 15 platas nativas eran españolas y como elemento más frecuente tiene el plomo en el 93 % de ellas. Los cobres procedentes de 17 países tiene plata en el 78 % de las muestras. De los 10 platinos uno procede de Ronda, otro de Choco y los restantes son rusos; por el análisis se ha comprobado que las muestras de platino de Yoff tienen una elevada proporción de osmio, iridio, y rutenio, todas las muestras tienen los siguientes elementos; plata, oro, cobalto, cobre, iridio, níquel, osmio, plomo, paladio y rutenio.

### SULFUROS Y SELENIUROS

Del grupo de los sulfuros y seleniuros es del que se han estudiado mayor número de ejemplares, de los de plomo (<sup>1</sup>) se analizaron 720 galenas, 3 clausalitas, 2 zorquitas y 1 begerita. De las galenas se comprobó en 6 la existencia de oro en proporciones del orden de 100 g. por Ton, y del platino en 4, la plata está contenida en el 99 % de las de las muestras y el antimonio en el 84 %. De los sulfuros de cinc (<sup>5</sup>) el número de los ejem-

FRECUENCIA % DE LOS ELEMENTOS EN LAS DIVERSAS MUESTRAS

Elementos	Contenido aproximado en la corteza terrestre	Sensibilidad espectroquímica en 0,05 g.	MINERALES																				VEGETALES									
			Metales nativos				Sulfuros y seleniuros			Sulfo arseniados y sulfo antimoniados	Oxidos		Carbonatos sulfatos		Fosfatos arseniados y vanadatos	Cromatos, moli- batos y wolfr- matos	Halogenuros	Varios		Silicatos			Aguas (residuos secos)	Carbones (cenizas)	Cereales	Legumbres	Hortalizas	Frutas	Condimentos y estimulantes	Tuberculos	Semillas	
			Plomo	Plata	Cobre	Platina	Plomo	Cinc	Mercurio	Plomo	Plomo	Manganeso	Plomo	Calcio	Plomo	Plomo	Magnesio	Plomo	Plomo	Bismuto	Manganeso	Turmalinas	Arcillos									
Ag	6.10 <sup>-8</sup>	10 <sup>-6</sup>	88	100	78	100	99	89	69	100	100		92	3	88	92		100	98		4		4	90	0	2	3	13				
As	4,8.10 <sup>-6</sup>	10 <sup>-3</sup>	13		10		8	11	85	36	57		5		44			10	50													
An	6.10 <sup>-9</sup>	10 <sup>-4</sup>	13		3	100	1	2	2									1														
Ba	4.0.10 <sup>-4</sup>	10 <sup>-4</sup>		20	3		13	3	9	8	29	11	22	100	23		33	14		8	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100		
Be	5.10 <sup>-6</sup>	10 <sup>-7</sup>					3	1		3			8		19	15		4	10		100	100	14	80								
Bi	3.10 <sup>-8</sup>	10 <sup>-6</sup>	38	20	13		20	9	22	28	43		7		12			18	100	49												
Cd	4.10 <sup>-7</sup>	10 <sup>-4</sup>	13				19	90	45	10	14		4		15			16														
Co	1,2.10 <sup>-5</sup>	10 <sup>-4</sup>	38	27	5	100	11	17	24	42	14	76	6	1	5			11		53	76	100	13	64	—	66	11	10	25	—	78	
Cr	3,8.10 <sup>-3</sup>	10 <sup>-4</sup>					1		19		29		3		56	15		4	80		76		8	100								
Cu	1,9.10 <sup>-4</sup>	10 <sup>-4</sup>	51	53	100	100	38	45	98	56	1			100	14			36	60		100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	
Dy	4,5.10 <sup>-6</sup>	10 <sup>-4</sup>													2			0'1														
Er	4.0.10 <sup>-6</sup>	10 <sup>-5</sup>													5			0'2														
Ga	2.10 <sup>-7</sup>	10 <sup>-5</sup>					13	53		8	71		17		12			13					32	98								
Gd	4,5.10 <sup>-6</sup>	10 <sup>-4</sup>													4	9		0'4														
Ge	1.10 <sup>-6</sup>	10 <sup>-6</sup>		7			4	73	6	3	14		2					3					44	58								
Hg	3.10 <sup>-8</sup>	10 <sup>-4</sup>	50	66	35		0'3	21	100	3				4				1														
Ho	7.10 <sup>-7</sup>	10 <sup>-5</sup>													2			0'1														
In	1.10 <sup>-7</sup>	10 <sup>-6</sup>			13		21	43		8	57		1		2			18														
Ir	2.10 <sup>-8</sup>	10 <sup>-4</sup>				100																										
La	4,5.10 <sup>-6</sup>	10 <sup>-3</sup>													1	16		1						64								
Li	4.10 <sup>-5</sup>	10 <sup>-4</sup>					1	1	2				3		2		2	10		56	90	100		100	100	100	100	100	100	100	100	
Lu	9.10 <sup>-7</sup>	10 <sup>-6</sup>													1																	
Mn	9,0.10 <sup>-4</sup>	10 <sup>-4</sup>	38	27	5		24	28	66	50	14	100	16	97	30	8	100	42	25		100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	
Mo	7,5.10 <sup>-6</sup>	10 <sup>-5</sup>			10		3	4	38	8	14		6		26	92		6	80	100			23									
Ni	1,8.10 <sup>-4</sup>	10 <sup>-5</sup>	38	27	5	100	12	2	18	25	14	11	5	3	8			12	10	8	4	100	20		100	100	100	100	100	100	100	
Os	4.10 <sup>-8</sup>	10 <sup>-3</sup>				100																										
P	1,2.10 <sup>-3</sup>	10 <sup>-2</sup>							3				7		88	8		5							100	100	100	100	100	100	100	100
Pi	3.10 <sup>-5</sup>	10 <sup>-6</sup>	100	93	63	100	100	94	79	100	100	11	100	3	100	100		100	100	8	100	86	75	90	59	36	31	69	17	22		
Pd	5.10 <sup>-8</sup>	10 <sup>-4</sup>				100																										
Pt	5.10 <sup>-8</sup>	10 <sup>-5</sup>				100	0,6												0'4													
Rb	3,5.10 <sup>-5</sup>	10 <sup>-1</sup>							2																							
Rh	1.10 <sup>-8</sup>	10 <sup>-4</sup>																														
Ru	4.10 <sup>-8</sup>	10 <sup>-3</sup>				100																										
Sb	3.10 <sup>-7</sup>	10 <sup>-4</sup>	63	47	5		84	46	58	98	80		40		40	45		83	78	100		4	2									
Sc	6.10 <sup>-6</sup>	10 <sup>-5</sup>																														
Sn	6.10 <sup>-6</sup>	10 <sup>-6</sup>	38	66	18		44	57		20	57		15		26			33	39	100		28	23									
Sr	2,0.10 <sup>-4</sup>	10 <sup>-3</sup>			3		9	1	10	8	43		100	14	15			10					100	78								
Ti	8,7.10 <sup>-3</sup>	10 <sup>-5</sup>	38	20	33		10	4	70	28	71	42	23	24	33			50		90	29	72	54	100	100	100	100	100	100	100	100	
Tl	1.10 <sup>-7</sup>	10 <sup>-5</sup>					8	3		3	14							11	14	10												
V	1.10 <sup>-4</sup>	10 <sup>-6</sup>			5		3	2	34		43	13	16		79	23			8	70	8	44	82	26	100	50	17	15	6	25		
W	3.10 <sup>-5</sup>	10 <sup>-3</sup>					0'6		4						2	8	100	17	1													
Y	7.10 <sup>-5</sup>	10 <sup>-3</sup>													21				1													
Yb	3,5.10 <sup>-6</sup>	10 <sup>-6</sup>													12				0'5													
Zi	1,7.10 <sup>-4</sup>	10 <sup>-3</sup>	25		8		40	100	33	8	57		6		9			33	34													
Zn	2,3.10 <sup>-4</sup>	10 <sup>-4</sup>					0,3		8						2				0'3					6	6							
N.º de muestras			8	15	40	10	726	135	67	36	7	55	86	71	43	15	22	6	824	10	80	25	77	144	50	10	19	47	72	32	6	9



plares analizados fué 135. Los elementos más frecuentes son plomo, cadmio y plata con frecuencias de 94 %, 90 % y 89 %.

Los cinabrios estudiados fueron 67 (6) y en ellos se ha comprobado que el cobre está contenido en el 98 % de las muestras y el plomo en el 79 %.

### SULFOARSENIATOS

Dentro del grupo de los sulfoarseniatos se analizaron 3 dufronoisitas, y 1 legembachita (1) las cuatro contienen plata.

### SULFOANTIMONIATOS

Los 31 sulfoantimoniatos de que figuran sus datos en este trabajo (1) se agrupan en 10 cinquenitas, 4 georonitas, 4 boulan-geritas, 1 plagionita, 6 bournonitas y 6 freislebenitas, todas tiene plata como la mayor parte de los minerales de plomo. En las cinquenitas, el cobalto tiene una frecuencia del 70 % y en las freislebenitas el cobre esta contenido en el 83 %.

### OXIDOS

Dos clases de óxidos se consideram, los de plomo (1) en dos variedades mascotas, con 6 muestras y minio con una todas con plata y los de manganeso (7) que fueron 55 muestras todas españolas, agrupadas en pirolusitas, manganitas, hausmanitas, y wad, con la particularidad de ser el cobalto el elemento más frecuente, contenido en el 76 % de las muestras.

### CARBONATOS E SULFATOS

Se han elegido dos clases de carbonatos, los de plomo (1) y los de calcio (8). Entre los primeros se estudiaram 86, de ellos 73 son cerusitas, 7 anglesitas, 5 linanitas y 1 leadilita, la fre-

cuencia de la plata en ellos es del 92 %. La segunda está constituida por 71 aragonitos, en ellos el bario y el cobre están contenidos en todas las muestras y el manganeso en el 97 % y con un caracter dudoso en algunos el gadolinio, lutecio e iterbio.

### FOSFATOS ARSENIATOS Y VANADATOS

Las 43 muestras del grupo de los fosfatos, arseniatos y vanadatos (1) se agrupan en 33 piromorfitas, 3 campilitas, 4 vanaditas, 1 dicroicita y 2 mimetitas, la plata la contienen el 88 %. En las piromorfitas se reconocieron el disprosio en 3 %, erbio 7 %, gadolinio 12 %, holmio, 3 %, lantano 18 %, itrio 27 %, e iterbio 27 %; en una de las tres campilitas se encuentra el lantano.

### BROMATOS MOLIBDATOS Y WOLFRAMATOS

Se pueden considerar dos grupos, el de plomo (1) con 13 muestras que son una crocoisa y 12 vulfrenitas y los de manganeso (7) con 22 muestras.

### HALOGENUROS

De los 6 halogenuros de plomo estudiados (1) 3 son nadoritas y 3 lauronitas y fosgenitas, todas tienen plata y contienen antimonio el 83 %.

### SILICATOS

Los silicatos analizados se pueden encajar en 2 grupos que son trunalinas (9) y arcillas (10). Del primero se dispuso de 25 muestras diferentes, todas contienen Ba, Be, Mn, Pb. El Co y Cr están contenidos en el 76 % y el Ti en el 72 %. Este plomo de las turmalinas le consideramos radiogénicos al igual que el

perteneciente a los otros silicatos estudiados que son las arcillas en 77 muestras, todas ellas contienen Ba, Be, Co, Cu, Mn y Ni, además el litio está en el 90 % de las arcillas, el plomo en el 86 % y el vanadio en el 82 %. En general todos los elementos contenidos en estos silicatos son de número atómico bajo.

## AGUAS

Se obtuvieron espectrogramas de los residuos secos<sup>(11)</sup> de 144 aguas mineromedicinales de la Península Ibérica. En todas existe claramente Ba, Cu, Li, Mn y Sr. El plomo lo contienen el 75 % y así como en los silicatos suponemos que también es radiogénico. Los elementos más frecuentes coinciden en líneas generales con los que tienen los silicatos. La variedad de los elementos en general independientemente de las condiciones del terreno, confirma la opinión de la acción mineralizante de los elementos contenidos en pequenísimas proporciones de las rocas por donde discurren.

## CARBONES

De las 50 cenizas de carbones asturianos<sup>(12)</sup> considerados todas contienen Cr, Cu, Mn, Ti y V. El berilio el 80 %, el galio 98 % el germanio 58 % lantano 64 % y estroncio 78. Por estos análisis se ve la posibilidad de seguir en la misma cuenca las diversas capas por su composición elemental, así como el enriquecimiento de elementos pesados en las capas de carbón de los fondos de los sinclinales.

## VEGETALES

De las 201 muestras de vegetales españoles, cultivados en suelos normales, 10 son de cereales, 19 de legumes<sup>(13)</sup>, 47 de hortalizas<sup>(14)</sup>, 72 de frutas<sup>(15)</sup>, 32 de condimentos y estimulantes<sup>(16)</sup>, 6 de tubérculos, 9 de semillas y 6 de frutos secos<sup>(17)</sup>.

Los elementos encontrados en todas las muestras son Ba, Cu, Li, Mn, Ni, P y Ti. Además de estos se aprecia tendencia a concentrarse la plata en los cereales y musaceas, aunque la que actúa más activamente es el agaricano denominado psaliotaperia competri.

Carecen de cobalto los cereales y semillas y sin embargo se encuentra en la miel, este elemento lo contienen todas las legumbres. También se comprobó la carencia del molibdeno en los cereales y su existencia en todas las semillas, y la casi totalidad de las legumbres, se encuentra en la leche y en casi todos los quesos, procedentes de los pastos y piensos. El plomo está contenido en casi todos los cereales y el 69 % de los condimentos y estimulantes, este elemento suponemos es radiogénico procedente tanto de los terrenos de cultivo como de las aguas de riego si son subterráneas, pues la variación en frecuencia y concentraciones permiten considerarlo en los vegetales como un elemento accidental.

La asimilación por los vegetales y su posterior reconocimiento en los productos de ellos obtenidos, de algunos elementos del terreno lo comprobamos claramente en los vinos de Porto, en los residuos secos de algunas muestras de este vino se encuentra wolframio procedente de los terrenos en que se efectuaron los cultivos de la vid, en la totalidad de los vinos españoles y portugueses analizados se ha encontrado cobre procedente quizás de la sulfatación de las vides.

En las conservas vegetales enlatadas se ha comprobado en algunas, la existencia de estaño así como un enriquecimiento de hierro y plomo. En los cultivos para los que se utilizaron aguas de riego preparadas previamente con metales disueltos se ha comprobado en las cenizas vegetales el enriquecimiento selectivo, cualitativo y cuantitativo de los elementos contenidos en las aguas.

D. JUAN MANUEL LOPEZ DE AZCONA

## BIBLIOGRAFIA

(<sup>1</sup>) *Estudio geoquímico de los minerales de plomo* — Juan Manuel Lopes de Azcona — I. O. N. — 446 — 1942.

(<sup>2</sup>) *Estudio espectrográfico cuantitativo de las platas nativas de España* — S. Piña de Rubies y J. Milans del Bosch — *Bols. Inst. Geol. y Min. de Esp.* — LIII — 221 — 1933.

(<sup>3</sup>) *Estudio espectral de algunos cobres nativos* — S. Piña de Rubies y J. Doetsch. — *N. y C. del Inst. Geol. y Min.* — v — 43 — 1933.

(<sup>4</sup>) *Estudio espectroquímico del platino nativo* — S. Piña de Rubies — *Anal. Soc. Esp. Fís. y Quím.* — XIV — 312 — 1916.

(<sup>5</sup>) *Estudio geoquímico de las blendas* — J. M. López de Azcona — *Min. y Meta.* Enero 1943.

(<sup>6</sup>) *Estudio geoquímico de cinabrios.* — J. M. López de Azcona — *Alfa* n.º 9. — 194.

(<sup>7</sup>) *Estudio espectroquímico de los minerales de manganeso especiales* — S. Piña de Rubies y J. Dorronsoro — *Anal. Soc. Esp. Fís. y Quím.* XXVII — 778 — 1929.

(<sup>8</sup>) *Análisis espectroquímico de aragonitos españoles* — J. M. López de Azcona y J. Benedett. *Real Soc. Esp. Fís. y Quím. Sesión*—8—Julio 1946.

(<sup>9</sup>) *Relación entre el color y la composición espectroquímica de las turmalinas* — J. M. López de Azcona. *Alfa* — n.º 3. 1944.

(<sup>10</sup>) *Composición elemental de arcillas españolas* — J. M. López de Azcona, M. Dean y A. Santos. — *B. Inst. Geol. y Min.* LVIII—437—1945.

(<sup>11</sup>) *Composición elemental por métodos espectrales de aguas medicinales de la Península Ibérica. N.º 1* — J. M. López de Azcona — *N. y C del Inst. Geol. y Min.* — 1947 (en prensa).

(<sup>12</sup>) *Investigación de elementos exigüos en cenizas de carbones minerales asturianos* — J. M. López de Azcona y A. Camuñas Puig. *Bo. Inst. Geol. y Min.* 1947 (en prensa).

(<sup>13</sup>) *Oligoelementos en alimentos españoles de origen vegetal. I cereales y legumbres* — J. M. López de Azcona, A. Santos y M. Dean — *Anal. Fís. y Quím.* XLI — B. 58 — 1945.

(<sup>14</sup>) *Oligoelementos en alimentos españoles de origen vegetal. II Hortalizas*—M. Dean, J. M. López de Azcona y A. Santos—*Anal. Fís. y Quím.* XLII. 508—1946.

(<sup>15</sup>) *Oligoelementos en alimentos españoles de origen vegetal. III. Frutas.* A. Santos, M. Dean y J. M. Lopez de Azcona—*Anal. Fís. y Quím.* XLII. 657—1946.

(<sup>16</sup>) *Oligoelementos en alimentos españoles de origen vegetal. IV Condimentos y estimulantes.* J. M. López de Azcona, A. Santos M. Dean—*Anal. Fís. y Quím.* XLII—825—1946.

(<sup>17</sup>) *Oligoelementos en alimentos españoles de origen vegetal. V. Tubérculos, semillas y frutos secos.* J. M. López de Azcona, A. Santos y M. Dean—*Anal. Fís. y Quím.*—XLII—833—1946.

DISCURSO PRONUNCIADO PELO DR. EUGÉNIO DE LEMOS, ENTÃO GOVERNADOR CIVIL DO DISTRITO DE SANTARÉM, NA SESSÃO SOLENE REALIZADA NO SALÃO NOBRE DOS PAÇOS DO CONCELHO DE TOMAR, NO ACTO DA COMEMORAÇÃO DO I CENTENÁRIO DA CIDADE

SR. PRESIDENTE E SENHORES VEREADORES DA CÂMARA DE TOMAR:

Com a pompa apropriada e correspondente ao aniversário que hoje se comemora, resolveu a Câmara festejar o 1.º centenário da elevação da *Notável Vila de Tomar* à categoria de cidade.

Realmente não podia, em boa justiça, deixar de se dar relevo a um facto da mais decidida importância na História moderna desta terra, onde tantos acontecimentos notáveis se desenrolaram, já não digo nos oito séculos da nossa vida de Nação independente e livre, mas até naqueles outros de que os homens conservam memória através de documentos ou de tradições.

E, para nos associarmos ao regosijo da cidade, nos juntamos todos aqui, nesta histórica sala, e vamos ouvir ao grande amigo de Tomar o seu panegírico brilhante.

Militar ilustre, investigador paciente e laborioso, escritor vernáculo e elegante, o General Lacerda Machado vem, até nós, cantar, em bela prosa ritmada, a sua dedicação por esta linda cidade, tantas vezes manifestada, e trazer-nos, em amorosa viagem pelos tempos de antanho, todo o cortejo dos homens e dos factos que a honraram e enobreceram.

Quisera eu também poder emprestar a esta brilhante solenidade o valor, que não tenho, de uma colaboração equivalente às belezas naturais desta terra de maravilhas, à grandeza da sua História, à dedicação de seus filhos, naturais e adoptivos, à espontânea atracção que para ela sentem os que por aqui passam ou nela se demoram.

E, afinal, só posso nas saudações calorosas aos tomarenses, significar-lhes a minha alegria em poder compartilhar daquela que a todos hoje invade, e a minha gratidão pelo generoso, fidalgo e hospitaleiro acolhimento que sempre aqui encontrei.

**MEUS SENHORES:**

Quando Sua Majestade a Rainha Dona Maria II assinou, aos 13 de Fevereiro de 1844, a Carta Régia que concedeu a Tomar o título de cidade, não fez mais, diga-se em abono da verdade, de prestar justiça a um passado glorioso e a uma prosperidade crescente, fundado aquele nas horas incertas da Fundação e da Conquista, primeiro, na ventura e na glória da expansão, depois, nas restaurações de 1640 e de 1808, mais tarde; baseada esta nas fábricas, nas minas, nas manufacturas, no comércio, na agricultura que têm dado riqueza à terra e nomeada aos méritos dos seus operários e artífices.

E se os Gualdim Pais, os Gomes Ramires, os Lopus Dias de Sousa, os Monges fidalgos do Templo e de Cristo, merecem nomeada, não menos se devem lembrar os Pietras, os Rattons, os Verdiere, os Castilhos, os Holandas, e tantos outros cujos traços de vida serão eternos como as obras que atrás de si ficaram.

Antes porém de louvar os homens e o seu esforço com que palavras e em que expressões nos poderemos referir à obra de Deus, tão pródiga para Tomar que a cercou das mais idílicas belezas que se podem sonhar neste «jardim à beira mar plantado» !!...

Mimosa de seu clima, de solos fecundos e ubérrimos, ergue-se em colinas, como em outros tantos miradoiros de maravilha, e abre o seio aos carinhosos afagos do Nabão, tão soberbo de seus amores, que a reparte em metades para melhor a servir e mais vagarosamente a admirar.

Não é motivo de espanto, por isso mesmo, que celtas, romanos, godos e árabes, todos a cubicassem e disputassem com encarniçamento e ciúme de apaixonados, e dos encantos e da doçura do

rio tirassem o nome da terra, comparando-a com as saborosas tâmaras da África longínqua.

E eis aí Nabância, para uns, Séllium, para outros, cidade opulenta e populosa a passar de mão em mão, qual jóia de alto preço assinada pelo mais notável e hábil dos artistas.

O cônsul Valério Máximo, no domínio Romano, o Conde Britaldo, o abade Célio, a virgem Irene ou Iría, do tempo dos godos, são nomes que chegam aos nossos ouvidos para demonstrar a importância do antigo aglomerado urbano, ou para servir de base à história ou lenda cheia de espiritualidade e encanto.

Mas é volvida a hora da independência pátria, que se inicia a vida da nova povoação sentada à larga sombra e acolhida à guarda do forte castelo, que Gualdim Pais ergueu, lá em cima, no alto da colina, a aproveitar-lhe as belezas naturais e a facilidade de defesa que o alcantilado das suas encostas lhe proporcionava.

Foi depois da tomada de Santarém, que D. Afonso Henriques quis premiar os serviços dos Templários, e ao mesmo tempo conceder-lhes a honra e a glória da defesa da fronteira sul do seu minúsculo reino, doando-lhe aquela vila, mas, como o Bispo de Lisboa contestasse a doação, e, naquelas bárbaras épocas medievais, o direito tivesse mais força do que a própria força dos monarcas considerados pelas civilizadas gerações nossas contemporâneas como déspotas intratáveis, e ganhasse o recurso, o Rei cedeu à heróica Ordem do Templo o castelo de Ceras e os territórios anexos, entre os quais se contavam os da antiga Nabância.

Ceras era situada em local agreste, entre montes de difícil acesso, impróprio para defesa e mais ainda para base de ataque, por isso o Mestre do Templo, o bravo e experimentado Gualdim Pais, vem fundar o novo castelo, nas alturas dominantes do Nabão, na era de Cristo de 1160, e, logo em 1162, deu foral à povoação, que rapidamente crescera, segura da vizinhança.

Razão tinham os primeiros tomarenses de confiar na acção e na força da Ordem e dos seus cavaleiros.

Fundada em 1118 pelos franceses Hugo de Payens e Godofredo de Saint-Omer propunha-se inicialmente a defender o Santo Sepulcro, e os seus primeiros nove agremiados, entre os

quais se contava o português Arnaldo da Rocha, instalaram-se numa casa dada pelo famoso Balduino II, perto do Templo de Salomão, na cidade de Jerusalém, chamando-se por isso irmãos da Casa do Templo, da Ordem do Templo, templários ou cavaleiros do Templo, e, obrigando-se aos três votos de pobreza, obediência e castidade, tomaram para si a regra de São Bernardo.

O seu estandarte era preto e branco, indicando com a cor negra a morte dos infiéis, pela qual lutavam, e com a branca a salvação dos cristãos, que profundamente desejavam, tendo no centro uma cruz salomónica a vermelho e a divisa «Não a nós Senhor, não a nós mas ao vosso nome dá a glória».

Da Terra Santa se espalhou a nova Ordem, dentro de pouco, a todo o mundo cristão, e assim é que, tendo sido a sua fundação datada de 1118, logo em 1128 a encontramos a receber das mãos de D. Tereza a doação de Soure, baluarte de defesa frente ao inimigo da Cruz, em 1159 recebe, de D. Afonso, Ceras, em 1160 funda Tomar, e, nos fins desse século, contava nos seus domínios os castelos e termos de Soure, Ega, Redinha, Pombal, Ceras, Idanha, Zêzere, Almorol, Tomar e Valelhas.

O seu engradecimento era visível e corria parselhas com os altos e assinalados serviços prestados pelos seus esforçados cavaleiros às Bandeiras dos monarcas portugueses.

Nas suas capas brancas envolviam-se os nomes dos fidalgos da mais antiga linhagem e do mais reconhecido valor pessoal, e ao seu mestrado só subiam, por mérito e nascimento, os melhores desses bravos cavaleiros.

Gualdim Pais, que encontramos a fundar Tomar, e a dar-lhe o primeiro Código de liberdades e privilégios no foral de 1162, sucessivamente renovado em 1164 e 1194, nasceu em Marecos, hoje Amares, no termo de Braga, em 1118, tão velho como a própria Ordem em que se havia de alistar.

Armado cavaleiro em 1139, pelo 1.º Rei, depressa subiu em postos de confiança entre os seus irmãos de armas, e, assim, ascendeu a Comendador da Casa de Braga e da de Cintra, até que em 1157 foi elevado ao Mestrado.

Não só o castelo se deve à sua porfiada acção no incipiente povoado. Ele, das ruínas de um velho convento beneditino da

outra margem do rio, fez erguer, para servir de matriz à vila e de cabeça à Ordem, a Igreja de Santa Maria dos Olivais, tão mal tratada pelo tempo e pelos homens mas que pôde ser ainda salva de perdição total, há muito predita e deplorada por escritores eminentes, pela acção enérgica, metódica e firme da Situação que temos a honra de servir e que neste capítulo, como em tantos outros, tem prestado ao país os mais relevantes e inapagáveis serviços.

Em 1190, pela última vez, vieram os sarracenos a Tomar, que destruíram na sua fúria de não poder vencer a resistência heróica que o Castelo lhe ofereceu. Estava firmado, para todo o sempre, o domínio da Cruz nestas abençoadas terras de Tomar mas o mestre pouco havia de sobreviver à consolidação da sua obra.

D. Lopo Fernandes, D. Fernando Didaco, D. Gomes Ramires, um dos heróis de Navas de Tolosa, D. Pedro Alvitiz, D. Martim Martins e D. Vasco Fernandes sucedem, um após outro, a Gualdim Pais na chefia da Ordem e no engrandecimento de Tomar, até que aquela milícia, que tão longe levava a sua acção e o seu exemplo de bravura e de patriotismo, havia de ser dissolvida pelo Papa Clemente v, depois da decisão do Concílio de Viena, em 14 de Abril de 1312, como resultado da luta que contra ela moveu o ambicioso e odiento Filipe-o-Belo de França.

A inteligência superior e perspicaz do nosso rei D. Denis, tão hábil diplomata como organizador fecundo, não permitiu que os bens da Ordem dissolvida passassem ao poder da Cúria Romana, que apresentou a respectiva reclamação, mas antes obteve do Pontífice João xxii, pela bula de 14 de Março de 1319, a organização de uma nova Ordem, intitulada Ordem de Cavalaria de Nosso Senhor Jesus Cristo.

Uma nova era se ia abrir para Tomar logo que o 6.º Mestre da Ordem, D. Nuno Rodrigues, conseguiu a transferência da sua sede de Castro de Marim, onde o primeiro Mestre, D. Gil Martins, a instalara como razão da sua existência e da sua necessidade no combate ao mussulmano, então ainda poderoso no Algarve.

Já pelo mestrado tinham passado D. João Lourenço, D. Estêvão Gonçalves Leitão, companheiro de Afonso iv no

Salado, D. Rodrigo Anes, e aquele D. Nuno Rodrigues, quando, por influência de sua tia Leonor Teles, foi dado o cargo de Mestre a D. Lopo Dias de Sousa, filho da desditosa D. Maria Teles.

Apesar do parentesco, porém, o Mestre de Cristo conservou-se fiel à causa da Pátria, pois que, se não o vemos em Aljubarrota com D. João I foi porque, mal sucedido numa acção contra Torres Novas, ficou prisioneiro dos castelhanos em Santarém. No entanto, os freires de Cristo, sob o comando do Comendador-Mor, juntaram-se às forças nacionais e ali se conduziram com a bravura que lhes era peculiar.

Também à sombra do Castelo se detivera Nun'Álvares esperando que D. João se lhe juntasse, depois das dúvidas e incertezas do Conselho, em Abrantes, e de aqui seguiram a 10 de Agosto de 1385 para a gloriosa jornada de Aljubarrota.

Em Ceuta, com D. Lopo Dias de Sousa, de novo os Cavaleiros de Tomar mostraram o seu valor e novos louros alcançaram para o seu braço.

É, no entanto, sob o Mestrado do Infante D. Henrique que começa o maior desenvolvimento da Ordem e se iniciam as obras dessa formosa fábrica do Convento de Cristo, um dos mais notáveis e variados monumentos, ou melhor conjunto de monumentos do mundo cristão.

D. Henrique constrói palácios e cláustros, reforma a Ordem e prepara-a para a sua nova missão adaptando-a às circunstâncias do diferente rumo que a política portuguesa ia tomar no Mundo.

Consolidada a independência, tinha chegado o momento da expansão, e, para ela, necessário se tornava encaminhar o esforço dos Cavaleiros de Cristo.

Assim ia suceder; a sua Cruz, de vermelho aberto em prata, sobreposta nas velas das naus, iria levar o nome português pelas quatro partidas da terra e «se mais mundo houvera lá chegara».

A D. Henrique sucede seu sobrinho D. Fernando, e a este o filho, D. Diogo, e depois D. Manuel, Duque de Beja, quando aquele acaba sob o punhal justiceiro e firme do Rei D. João II.

Novas obras no Convento, novos motivos de grandeza para Tomar, cuja sorte caminha todos os passos dos seus donatários e senhores.

Os capítulos gerais de 1492 e 1503 tiveram foros de grandes acontecimentos nacionais; neles se tomam decisões da mais alta transcendência política, ao passo que também se delibera sobre as grandiosas obras a que se vai proceder.

E D. João III, que sucede no governo da Ordem, continua também essas, que ainda hoje são um dos melhores títulos para o nome da cidade.

Também este monarca lhe refunde os estatutos passando os monges a frades de çogula; quer dizer: o previdente monarca vê que precisava da sua acção, já não como guerreiros, mas agora como evangelizadores das vastas terras descobertas e sobre as quais a Prelazia de Tomar tinha jurisdição.

O Dom Prior-Mor era um dos mais poderosos senhores do país, pois juntava às honras episcopais o senhorio de 454 comendas e 21 vilas.

Nem mesmo sob o domínio espanhol afrouxou o poderio dos frades de Cristo ou diminuiu a intensidade das obras do Convento, e assim a esse período se deve o chamado Cláustro Filipino.

Talvez esse facto se deva filiar na agradável impressão que Filipe II de Castela levou das festas da sua aclamação aqui realizada, em 16 de Abril de 1581, e dos 72 dias que passou sob as arcarias maravilhosas do convento.

As Cortes reuniram a 25 de Março, e, naquele dia 16 de Abril, juraram-no como rei, tal o qual o fizeram os grandes do reino e os representantes do Povo, e tão bem disposto deixaram o velho e hábil monarca que deu perdão geral aos partidários de D. António, por edito afixado na portaria do convento.

Já D. Duarte se havia acolhido a Tomar a fugir da peste que grassava na capital, e aqui construíra seu palácio denominado dos Êstaus, e as arcadas, ainda hoje notòriamente visíveis em certos edificios da cidade, que arrendava aos judeus para que estes estabelecessem seus bazares, e aqui faleceu em 9 de Setembro de 1438.

Há notícia das visitas de D. Manuel, D. João III, D. Sebastião, e depois de Filipe, D. Pedro II, D. João V e mais tarde D. Maria II.

Veio esta acompanhada de seu augusto e erudito esposo e grande artista que foi o rei D. Fernando, de seus filhos D. Pedro e D. Luís e de numeroso séquito.

Hospedaram-se em casa do Freire de Cristo Ataíde e aceitaram o convite da vereação para jantar no Convento, já então abandonado pela extinção das ordens religiosas.

Certamente influiu no ânimo varonil e esclarecido da Rainha a recepção carinhosa e entusiástica com que foi acolhida, para que, poucos meses volvidos, atendesse a súplica da Câmara e concedesse a Tomar, a graça cujo centenário hoje celebramos.

Era presidente da edilidade o Dr. Manuel António Garcia da Mata, vereadores Ricardo José de Barros e Vasconcelos, José Tavares Barreto Júnior, Feliciano Tomé da Silva, o Dr. Joaquim Delgado da Silva, José Mousinho de Sousa Zuzarte da Silveira e o Dr. Adrião Álvares da Silva, e, a proteger a pretensão do Município nabantino, o Ministro do Reino António Bernardo da Costa Cabral, já então Conde de Tomar, inteligência brilhantíssima ao serviço de uma energia invulgar e de uma habilidade de diplomata e de político consumado.

Mas a festa feita à Rainha, não foi organizada só pela Câmara ou fosse pelos amigos do Ministro; numa representação dirigida àquela, tomarenses de todas as cores partidárias pedem para compartilhar da recepção, ajudar a Câmara nela e conseguir dar-lhe o maior brilhantismo possível.

Os tomarenses dentro da tradição da sua terra deram nesse momento um alto exemplo de civismo bem digno de ser meditado e seguido.

Já nos estatutos da confraria de Santa Maria do Castelo de 1388 se prescreviam penas graves para aqueles que atacassem, por actos ou palavras, os seus pares da associação; agora vinham os homens de 1843 a querer juntar-se para, sem distinção de afinidades políticas, receber a Rainha de Portugal e como tal representante da Nação; logo em 1846 assistiríamos às festas destinadas a celebrar o fim da guerra civil e a convenção de Gramido; como em outras ocasiões veríamos Tomar unida como um só homem em defesa dos seus interesses ou das suas antigas regalias.

Unidos também os tínhamos visto, em revolta contra o domínio francês, ir, com Anselmo Joaquim de Carvalho, tomar de assalto o forte da Nazaré, em mãos de franceses, formar as suas milícias às ordens do Coronel António do Vale de Sousa e Menezes, seguir as instruções do Juiz de Fora Dr. Vicente Paulo de Araújo e do vereador João Francisco Mesquita Loureiro; armarem-se e tomarem posições no Castelo e nos montes vizinhos, para fazer frente ao invasor atrevido e insolente que avançava da Barquinha.

Reconhecendo porém a impossibilidade de defender a povoação, que certamente seria destruída e saqueada, mandam ao campo contrário o fidalgo António Florenço de Abreu, com sua esposa D. Ângela Tamagnini, que recentemente haviam fundado uma família que tantos filhos ilustres havia de dar à cidade, por esta, natural da cidade de Milão, falar correntemente o francês.

Tão bem se houveram os embaixadores e tão lealmente cumpriram os tomarenses os artigos da convenção que as tropas francesas pouparam a Vila, e só no Convento de Cristo se registaram as depredações e os roubos em que aquelas hostes eram exímias.

Foi, no entanto, com verdadeiro e sincero entusiasmo, que viram chegar as forças do General Hill, e Beresford aqui se apoiou para a campanha de perseguição ao corpo de exército de Regnier.

Notável na história pátria, Tomar, e tanto que alcançou esse título para adornar o seu nome heráldico, não menos sempre o foi no desenvolvimento industrial com as suas fábricas de chapéus de 1759, com as suas fábricas de papel, hoje em pleno florescimento, como são o Prado, Marianaia, Porto Cavaleiros e Matrena; e com a fábrica de fiação e tecidos, uma das melhores apetrechadas do país e que conta com mais hábil direcção.

Já não falo nas antigas *ferrarias* que tomaram tal incremento que foram objecto de regulamentos sucessivos em 1654, 1687 e 1692, e para elas se nomeou um estrangeiro, Francisco de Four, como superintendente, em 1661, nem nos antigos jazigos de ferro, ainda em exploração no século xvii, nas pedreiras donde se extrai magnífica cantaria e onde se manifesta o génio artístico



dos operários como dignos continuadores de Ayres do Quental, João e António de Castilho, António e Francisco de Holanda, Mestre Francisco, Gregório Lopes, Domingos Fernandes, João de Penafiel, Pedro Fernandes de Torres, Fernando Galegos, Sulpício, Frei Estevam de Cristo, Frei Fernando de Almeida e tantos outros.

Passamos agora à era de ressurgimento e de engrandecimento e encontramos Tomar em plena actividade e constantemente considerada como ídolo sagrado para o coração e para a inteligência de seus filhos.

O Coronel Aparício, o Coronel Oliveira, o Capitão Henriques, infelizmente já falecidos, deram a Tomar todo o seu esforço e incansáveis provas de amor filial, mas eu quero prestar neste solene momento a homenagem do meu respeito e da minha saudade a outros três homens que também já não pertencem ao número dos vivos e foram meus dedicados colaboradores e infatigáveis obreiros da cidade nova, um natural da cidade, os dois a ela ligados pelo mais entranhado dos afectos. Quero referir-me a Francisco Salema, ao Tenente-coronel Jesus Ferreira e ao Dr. Samuel de Oliveira.

Mas Tomar tem realmente dentro dos seus muros uma tal massa de dedicação que todos, à porfia, querem mostrar-lhe o seu amor e exceder-se em serviços prestados.

Honra seja feita aos homens que actualmente presidem aos seus destinos e zelam pelo seu prestígio e pela sua prosperidade, com um tal carinho, um tão ardoroso affecto, como se se tratasse de filhos amantíssimos tomando conta da honra e da fazenda de seus pais.

Que no exemplo dos que morreram os vivos tomem novos alentos para continuar na campanha sem fim do engrandecimento da cidade; que da dedicação dos vivos resulte o maior proveito para a linda cidade, velha de cem anos, mas pujante de seiva e estuante de vida, que deseja, e tem direitos, a um progresso cada vez maior, são os votos que me enchem o coração e constituem também um sincero anseio do meu espírito.

Pelo amor à terra, pelo respeito à tradição, pela lição do passado, pela simplicidade, pela disciplina, pela antecendência do

interesse colectivo sobre o individual, pela espontaneidade do reconhecimento da honra e da dignidade alheia, pelo exercício da caridade e cuidados que merecem a vida dos humildes, pela ânsia de continuado engrandecimento, e em todos estes capítulos os homens de Tomar podem dar lições, se consegue consolidar a liberdade e a independência da Pátria, que é, como não pode deixar dúvidas, a maior ambição de todos nós, e através dela o Portugal Maior tão ardentemente desejado como a melhor herança a legar àqueles que nos fecharem os olhos para o derradeiro sono, e nós queremos que ele se realize à sombra da gloriosa Bandeira das Quinas sob o Céu Bendito de Portugal.

EUGÉNIO DE LEMOS

## L'ÉTAT DIATHÉSIQUE SON IMPORTANCE PRIMORDIALE EN PATHOLOGIE — SON TRAITEMENT (1)

De tout temps, les médecins de famille ont observé dans leur clientèle des cas de disparition rapide de certaines manifestations morbides, qui étaient immédiatement remplacées par d'autres accidents, plus ou moins graves.

Précisons par des exemples ce dont nous voulons parler.

Chez un enfant, atteint d'eczéma suintant, on voit la dermatose pâlir, sécher, tendre à s'effacer au fur et à mesure qu'une bronchite avec congestion pulmonaire se développe chez lui.

Voici un sujet atteint de névralgies; les douleurs cessent plus ou moins brusquement, et il survient chez lui des troubles gastro-intestinaux, qui sont bientôt remplacés par des crises isolées d'albuminurie ou des poussées congestives érythémateuses et psoriasiformes.

On voit aussi ces diverses modalités morbides s'intriquer plus ou moins confusément, pour réaliser des types pathologiques fort complexes suivant la variabilité des réactions du système nerveux organo-végétatif.

Un exemple typique de ces alternances morbides fut publié par mon maître Brocq, le grand dermatologiste français, qui vient de mourir il y a trois mois. Il concerne un des grands amis de ma famille que j'affectionnais tout particulièrement. Voici un court résumé de son histoire :

Il s'agissait d'un homme de cinquante ans, très intelligent, très cultivé, extrêmement impressionnable, ayant de la tendance à la mélancolie, d'origine goutteuse. Au court du mois de Mai 1899 je l'adressai au Docteur Brocq pour un prurit intense

---

(1) Conferência realizada, no Instituto de Coimbra, pelo seu sócio Dr. Albert Capmas, no dia 2 de Abril de 1929.

de l'anus, du périnée, des parties génitales et du haut des cuisses, avec épaissement de la peau, suintement eczémateux et excoriations. Ces accidents cutanés dataient de six ans; ils avaient complètement remplacé des névralgies frontales et occipitales, des crises de neurasthénie et des accès d'asthme dont le patient souffrait depuis l'âge de 18 ans. Sous l'influence d'un traitement local par des lotions fort chaudes et d'application de pommade à l'oxyde de zinc, la dermatose disparut au bout d'un mois.

Trois semaines plus tard, le patient présentait des troubles vésicaux et de la congestion du rein droit avec légère albuminurie. Je l'envoyai faire une cure à Capvern, station thermale des Pyrénées.

Dès son arrivée dans cette localité, il fut pris de douleurs névralgiques occipitales atroces et son état s'aggrava de telle manière qu'il rentra d'urgence à Paris.

Le patient était alors dans un état alarmant; il pouvait à peine se tenir debout, il avait de la tendance au recul, de l'émission involontaire des urines, de la perte des réflexes rotuliens, de la diplopie, des absences de mémoire, des troubles accentués des idées. Il devait rester couché, constamment plongé dans une sorte de subdelirium reconnaissant à peine ses amis.

Gilbert Ballet, le grand neurologue français consulté, diagnostiqua une tumeur de la base du cerveau et estima qu'il n'y avait rien à faire. Ce fut aussi l'avis de Reclus, l'éminent professeur de clinique chirurgicale.

L'état du patient s'aggravait toujours. Il perdait ses urines et ses matières fécales, il pouvait à peine avaler un peu de liquide et était constamment dans une sorte de coma. L'issue paraissait fatale.

Remarquant que tous ces accidents étaient survenus à la suite de la suppression des manifestations cutanées, Brocq décida de mettre à la nuque un vésicatoire, qui fut pansé avec de la pommade au garou.

Dès que le vésicatoire fut arrivé à suppurer, une légère amélioration se manifesta aussitôt, amélioration qui alla en s'accroissant tant que dura la suppuration.

Puis, l'état resta stationnaire. On appliqua alors un deuxième vésicatoire qui fut pansé avec de la pommade à la cantha-

ridine. Il en résulta une violente dermite et, dès lors, le malade reprit connaissance, put retenir ses urines et ses matières fécales, et commença à s'alimenter.

Le vésicatoire cessant de couler, je fis à la nuque des pointes de feu qui ne produisirent que peu d'effet. Sur le conseil de Broq je posai un cautère à la nuque, et j'irritai la région périnéale à l'essence de thérébentine. Lorsque le cautère fut arrivé à suppuration et que l'eczéma périnéal fut revenu, j'assistai à une véritable résurrection. Le malade recouvra sa liberté d'esprit, il put se lever, marcher, s'alimenter et reprendre rapidement son état normal à la profonde stupéfaction des médecins qui l'avaient examiné. Mais il ne se souvenait absolument de rien de ce qui s'était passé pendant ces trois derniers mois. Depuis lors, le patient entretint continuellement en activité son eczéma périnéal. Il conserva une excellente santé et mourut dix ans plus tard d'une broncho pneumonie dont l'apparition coïncida avec la suppression de la dermatose.

Il est inutile d'insister sur l'impression que peut faire un pareil cas sur un praticien. Depuis lors, j'ai eu constamment l'attention éveillée sur l'évolution morbide de mes malades et j'ai découvert dans ma clientèle de nombreux exemples de ces alternances morbides.

Ces faits ne sont guère connus que des médecins de famille, précieuse et admirable catégorie de praticien, qui a malheureusement de plus en plus tendance à se raréfier sous l'influence de l'orientation actuelle, de plus en plus absolue, des médecins vers la spécialisation à outrance et très limitée.

C'est sur ces faits que nos prédécesseurs ont basé la théorie des métastases, théorie honnie depuis plus d'un siècle par les écoles histologiques, anatomo-pathologiques et pasteurienne.

\* \* \*

Quelle explication donner de ces alternances, quelles conséquences thérapeutiques en déduire?

Il semble bien qu'il existe dans ces organismes un élément morbifique général, qu'on doit s'efforcer de découvrir et d'attein-

dre. Traiter simplement les accidents locaux, c'est s'exposer à ne faire qu'un jeu de bascule, à dégager un organe pour en atteindre un autre. Chez ces malades, on ne doit pas se contenter de soigner simplement les manifestations morbides du moment, on ne doit pas s'occuper uniquement de l'organe actuellement lésé, certes il faut le traiter, mais il faut viser plus haut.

\*  
\* . \*  
\*

Tout est fonctionnel au point de vue thérapeutique.

La thérapeutique a pour objet de rétablir dans son fonctionnement physiologique un organe dont la maladie a modifié le rythme normal.

Ce principe établi, voyons comment s'y prend la thérapeutique classique pour traiter une des manifestations morbides signalées tout à l'heure. Prenons comme exemple l'une des plus fréquentes, la banale dyspepsie, indépendamment de toute lésion organique de l'estomac et de l'intestin.

\*  
\* . \*  
\*

Vous admirez l'aisance de l'allure, la souplesse du trot, l'harmonieuse cadence du galop, l'élégance des mouvements, la douceur des lignes qui modèlent les formes novantes des purs sangs que montent vos admirables officiers de cavalerie.

Et vous êtes choqués par la rudesse, la brusquerie des déplacements, l'absence de grâce des mêmes chevaux, montés par des cavaliers inexpérimentés.

Cependant, ce sont les mêmes montures ; seules la main qui les guide, la tête qui les commande ont changé. Le cheval ne demande qu'à bien marcher. Mais le cavalier maladroit qui tiraille sur les guides d'une façon désordonnée transforme la plus agréable des allures en un mouvement fort disgracieux.

Voilà l'image des troubles dyspeptiques. Le cheval c'est l'estomac ; les guides ce sont les nerfs pneumogastrique et sympathique

Tout comme le cheval vigoureux et bien dressé, l'estomac n'est pas malade. Mais, si un système nerveux déséquilibré

règle mal l'inflex nerveux qui lui est destiné, ce sera alors la manifestation dyspeptique.

S'il y a sympathicotomie on observera de l'hypoacidité, de l'hypoepsie, du ballonnement et des douleurs aussitôt après le repas, de la tachycardie.

Si le pneumogastrique l'emporte, ce sera l'hyperacidité, l'hypersécrétion, la constipation spasmodique, les douleurs tardives après les repas.

Que fera la thérapeutique classique? Le spécialiste calmera le système nerveux. En cas de vagotonic, il donnera du bromure de sodium et de la belladone. Si cette médication est insuffisante pour calmer les douleurs, il formulera la poudre suivante:

Carbonate de bismuth = 40 gram.

Bicarbonate de Soude = 20 gram.

Sucre de lait = 30 gram.

Le patient prendra une cuillerée à café de cette poudre dans demi-verre d'eau au début des crises douloureuses.

Remarquez que cette formule est excellente. Le bicarbonate de soude sature immédiatement une partie de l'acidité, le carbonate de bismuth absorbe le restant du chlore sous forme d'oxychlorure de bismuth insoluble.

Il faut faire une distinction absolue entre le carbonate de bismuth qui est déchlorurant et les poudres banales, telles le kaolin, qui ne font que tapisser la muqueuse gastrique.

Nous venons d'annihiler la guide qui tire la tête du cheval à droite, c'est-à-dire le pneumogastrique ou vague. On pourra ramener du cheval à gauche en excitant le sympathique par l'adrénaline, l'extrait surrénal.

Dans d'autres cas, c'est la guide de gauche qui tire trop fort par le sympathique, on va l'annihiler par l'ésérine. On pourra encore tirer sur la guide de droite par la pilocarpine.

La thérapeutique classique s'arrête là. Elle calme l'estomac par la médication sédative des nerfs qui l'innervent et elle met en oeuvre un régime alimentaire toujours sévère, en rapport avec les sécrétions digestives.

Les résultats obtenus sont toujours médiocres et provisoires; le patient fait de la chronicité. La dyspepsie ne fait que s'aggraver avec des périodes d'accalmie de plus en plus rares, et l'état général s'altère progressivement par une alimentation carencée. Tout le monde connaît de ces dyspeptiques dont l'existence est un martyr presque continuel.

Régime et médication classique sont donc impuissants à guérir les dyspepsies — et cela par ce que les spécialistes de l'estomac ignorent les raisons profondes du dérèglement nerveux qui préside aux fonctions digestives.

Une expérience frappante de mon grand ami, le Docteur Feuillié médecin des hôpitaux de Paris, et chimiste éminent, va vous montrer la cause immédiate de l'insuccès de la thérapeutique classique.

Prenons un chien de 15 kil. environ, bien nourri jusque là de soupe au pain et de viande, et soumettons-le à la diète hydrique. Trente heures plus tard, les urines sont nettement acides et renferment de l'ammoniaque. Injectons alors sous la peau de l'animal 40 à 50 centimètres cubes d'une solution de chlorure de sodium à dix pour cent. Quinze à trente minutes après l'expérience, le chien élimine des urines alcalines, qui renferment seize grammes de bicarbonate de soude par litre. L'ammoniaque a disparu. On peut donc dire qu'en injectant du chlorure de sodium à un chien, on lui fait uriner de l'eau de Vichy.

Que s'est-il passé? Comme dans l'industrie Solvay, qui fabrique du carbonate de soude en faisant passer de l'acide carbonique sur du chlorure de sodium, le chlorure injecté au chien s'est dédoublé. La soude est passée dans l'urine à l'état de bicarbonate et le chlore, mis en liberté, se fixe d'abord sur les albumoses, puis vient se déverser dans l'estomac, qui est habitué à le recueillir. Si bien qu'on peut dire que ce n'est pas l'estomac qui a secrété l'acide chlorhydrique mais que c'est tout entier qui a dédoublé le chlorure de sodium. De sorte que si on trouve dans l'estomac de l'acide chlorhydrique avec tous les signes de l'hyperchlorhydrie, il ne s'agit pas d'une maladie de l'estomac lui-même. L'hyperchlorhydrie n'est pas d'origine gastrique. L'estomac

n'est qu'un déversoir servile pour l'anion chlore. Il s'agit de fausse gastropathie.

Ce qu'il faut soigner, ce n'est donc pas l'estomac, mais bien l'état humoral qui conditionne ces troubles de dédoublement acido-basique du chlorure de sodium.

Dépassant la conception classique, le clinicien averti par cette expérience fondamentale, cherchera les causes profondes d'ordre humoral qui provoquent le trouble de régulation du chlorure de sodium; — et s'il a vieilli dans l'observation des malades, il s'apercevra que le syndrome dyspepsie guérit quelquefois spontanément en dehors de toute médication et de tout régime, par l'apparition d'une alternance morbide.

\* \* \*

Un lien pathogénique commun réunit ces divers états pathologiques, qui sont tous l'expression d'une constitution morbide, d'une disposition originelle à engendrer ou à maintenir des maladies en apparence différentes, mais relevant d'une cause univoque. Ce qui prouve qu'il en est ainsi, c'est qu'une thérapeutique identique et toujours efficace s'applique à ces diverses maladies.

La thérapeutique donne en effet la valeur d'une doctrine ou d'une méthode. C'est elle qui juge en dernier ressort et qui vient déclarer si la doctrine est vraie. La thérapeutique n'est qu'une pathogénie retournée.

Le lien pathogénique qui réunit ces diverses maladies c'est l'état diathésique du sujet.

L'état diathésique est à la base de toutes les maladies chroniques — et il conditionne l'évolution de la plupart des maladies aiguës. Si l'intervention de la diathèse paraît souvent peu frappante, surtout dans les maladies aiguës, c'est qu'on ne l'a pas suffisamment cherchée, comme je l'établirai plus loin.

J'ai choisi le terme d'état diathésique, comme synonyme de diathèse au sens Hiffelshein, c'est-à-dire un état morbide du sang se manifestant par des localisations morbides dans les tissus: les solides ne peuvent être modifiés sans que les humeurs le soient et inversement.

L'état diathésique se caractérise par deux ordres de signes :

1.° — La dyscrasie sanguine, comprenant l'étude de tous les produits anormaux par leur qualité ou leur taux différent de la normale : acidose, alcalose, lipoides, albumines, graisses, matières hydrocarbonées, etc ... y rechercher tout particulièrement les modifications du taux des albumoses et des savons alcalins.

2.° — La leucopathie, avec parfois érythropathie. Pour la leucopathie, on établit d'abord la formule leucopathique Feuillié et on précise par la recherche de la résistance leucocytaire (méthode Achard-Feuillié).

La leucopathie est le grand stigmatte de la dyscrasie sanguine. Elle s'observe chaque fois que l'analyse physico-chimique du sang révèle des troubles humoraux et son évolution est toujours parallèle à l'évolution de ces derniers. La leucopathie est donc le grand témoin des troubles dyscrasiques. J'ajouterai même qu'elle en est le grand agent.

\*  
\* \* \*

Le leucocyte possède une activité propre, lui permettant de réagir pour son compte personnel, avec une variété de manifestation d'autant plus grande qu'il possède la mobilité. La cellule lymphatique est d'une importance primordiale en pathologie, tout comme elle l'est en physiologie.

Le leucocyte, attaqué, fatigué, ou lésé par un toxique quelconque, devient un leucocyte malade. Il peut alors subir les diverses dégénérescences bien connues en anatomie pathologique, et qui affectent soit sa sécrétion, soit sa mobilité, soit sa forme, soit sa constitution physico-chimique.

La présence d'un toxique dans la circulation altère la crase du sang et lèse le leucocyte.

Pour conserver l'équilibre physico-chimique humoral nécessaire au maintien de la santé, l'organisme, sous l'action du système nerveux, cherche à se débarrasser de la dyscrasie. Il la fixe sur un ou plusieurs organes. Il se produit ainsi des fluxions dyscrasiques, des déversements leucocytaires en des points variés, uniquement par acte leucocytaire, sans qu'il y ait la

moindre cause d'appel local, aucune altération de l'élément noble.

C'est ainsi que les flux leucocytaires affectent le rein sous forme d'albuminurie, le foie sous forme d'ictère, le tissu cellulaire sous forme d'oedème, le poumon sous forme de catarrhe, le liquide céphalorachidien sous forme de leucocytose, la peau sous forme d'eczéma, de psoriasis, etc, les synoviales sous forme d'infiltration, les séreuses sous forme d'épanchement, le nez, la trompe d'Eustache, le pharynx sous forme de catarrhe, les milieux oculaires sous forme d'exsudats fixes ou mobiles, les nerfs, les glandes, etc, ...

Les flux leucocytaires, après s'être fixés sur un ou plusieurs organes, peuvent changer de place, passer du rein à l'intestin du poumon à la peau, ou bien se localiser en une voie nouvelle, qui lui sera créée comme dérivation, tel l'abcès de fixation.

Ces fluxions leucocytaires produisent dans ces organes si divers soit des manifestations superficielles sous forme de catarrhe, d'oedème, de dégénérescence protéo-lipoïdique, soit des manifestations profondes sous forme d'infiltrations lymphatiques qui sont la préface de la sclérose.

L'examen du sang permet de constater dans tous ces cas les effets nocifs du poison circulant sur les globules rouges et sur les globules blancs. On trouvera la formule leucopathique Feuillié plus ou moins accentuée, la résistance leucocytaire diminuée et l'augmentation dans le plasma du taux des albumoses et des savons alcalins.

Les modifications de la formule leucopathique sanguine expliquent, au moins en partie, la diminution des moyens de défense de l'organisme, l'hypophylaxie qui favorise les infections et les hypersensibilisations.

Tous les sensibilisés, les anaphyctalisés sont des leucopathes.

\*  
\* \* \*

La diathèse est individuelle, Elle varie avec le degré de leucopathie et la capacité de réaction organique. Elle explique la stricte individualité des états médicaux.

Quand un médecin est en présence d'un diphtérique, il n'est pas seulement aux prises avec la diphtérie. Il y a un individu malade avec sa dyscrasie. La manifestation diphtéritique n'est qu'un des éléments de la physionomie médicale actuelle; élément qui, par sa gravité possible, peut comporter une attention plus spéciale, mais tout de même élément seulement. La dyscrasie peut en modifier le caractère au point que le résultat de la thérapeutique dépendra autant d'elle que de la spécificité infectieuse. Chacun a sa façon de réagir au bacille diphtéritique et de faire la diphtérie.

\* \* \*

Il est une maladie chronique héréditaire ou acquise, qui réalise le syndrome diathésique d'une façon courante. C'est la syphilis.

Il faut distinguer dans cette affections deux ordres d'accidents :

- 1° les lésions spécifiques à tréponèmes;
- 2° les conséquences à allure banale de la diathèse des syphilitiques, c'est-à-dire la leucopathie et la dyscrasie.

J'ai de nombreuses observations de syphilis certaine héréditaire ou acquise, avec rhumatisme chronique, goutte typique, syndrome oalémique, eczéma, furonculose, asthme, catarrhe du poumon ou du rhino-pharynx, syndrome entéro-rénal, chlolecystite, albuminurie, troubles psychopathiques divers. Toutes ces manifestations se sont rapidement atténuées et ont disparu plus ou moins vite, uniquement par le traitement spécifique.

Je connais des familles étiquetées arthritiques qui sont en réalité des familles de syphilitiques.

Je crois à l'arthritisme héréditaire ou acquis; la médecine vétérinaire en fournit maints exemples. Mais, tout en s'appliquant à éviter le reproche de voir de la syphilis partout, je crois qu'il est indispensable, dans tous les cas, de se poser la question et de préciser le diagnostic à forme d'arthritisme en combinant un examen clinique approfondi avec un séro-diagnostic très sensible.

\* \* \*

Les hérédosyphilitiques sont les diathésiques par excellence. Aussi paraissent-ils avoir le monopole de certaines affections.

C'est ainsi que sur 16 malades atteints de méningite cérébro-spinale en 1919, le Docteur Feuillié a constaté que 14 avaient une réaction sérologique positive et que les deux autres, avec sérologie négative, présentaient des stigmates formels d'hérédo. La méningite cérébro-spinale ne frappe que les amoindris et tout spécialement les hérédosyphilitiques.

La paralysie infantile, la paralysie spinale de l'adulte sont toutes conditionnées par l'hérédo.

Le rhumatisme articulaire aigu, qui accompagne le patient jusqu'à sa mort est obligatoirement préparé par l'état diathésique.

A moins d'invasion brutale, qui sidère toutes les défenses organiques, les grandes pyrexies, telles que la fièvre typhoïde, la bronco-pneumonie, la diphtérie, ne frappent que des terrains amoindris par la spécificité.

Et la tuberculose. Et-il parasite, champignon plus banal que le bacille de Kock? Certaines familles lui payent un lourd tribut quelles que soient les mesures prophylactiques mises en oeuvre. Ces familles ont toutes une diathèse commune, qui les met en état d'hypophylaxie. C'est l'hérédo.

La furonculose ne se développe que chez les leucopathes. Le staphylocoque n'est virulent que pour les leucocytes fragiles; il ne saurait y avoir de pus avec des leucocytes vigoureux.

\* \* \*

La thérapeutique cherchera avant tout à supprimer la cause de la leucopathie, intoxication ou infection. Mais souvent la cause est inconnue. C'est au leucocyte lui-même qu'il faudra s'adresser pour le rendre réfractaire à l'intoxication.

On fera de la rénovation leucocytaire; on mettra sur pied des troupes neuves en remplacement de soldats débiles et mutilés.

Le bismuth et le mercure sont les meilleurs agents de rénovation. Cette rénovation procède par cytolise des leucocytes les plus fragiles. Aussi, ne doit-elle être exercée que sur des troupes ne présentant qu'un nombre d'éclipsés moyennement élevé, car les cadavres leucocytaires libèrent dans la circulation des sucs très toxiques, qui risquent de tuer le sujet lui-même.

Le bismuth et le mercure rapprochent toujours le malade de la mort, et, en cas d'oedème et d'albuminurie leucopathique, il en est souvent fort près.

En soignant le leucocyte, on soigne le *primum movens* de l'état de maladie. C'est dans le leucocyte comme je l'ai dit, que réside l'orage pathologique. Les égouts, tels que le rein, l'intestin, les voies biliaires, la peau ou les différents viscères de l'organisme ne font que subir les fluxions dyscrasiques et leucopathiques. Par temps, d'orage, la foudre tombe sur les cimes; par paroxysmes dyscrasiques, il se produit des déversements toxiques et leucopathiques sur certains points déclives de l'organisme.

Dans les cas graves, la rénovation leucocytaire paraît impraticable, au début tout au moins. Les éléments amoindris sont trop nombreux. A défaut de rénovation, on mettra en oeuvre les moyens de consolidation par les toniques, l'ergostérine irradiée, les moyens de dérivation par les abcès de fixation, les cautères et les moyens d'activation du dynamisme cellulaire par les extraits opothérapiques.

Le traitement s'établira d'après l'état des leucocytes circulants.

Je ne fais aucune différence dans les manifestations leucopathiques. Quel que soit leur siège, le traitement est le même. La même formule s'applique aux dermatoses, aux catarrhes pulmonaires et intestinaux, à l'albuminurie, aux épanchements des séreuses et des synoviales, aux cellulites, aux psychopathies et aux gynécopathies, aux troubles de déséquilibre vago-sympathique, ainsi qu'aux septicémies et aux infections chirurgicales. Dans ces derniers cas, l'infection s'est installée parce que la défense leucocytaire était insuffisante. L'immunité était faible parce que le sujet était un leucopathe.

Partout c'est la leucopathie qu'il faut atteindre.

Je veux bien reconnaître que la médication leucothérapique s'adresse aussi à autre chose qu'au leucocyte. La leucopathie n'est souvent qu'un des symptômes, une des manifestations de de l'état dyscrasique. C'est l'organisme tout entier qui est en état de souffrance. Il y a leucopathie et histopathie générale.

Pourquoi la même action médicamenteuse n'améliorerait-elle pas l'ensemble de l'économie? Quoi qu'il en soit, la médication proposée guérit les manifestations morbides—et cela suffit.

\*  
\*   \*  
\*

Dans les premiers jours d'un traitement mercuriel ou bismuthique, l'étude journalière, systématique de la formule sanguine montre une aggravation croissante de la leucopathie. C'est la phase hypophylactique.

Vers le septième, neuvième, douzième ou vingtième jour du traitement, quelquefois plus tardivement encore, il se produit assez rapidement une véritable crise salutaire. La formule leucopathique s'améliore.

Pendant la phase hypophylactique, les défenses de l'individu sont plus amoindries. On voit alors survenir une aggravation des inflammations préexistantes, ou bien quelquefois des infections nouvelles apparaissent (furoncles, rougeole, etc.).

Les injections intra-musculaires d'argent colloïdal électrique atténuent et font disparaître la plupart des manifestations pathologiques de la phase hypophylactique. L'argent colloïdal a produit de la leucolyse, un choc silencieux, une diminution du taux des savons alcalins et du complément du plasma. Le mercure et le bismuth enflamment, l'argent éteint.

\*  
\*   \*  
\*

Toute affection chronique a besoin pour guérir d'être bouleversée par une succession de fluxions leucopathiques. On provoquera des fluxions locales par des piqûres de mercure ou de bismuth, faites trois fois par semaine—et on éteindra par l'argent les fluxions trop vives qui ne se seraient pas apaisées le lendemain.

A cause des accidents de la phase hypophylactique, tout traitement mercuriel ou bismuthique, qu'il y ait ou non syphilis, doit être commencé par une très grande prudence.

La conduite thérapeutique peut varier dans certains cas par suite de mercurio ou bismutho-résistance ou de sensibilisation excessive à ces produits. C'est ainsi que je remplace quelquefois l'argent par les peptones, le mercure et le bismuth par le nickel, le cobalt, l'or, le vanadium, etc ...

En résumé, la thérapeutique doit 1° chercher la rénovation leucocytaire; 2° apaiser les fluxions aiguës par l'argent colloïdal, 3° agir sur le dynamisme leucocytaire par l'opothérapie, spécialement l'opothérapie thyroïdienne, 4° consolider les leucocytes nouveaux par les toniques et l'ergotine, 5° provoquer la dérivation intestinale pour favoriser l'évacuation des produits de cytolise et des crasses diathésiques. On donnera à cet effet tous les deux jours un cachet contenant Cinq centigrammes de Calomel associé à dix centigrammes d'aloès et de cascara.

Cette thérapeutique autophylactique et antifixionnante est rapidement fondatrice dans les affections aiguës. Quant aux affections chroniques, le résultat est tout aussi formel. Il nécessite seulement plusieurs reprises de la médication, c'est-à-dire plusieurs cures de cinq à six semaines chacune, séparées l'une de l'autre par un intervalle de trois à cinq semaines. Le renouvellement de ces cures est dicté par l'importance de l'hypophylaxie et de l'ancienneté des lésions pathologiques.

\*  
\* \* \*

Une thérapeutique locale ne saurait avoir la prétention d'obtenir pareils résultats. Et dans les cas exceptionnels où une thérapeutique locale pourrait déterminer la disparition d'une fluxion dyscrasique, telle qu'un eczéma, ce résultat devrait être considéré plutôt comme nuisible à la santé. Il aurait simplement effacé le signal d'alarme d'un état d'hypophylaxie qui persiste. Les récurrences ou les métastases seraient inévitables. Tel catarrhe chronique, qu'on tarit par des soins locaux joue souvent un rôle salutaire de cautère spontané.

Il faut donc employer d'emblée la thérapeutique générale, qui, en faisant disparaître le signal d'alarme, fait du bien à l'organisme tout entier.

\*

\* \*

Il est un agent thérapeutique naturel, très répandu au Portugal, qui produit des résultats nerveilleux, absolument comparables à ceux que détermine la médication que je viens de signaler. Je veux parler des eaux thermales.

Les eaux n'améliorent pas directement l'état de tel ou tel organe, rein ou foie par exemple, comme on le dit couramment; elles opèrent surtout par un bouleversement humoral et leucocytaire, qui s'accomplit au cours de la crise thermale. Leur action thérapeutique est donc polyvalente. Au début de toute cure hydrominérale vraiment agissante, comme par le traitement mercuriel ou bismuthique, l'examen du sang dénote constamment une accentuation de la formule leucopathique. De l'aggravation de la leucopathie résulte un amoindrissement des défenses naturelles. Il s'établit alors une tendance plus marquée aux fluxions leucopathiques ou à l'apparition d'infections nouvelles.

Cette phase de l'aggravation de la leucopathie à une durée variable. Fréquemment de 7 à 15 jours, elle peut persister jusqu'à 5 et 6 semaines et plus.

Ce n'est que secondairement que l'amélioration survient à la suite d'une crise rapide facile à constater cliniquement et par l'examen du sang. C'est par action nocive, comme le fait le mercure et le bismuth, que l'eau thermale arrive secondairement à l'action de guérison. Elle a fait du mal pour faire du bien.

On a dit avec raison que si les eaux thermales ont été nos premiers maîtres en thérapeutique générale des affections chroniques, c'est parce que les malades ont eu la foi. Au lieu d'abandonner le traitement à la première alerte comme ils le faisaient pour les médicaments, ils persistèrent dans l'usage de l'eau; ils négligèrent avec raison les incidents fâcheux du début de la cure pour ne retenir que la crise salutaire et la guérison consécutive.

On ne saurait donc trop conseiller les eaux thermales à ceux dont la santé est déficiente. Et qu'est-ce qui n'a pas quelque trouble de la santé générale, quelque signal d'alarme d'une dyscrasie insoupçonnée? L'homme bien portant n'est qu'un malade qui s'ignore.

\*

\* \*

Les considérations que je viens de développer paraîtront singulières. La phase que la médecine a atteint actuellement les contredit constamment car la mode est de chercher à exagérer la tendance aux spécialisations par l'énorme accroissement des détails.

Le fait que la médecine devient si complexe, implique qu'elle suit des tendances erronées, car un sujet qui repose sur des lois naturelles devient plus facile à comprendre à mesure qu'on connaît mieux ses lois. La nature dirige ses phénomènes suivant des lois simples comme l'a dit Kepler. C'est la méconnaissance de ces lois qui nous fait perdre dans le dédale mouvant des phénomènes.

Avoir une bonne crase sanguine, des leucocytes vigoureux, tel est l'objectif à atteindre et à maintenir pour jouir d'une parfaite santé. Faire de la rénovation humorale, lever des troupes fraîches pour remplacer les soldats fatigués, tel est le but que doit poursuivre le thérapeute pour guérir les diverses manifestations de la maladie. C'est ainsi que la clinique médicale devient une véritable science, disposant de moyens bien déterminés pour atteindre un objectif précis. La pathologie répond ainsi à l'admirable définition de la science qu'en a donné l'éminent professeur de Costa Lobo, directeur de l'Institut de Coïmbra «La Science est la constatation des phénomènes passés et la prévision des phénomènes futurs».

ALBERT CAPMAS

A REAL IRMANDADE DE S.<sup>TA</sup> CATARINA  
DA CORPORAÇÃO DOS LIVREIROS  
E OS SEUS JUÍZES NOBRES

APRESENTAÇÃO

*Pede-me a illustre Autora do estudo que se vai seguir, algumas palavras de apresentação aos leitores desta Revista, na qual pela primeira vez colabora.*

*Que havia eu de responder a uma Senhora que, a tantos títulos para a minha consideração e respeito, junta ainda o da sua grande bondade para comigo? Não me escusei. Mas agora sinto a falsa posição em que me encontro.*

*Fazer a apresentação de uma escritora que, como a Senhora D. MARIA BRAK-LAMY BARJONA DE FREITAS não precisa de ser apresentada, mormente perante um público culto, é ver-mo-nos obrigados ao papel daquelas pessoas que contam coisas sabidas a uma assembleia que por delicadeza as ouve, com um sorriso amarelo e contrafeito afivelado no rosto, e no íntimo uma grande vontade de mandar calar o dispensável e até importuno apresentador.*

*Há quem torneie as dificuldades duma situação desta ordem falando do assunto de que o seu apresentando se vai ocupar e tirando todo o interesse ao que este último se propunha dizer.*

*Mas ainda que eu não soubesse que tal indelicadeza é imperdoável, faltar-me-ia a competência para tratar dum tema em que pelo contrário a illustre Senhora é Mestra: demonstrá-lo-á este notável trabalho de investigação — tão valioso pela seriedade da documentação em que assenta e pela novidade das informações que nos traz, como pelas habituais correcção e elegância da forma que a Autora dá a quanto escreve.*

*A sua longa actividade literária tem-se exercido principalmente na imprensa periódica, e está dispersa por jornais e revistas sem conta; em A Voz vem publicando há anos exce-*

*lentes artigos de crítica literária e histórica, modelares como erudição, imparcialidade e espírito construtivo. Mas não são menos notáveis os seus trabalhos de literatura de ficção ou de investigação histórica, ninguém tampouco podendo desconhecer quanto lhe deve, por seus ensinamentos, o renascimento da encadernação artística entre nós: é criação sua um novo estilo de decoração das encadernações de livros, já hoje muito vulgarizado em Portugal, e que causou sensação numa exposição de tais trabalhos, há tempos realizada em Lisboa.*

*Mas... caio agora outra vez em mim. Estou a alongar-me demasiado.*

*Minha Senhora:*

*Ao contrário do que supõe — por sua grande modéstia — V. Ex.<sup>a</sup> não carece de apresentação nos meios cultos do nosso país e muito menos de ser apresentada aos seus ilustres consócios do Instituto, uma vez que já o foi por FERREIRA LIMA, ANTÓNIO BALÃO, F. G. PERRY VIDAL, JAIME LOPES DIAS, ANTÓNIO CABREIRA, LARANJO COELHO, LUIS CHAVES, quando estes distintos intelectuais e investigadores, num preito significativo de alta homenagem, assinaram a proposta da candidatura de V. Ex.<sup>a</sup>*

*O mais que neste momento me é dado fazer — neste momento em que V. Ex.<sup>a</sup> vai pela primeira vez colaborar nesta Revista, órgão da colectividade a que também tenho a honra de pertencer — é oferecer-lhe o meu braço, e, pedindo licença aos donos da casa, no limiar da porta, dizer:*

*— Lugar a uma distinta escritora, a uma indefessa investigadora, a um nobre e belo espírito de mulher!*

*Porto, Dezembro de 1947*

*A. DE MAGALHÃES BASTO*

No dia 28 de Julho do ano de 1460, Pero de Olivença fazia o solene *Compromisso* que devia ser presente à aprovação do Rei D. Afonso v. Era o regulamento pelo qual se ia encaminhar a *Confraria de Santa Catarina de Ribamar*, de régia origem pois aí avultava a excelsa figura do neto de D. João I, o Infante D. Pedro, príncipe de martírio, que, para complemento de desventura, veio a ser Rei de Aragão.

Junto do Infante gentilíssimo, poeta e escritor, que a auréola do infortúnio poetizou, reunia-se, na mesma devoção, um grupo notável: «*o mui nobre senhor Pero Vasques de Melo do Conselho de el-rei e regedor da sua casa do cível; Luis de Azevedo outro sim do Conselho de el-rei; Lopo Dias de Lemos; Gonçalo Vasques de Castel-Branco e seu filho Martim Vaz e João Gomes da Silva, todos fidalgos da casa do dito Senhor Rei*» (1).

Não faltava a esse grupo inicial a representação das letras — «*Gomes Eanes de Azurara, cronista de el-rei e guardamór do Tombo destes reinos*» (1).

E porque a epopeia marítima andava já na alma portuguesa, entre outros componentes do grupo — bacharéis, mercadores portugueses e estrangeiros, etc., encontramos «*Antão Dias, piloto e mestre de naus*» (1).

Não é possível marcar com exactidão o início da confraria porquanto o *Compromisso* indica vagamente: «*ordenaram poucos anos ha uma confraria*» (1).

Não encontrei documento irrefutável para poder afir-

---

(1) Chancelaria de D. Afonso v, L.º 35, fl. 55 — T. Tombo.

mar que fosse o Infante D. Pedro o primeiro *Juiz*, como se passou a designar o Mordomo, mas afigura-se-me lógico que o tivesse sido: na carta régia de confirmação do *Compromisso* figura: «... o mordomo e confrades...». Não é natural que a mordomia — o lugar do mando — fosse dada, no começo, a outro, desde que se encontrava no grupo um príncipe de sangue real, que à confraria doou valiosas propriedades.

Depois da aprovação real, e por esta nomeado, o mordomo foi Álvaro Gonçalves, da casa do falecido Nuno Vasques de Castel-Branco.

No dia 1 de Outubro de 1461, o Rei louvou, aprovou e confirmou o *Compromisso*.

. . . . .  
Inútilmente procurei documentação permitindo acompanhar a existência da irmandade durante a sua primeira centúria mas, em 1556, um novo *compromisso* se elaborava, decalcado no primeiro e com ligeiros acréscimos. Esse compromisso, a citação de um alvará de D. João III e alguns lançamentos nos livros da escrituração, fazem-nos retomar o fio interrompido:

Andava a irmandade bastante desorganizada, influenciando muito para isso a sede — Ribamar — ser tão distante do centro de Lisboa.

Os esforços do jerónimo Frei Miguel de Valença, confessor da Rainha D. Catarina, conjugados com os do livreiro da Casa Real, Salvador Martel<sup>(1)</sup>, conseguiram a sua reorganização sob a égide dos monarcas, a vinda para Lisboa<sup>(2)</sup>, e que a sua administração fosse entregue aos livreiros: «*E mandaram aos livreiros desta cidade como ministros da sabedoria de que tam dotada foi a bem aventurada S.<sup>ta</sup> Catarina e por os ditos livreiros não terem outra confraria do*

---

(1) *O Presépio no século de quinhentos*, em abertura do ano académico de 1945/46, no «Instituto, port. de Arq. Hist. e Etno.» — comunicação da Autora.

(2) *Actual Alto de S.<sup>ta</sup> Catarina*.

*seu officio . . . que tivessem cargo da administração da dita confraria e casa . . . »* (1).

Para dar existência desafogada à irmandade, os monarcas determinavam que houvesse número igual de irmãos nobres e irmãos livreiros, mas os irmãos de número, nobres, não seriam mais de trinta e três (2).

O capítulo III diz que «*poderão ser mais do que os livreiros outros tantos*».

O juiz seria «*fidalgo e nobre*».

O título da irmandade modificava-se: *Irmandade de S.<sup>ta</sup> Catarina do Monte Sinai da corporação dos livreiros*.

Começou então para a irmandade uma era notável de actividade e fastígio. Os nomes de maior esplendor fulgiram nos anais da confraria: à Rainha Dona Catarina, grande propulsora da irmandade, que desveladamente acompanhou com valiosas e abundantes dádivas e magnânima protecção real, e aos sereníssimos Infantes D. Henrique, Dona Maria, D. Duarte, Dona Isabel e Rei D. António, foram sucedendo, no decorrer dos tempos, nomes brilhantíssimos de literatos, navegadores, e, na presidência da irmandade, fidalgos de primeira grandeza.

Neste ponto me fixo, por completamente inédito.

Não dou biografias — só uma ou outra nota ligeira: o meu ponto de vista é a situação na irmandade e a época de actuação no juizado.

Depois de Álvaro Gonçalves, o primeiro juiz de que podemos dar nota é, em 1557, «*o muito magnifico senhor, o senhor Simão Guedes*» fidalgo da casa de el-rei e do seu conselho e veador da casa da Rainha, o qual vamos encontrar dando, em nome de Dona Catarina, a primeira enxada para os alicerces de S.<sup>ta</sup> Catarina extra muros de Lisboa, a nova sede da irmandade à qual pertencia com seus

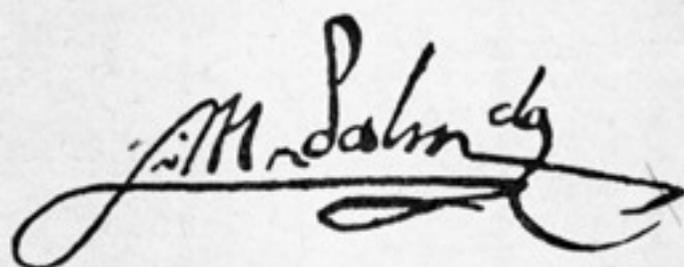
(1) 1.<sup>a</sup> parte do *Compromisso* reformado em 1557; cap. XVI no *Comp.* de 1567.

(2) Cap. I do *Comp.* de 1557.

filhos e toda a sua casa. Foi quem mandou dizer a primeira missa na nova igreja.

Embora ainda fosse vivo em 1571, não o tornamos a ver como juiz.

1559. — (provavelmente 1558 também) juiz o *Dr. Manuel d'Almeida*, fidalgo da casa de el-rei e do seu desembargo; corregedor do crime; Juiz da Índia, Mina e Guiné.

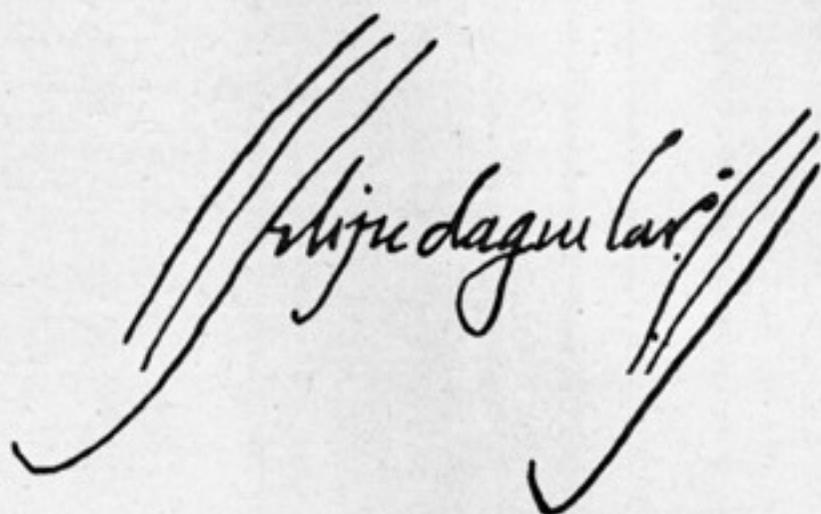
A handwritten signature in black ink, reading 'M. d'Almeida'. The signature is written in a cursive style with a long, sweeping underline that ends in a decorative flourish.

Pertencia ao grupo fundador da capela, em Lisboa, e foi de notável actividade e solicitude:

.....  
Falha a documentação, os livros estão mutilados. Não pude saber se neste espaço teria havido outro juiz.

1565. — *Cristóvão de Melo*.

1566. — *Filipe d'Aguilar*, «Mestre de sala de Elrei». Deverá tratar-se do poeta da escola mirandina, trinchante do

A handwritten signature in black ink, reading 'Filipe d'Aguilar'. The signature is written in a cursive style with a long, sweeping underline that ends in a decorative flourish.

Príncipe D. João e que foi casado com Dona Cecília Boca negra, tia de Catarina de Ataíde de Lima, a provável Natércia de Camões, segundo o Dr. Teófilo Braga?

Filipe d'Aguilar foi pessoa abastada e de valimento, na confraria. Tinha na igreja de S.<sup>ta</sup> Catarina capela própria, da qual pagava de foro, à irmandade, 900 réis por ano e participação nas esmolas recebidas, capela para a qual obteve, em 1565, bula privativa, pertencendo à irmandade a quarta parte das esmolas por essa bula adquiridas. Em Junho de 1583 foi aí erecta a confraria de S.<sup>to</sup> António.

Do compromisso de 1567 decalco a sua assinatura.

**1567.** — *Dom Álvaro de Castro.* É o juiz que assina o compromisso de 1567.

Este compromisso, o mais antigo que encontrei no original, é um fólio de papel formato almaço, tendo por marca de água três pombas encerradas em um círculo sobrepujado por uma cruz e, na parte inferior, as iniciais A I. Segundo os inventários, em 1598 estava «encadernado em preto, todo dourado». O corte, cinzelado, doirado por folhas. Caracteres góticos. Trinta assinaturas — dezassete nobres, treze livreiros. Está actualmente coberto por modestíssima *inteira* de percalina vermelha, achagrinada, que o tempo e a humidade mancharam. Como ornato, uma simples tarja envernizada. O oiro das folhas caiu; do cinzelado não resta mais do que ligeira rugosidade. Jóia veneranda, pelas assinaturas que o subscrevem.

Foi deste compromisso que decalquei a assinatura do nobilíssimo juiz D. Álvaro de Castro.

Muito devoto de S.<sup>ta</sup> Catarina, D. Álvaro de Castro deu o nome da virgem mártir a uma das suas filhas. Antes de Julho de 1558 adquiriu a Bula da confraria para si, *seu filho D. Fernando de Castro*, suas filhas Dona Catarina e Dona Margarida, e toda a sua casa. Vivia na intimidade do Rei e segui-lo-ia até à morte.

*Dom Álvaro de Castro*

**1568.** — *Filipe d'Aguilar.* Depois desta data não o tornamos a encontrar como juiz mas, em 1581, fazia parte da mesa, provavelmente como mordomo nobre.

Na sua qualidade de Presidente do Senado da Câmara, aparece, joelho em terra, entregando ao primeiro Filipe, na sua entrada em Lisboa, as chaves doiradas da cidade, presas por cordão de ouro — «... as chaves de todas as suas portas e dos leais corações de seus moradores...» como, em frase poética, disse ao Rei, beijando-lhe a mão. Não lho levemos a mal: a frase era obrigatória no protocolo...

Em janeiro de 1595 dizia-se missa por alma de Filipe d'Aguilar. Da capela foi herdeira sua filha Dona Cecília de Mendonça e veio a pertencer a D. João Soares de Alarcão. Em 1672 estava na posse de D. António Soares de Melo. Tinha por orago Nossa Senhora de l'Antigua e os seus rendimentos mais avultados eram de prédios.

Segundo se lê no *Diário de Lisboa*, de 15 de Novembro de 1860, a 26 de Junho de 1693 esta capela entrava na posse da Irmandade do Santíssimo Sacramento, da freguesia de S.<sup>ta</sup> Catarina.

**1569.** — *Manuel Teles Barreto.*



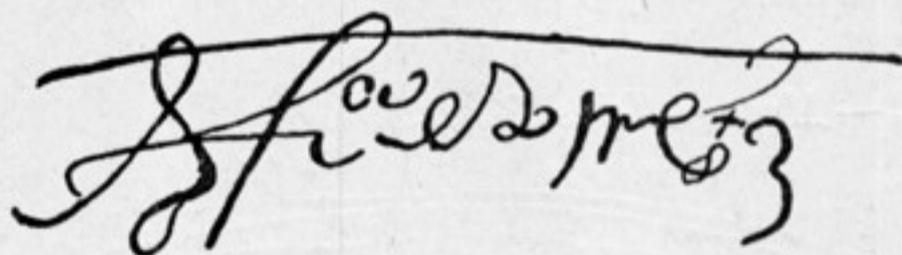
**1570.** — *D. Álvaro de Castro.*

**1571/72.** — *Manuel Teles Barreto.* No final deste juizado, a irmandade recebia o beijo glorificador de um facho de luz a iluminá-la: a 17 de Novembro de 1572 inscrevia-se como irmã «a senhora Dona Francisca de Aragão», a formosíssima musa dos poetas, amada amiga de Camões, «tida

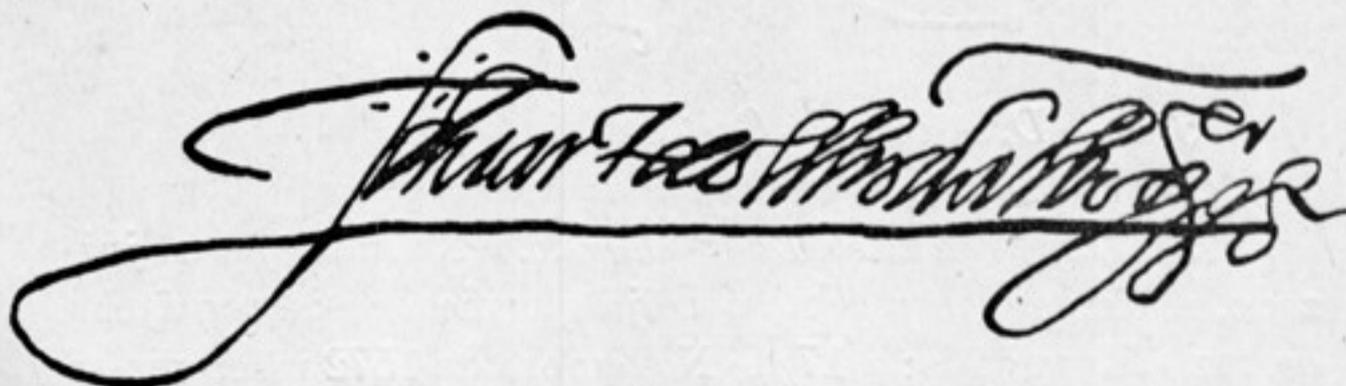
pela mulher que melhor tem sabido fazer o officio de dama», como escreveu o que a viria a desposar — D. João de Borja. A excelsa dama preferida pela Rainha, pertencia à família do juiz: filha de Nuno Rodrigues Barreto, sobrinha de Francisco Barreto, governador da Índia, os notáveis dotes de intelligência e gostos intellectuais desse astro radioso da corte, não podiam deixar de o atrair para a confraria. Ao tempo, quando ainda não havia entre nós agremiações literárias, era em volta de S.<sup>ta</sup> Catarina que se reuniam os intellectuais, agrupando-se na sua irmandade que, pode bem dizer-se, foi a precursora das Academias, mais ou menos doutas, que depois se têm instituído entre nós.

Dona Francisca de Aragão, casada, longe da pátria, continuava fiel à irmandade como indica nota marginal no seu registo.

1572/74. — *Francisco de Torres*. Este juiz deixou a sua passagem pela irmandade, assinalada na grande obra de reconstrução completa da igreja.



1575. — *Duarte Coelho de Albuquerque*. Escolhera para entrar na confraria o próprio dia da padroeira — 25 de Novembro — em 1574. Do seu registo de irmão decalquei a assinatura.



A missa obrigatória de sufrágio, foi dita em Janeiro de 1595.

1576/77. — D. Álvaro de Castro. Ainda em 15 de Dezembro de 1577, auxiliou uma compra que a irmandade fazia, dando avultada esmola. Depois... Alcácer Quebir. E, ao lado do seu registo de irmão, por ele assinado, uma nota marginal, impressionante no seu laconismo: «*Falecido em África na batalha. Houve sua missa*». A nota não pode deixar dúvida: é do metódico, zelosíssimo e minucioso Tomás de Gouveia Sotomaior<sup>(1)</sup>, irmão desde 1572, não deixando nem consentindo falhas nos cargos que exerceu — mordomo e escrivão. Foi com este escrivão que serviu, como mordomo livreiro e tesoureiro, Luís Martel<sup>(2)</sup>.

Tive dificuldade em identificar, entre os Castros, este D. Álvaro. Recorri aos valiosos conhecimentos genealógicos do nosso ilustre consócio MATIAS LIMA de quem recebi os seguintes doutos informes: «Era neto doutro Álvaro de Castro que foi em romagem a Jerusalem por el-rei D. João II, que por isso o fez Veador da Fazenda, trocando-lhe mais tarde a honraria pela de Governador de Lisboa. Este é que era o avô do cavaleiro de Alcácer e o pai, D. Fernando de Castro, que acompanhou a Infanta Dona Brites a Saboia e foi casado com Dona Maria de Aiala. Além do referido D. Álvaro, tiveram outros filhos, entre os quais D. Fr. Agostinho de Castro. — Pormenores colhidos em *Famílias de Portugal*, de MANSO DE LIMA».

1578/80. — Manuel Teles Barreto. Época tormentosa. Em 1578 teve a honra de presidir à mesa em que se destacaram dois nomes gloriosos: o mordomo nobre Jerónimo Teixeira, irmão desde 27 de Novembro de 1574 que, ao lado do seu registo, tem a nota comovente: «*Falecido no dia do desbarato do senhor D. António em Lisboa 25 de Agosto 1580*».

---

(1) V. *S.<sup>ta</sup> Cat. no séc. de quinhentos*, pela A. — *Bazar de «A Voz»* — 27 de Novembro de 1943.

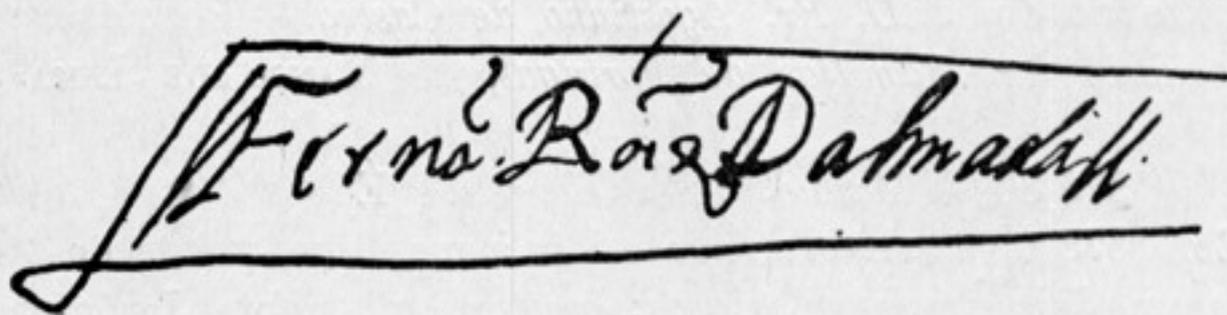
(2) V. *O Livreiro do Rei*, pela A., in «*L.<sup>os</sup> de Portugal*» (órgão do Gr. N.<sup>al</sup> dos Ed. e Liv.), N.º 14, 1943.

*Houve sua missa*». O escrivão da mesa era Afonso Mendes de Pedroso, que a nota marginal indica: «*Falecido na guerra de Alcantara. Houve sua missa*». Os mesários de S.<sup>ta</sup> Catarina e com eles mais alguns irmãos, ungiam com o seu sangue leal o solo da Pátria que morria com eles! Curvemo-nos respeitosamente ante a memória dos heróis.

Em 1579, Manuel Teles Barreto, que acumulava a superintendência da irmandade de S.<sup>ta</sup> Catarina com a da Câmara Municipal de Lisboa, preside à movimentada eleição dos dois procuradores da cidade às malfadadas cortes convocadas pelo Cardeal Rei e aos vários actos que, nessa época dolorosa, a Câmara teve de efectuar, até que, em 1580, assina o auto de obediência e de entrega da cidade a D. Filipe de Castela!

Foi no tempo que serviu na Câmara, e por seu impulso, que foi mandada imprimir a 2.<sup>a</sup> edição da obra do Dr. Tomás Alvares com as medidas sanitárias contra a peste, de que a 1.<sup>a</sup> edição fora publicada em Coimbra, 1569.

1580/81. — *Fernão Roiz d'Almada.*



*Fernão Roiz d'Almada*

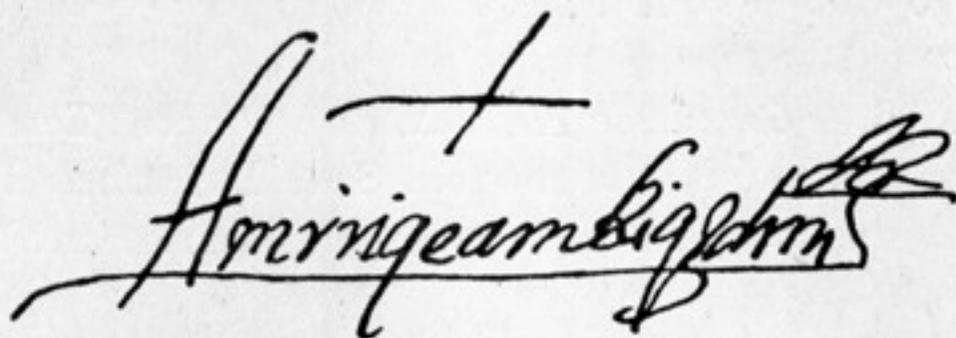
Tinha na igreja, lado da epístola, capela própria, instituída por testamento de seu pai, o embaixador de Portugal Rui Fernandes.

Capela da invocação do Crucifixo, tendo a um lado Nossa Senhora e ao outro S. João, de alabastro, imagens que se encontram presentemente na igreja dos Paulistas. Tinha a capela missa quotidiana, com sino tangendo; qua-

tro<sup>as</sup> missas cantadas de *Requiem* todos os anos; lâmpada de azeite em luz perene. Bons paramentos, tanto para festas como para o ordinário. Anexo, pequeno hospício de seis mercieiras.

1581/82. — *Francisco de Torres.*

1582/83. — *Henrique Henriques de Miranda*, do Conselho de el-rei e seu Estribeiro-mor. Morador na freguesia. Fez-se irmão por ter sido eleito juiz, facto relativamente frequente. Do seu registo decalco a assinatura.



1583. — *Diogo Velho*, do Conselho do Rei e seu secretário. Escrivão da fazenda real do reino e das partes da Índia, por alvará de 6 de Fevereiro de 1574. Casado com Dona Guiomar Botelha, que já em 1558 tomara a bula da irmandade. Morava em prédio importante na rua direita da Porta de Santa Catarina, esquina com a Rua da Metade. Grandes varandas nos dois lados do prédio, que em 28 de Setembro de 1562 a câmara intimou a tirar, para efeitos de alinhamento.

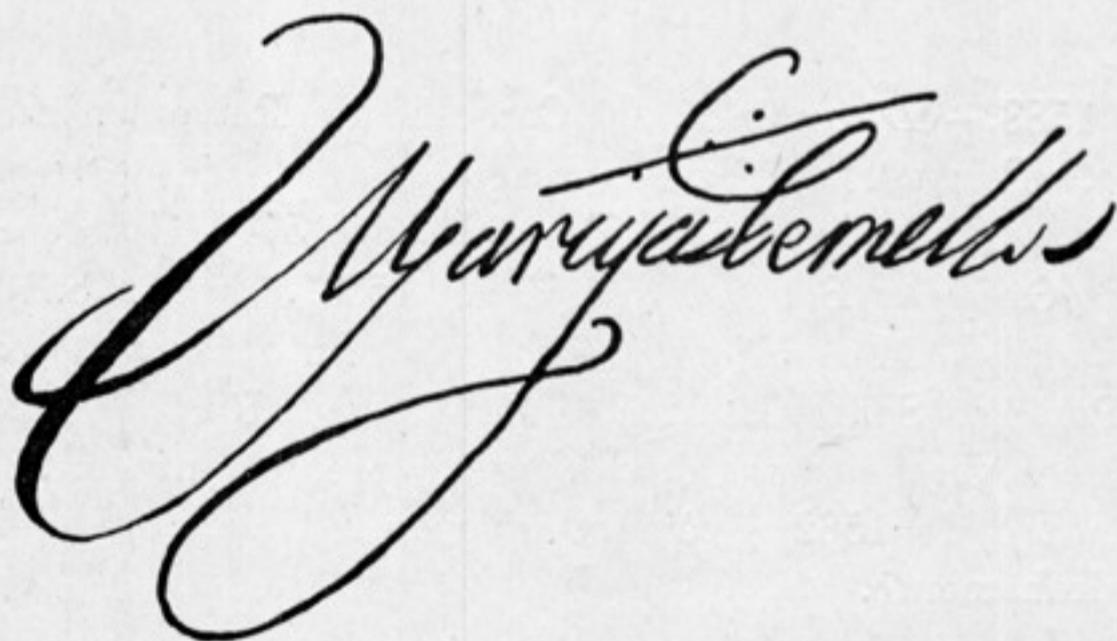


Foi bastante dedicado à confraria. Extremamente assíduo às reuniões, protegeu muito a irmandade aproveitando a sua situação de destaque para lhe obter regalias entre as quais a constante do alvará de 27 de Julho de 1584 dando anualmente à confraria três arrobas de cera das cinco que a *Casa da fruta* devia pagar à fazenda.

Diogo Velho tinha a sua capela na igreja, a de mais destaque — a capela-mor. Ficou para sua filha Dona Maria de Castro, casada com D. João Luís de Meneses, senhor da vila de Mafra.

Foi em sua época o início do longo juizado ininterrupto: Diogo Velho foi, até à morte, juiz da confraria. Ainda assinou o termo da eleição de 31 de Outubro de 1604, para 1605, ano em que faleceu.

1605/6. — *Garcia de Melo*, Monteiro-mor. Tendo sido resolvido em reunião da mesa, a 8 de Dezembro de 1591, que as despesas da festa da padroeira, sempre muito one-



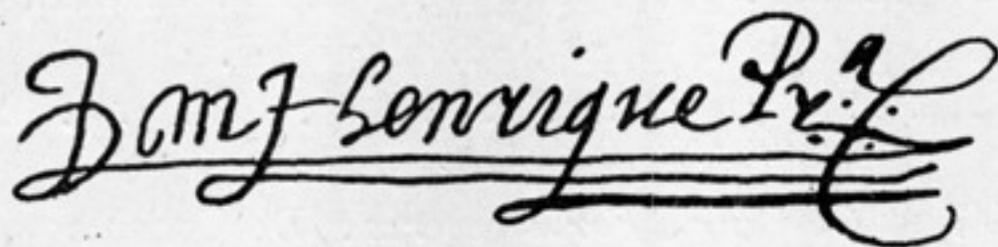
rosas pelo esplendor de que se revestia, fossem pagas, uma parte pelo juiz e duas pelos outros mesários, Garcia de Melo não esperou pelo rateio e generosamente saldou o dispêndio. E nesse ano a festa fora particularmente ostentosa e cuidada: as trombetas e atabales do estilo foram mandados

por D. Jorge Maldonado; a orquestra, que era sempre aumentada, assim como as vozes, tiveram o concurso dos cantores de Sua Majestade: à festividade religiosa dignava-se comparecer o Vice-rei...

1606/7. — *D. Jorge de Mascarenhas*. Julgamos tratar-se do Marquês de Montalvão, de triste fim.

1607/8. — Eleição a 18 de Novembro de 1607. O cargo de juiz está marcado mas o nome em branco. No entanto, na folha 87 do *Livro de Receita e Despesa* de 1598/1630 encontra-se, tendo mandado avultada esmola, em 6 de Dezembro de 1608, «*Manuel da Silva*, juiz da Mesa». É possível tratar-se do Aposentador-mor, marido de Dona Maria Manuel, que foi dama de Dona Catarina, do qual faz menção a «*História Genealógica da Casa Real*».

1608/9. — Eleição a 16 de Novembro de 1608. Eleito *D. Henrique Pereira*, assente por irmão depois de eleito.

A handwritten signature in cursive script, reading "D. Henrique Pereira". The signature is written in dark ink on a light background. The letters are fluid and connected, with a prominent flourish at the end of the name.

1609/10. — Reeleito *D. Henrique Pereira* mas a eleição foi anulada por sentença da Relação. Começara grave discórdia no seio da irmandade...

1612. — *D. Álvaro de Sousa*, capitão das guardas do Rei e morador na freguesia.

Na perturbação em que a irmandade andou, durante o prolongado litígio que surgiu por graves dissidências, só aparece esta eleição de 12 de Novembro de 1612, para 1613, à qual não compareceu juiz. Pelo estudo de vários documen-

tos depreende-se que durante o período da discórdia o juizado esteve entregue a D. Álvaro de Sousa.

1621. — *Manuel da Silva de Sousa.*

1622. — *D.<sup>or</sup> Miguel da Barreira*, Procurador da Coroa. Inscrevera-se por irmão poucos meses antes. Devia ter servido até 1624.

1624/1625. — *D.<sup>or</sup> Gabriel Pereira de Castro*, do Conselho de el-rei.

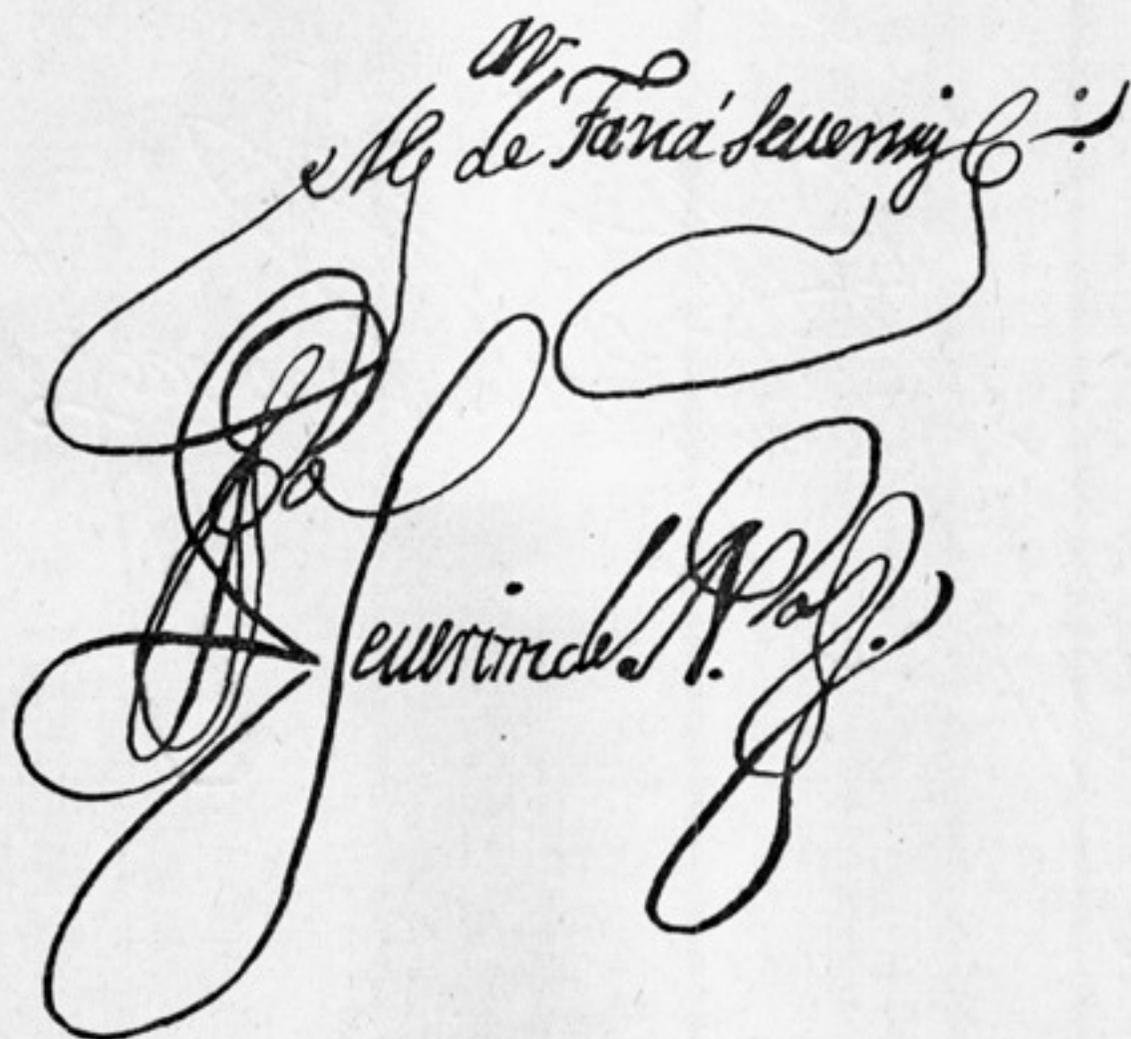
Um grande espaço de tempo sem documentação das eleições ou que, pelo menos, não encontrei.

. . . . .

1647. — *Gaspar de Faria Severim*. Do Conselho do Rei, Comendador de Mora, Secretário das Mercês de D. João IV. Barbosa Machado classifica-o «poeta elegante e genealógico erudito».

Sentia-se bem, junto dos livreiros, quem tão amorosamente cuidava os livros. Era dos mais assíduos mesários. Seu pai já estivera em ligação com a irmandade: no contrato feito em 1 de Janeiro de 1606, entre os donatários da igreja e as irmandades aí erectas, para o pagamento ao Mestre de Capela, assina, entre os mesários da *Irmandade do Santo Nome de Jesus*, o executor-mor e escrivão-mor do reino Francisco de Faria Severim, pai deste juiz da irmandade dos livreiros.

Em toda a família foi acentuada a devoção pela irmandade pois os Severins estão nela representados nobremente. O filho de Gaspar, *Pedro Severim de Noronha*, também escritor, foi diferentes vezes mordomo nobre e, no ano de 1658, compartilhava com o pai o juizado, caso único nos registos da irmandade, e juntos assinaram.



M. de Faria Severim  
Severim de Faria

Encontra-se ainda o irmão de Gaspar, Manuel de Faria Severim, em quem seu tio Manuel Severim de Faria resignou a conezia e o chantrado; seu filho Francisco Severim de Faria que, em 1666, na qualidade de mordomo nobre, assina Francisco de Faria Severim de Noronha e deve ser em quem Manuel, irmão de Gaspar, resignou por sua vez a chanzia que de seu tio recebera.

Gaspar de Faria Severim substituiu nos seus impedimentos o secretário de Estado Pedro Vieira da Silva, e, assim, alguns documentos relativos ao desposório da Infanta Dona Catarina aparecem assinados por este juiz que as suas

ocupações na corte e nos negócios de Estado, nunca impediram de comparecer às reuniões da sua irmandade. E no lugar de juiz se conservou até 1666.

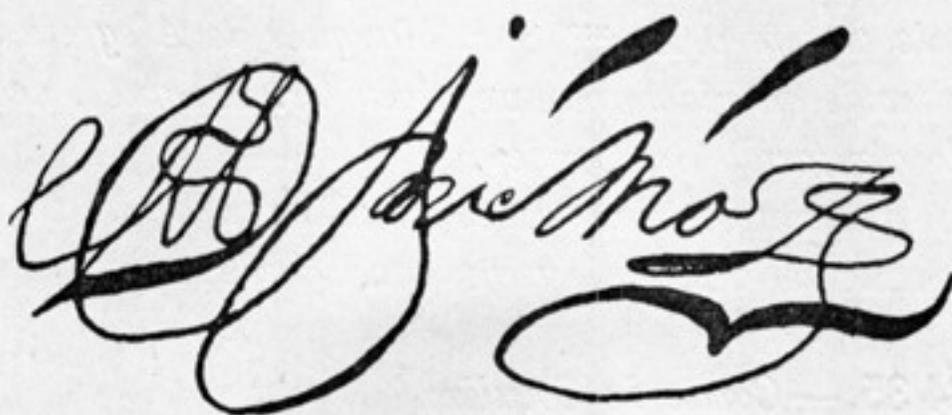
1667. — *Marquês de Gouveia*, eleito em 9 de Janeiro desse ano. A sua assinatura, de linhas orgulhosas, ficou apenas ao registrar-se irmão, depois de eleito.

Não se assinalou nas reuniões a presença do illustre titular mas a sua influência manifestou-se:

Falecido «Henrique Valente vagaram os privilégios da impressão dos livros *Baculos pastorais; Arte portuguesa de Xorro; manuais de orações pequenos e grandes; Práticas de Barbeiro; Aparelho para bem morrer; Meditações de S.<sup>ta</sup> Brígida*». O Marquês Mordomo-mor, juiz, e os livreiros mesários, apressaram-se a requerer a cessão desses privilégios e, a 25 de Fevereiro de 1667, um alvará de D. Afonso VI deferia a petição. Privilégio absoluto — impressão, venda e importação. Julgo ser o único privilégio do género que a irmandade usufruiu.

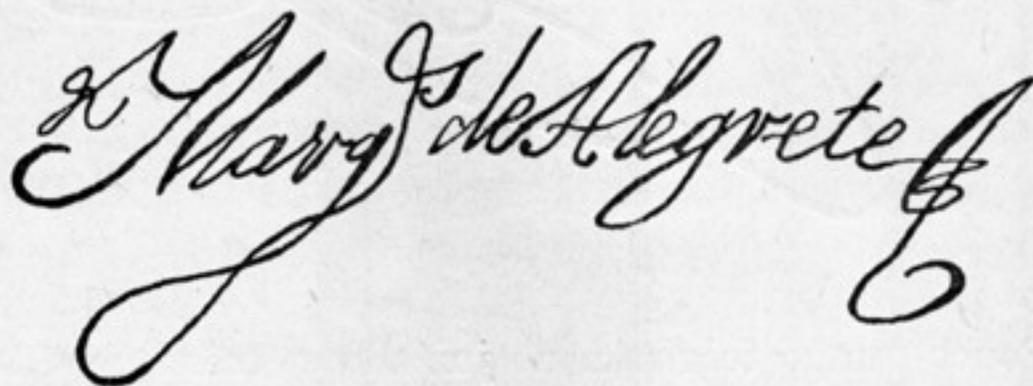
Temos conhecimento, por Venancio Deslaudes, que o livreiro-impresor Henrique Valente de Oliveira tinha, em 1659, o privilégio da impressão, por dez anos, do *Baculo Pastoral*. Embora este alvará de 1667, que se encontra lançado a fl. 113 do Tombo da irmandade, diga apenas *Henrique Valente*, deve ser a mesma pessoa.

1668. — *D. João Mascarenhas*, 2.<sup>o</sup> Conde da Torre. A irmandade sabia procurar hábilmente a situação dos seus juizes... Dezassete anos se conservou no mando da confraria o Conde da Torre, Marquês de Fronteira.



1685. — *Conde da Ericeira D. Luis de Menezes*. Estando no cargo até ao trágico final da sua vida, em 1690, não encontrei a sua assinatura.

1691. — Por eleição em 28 de Maio, assume o juizado o 1.<sup>o</sup> *Marquês do Alegrete*. Essa notabilíssima família, que



tão inconfundivelmente se assinalou nas letras portuguezas dando-lhes o fulgor do seu espírito, a elegância moral da

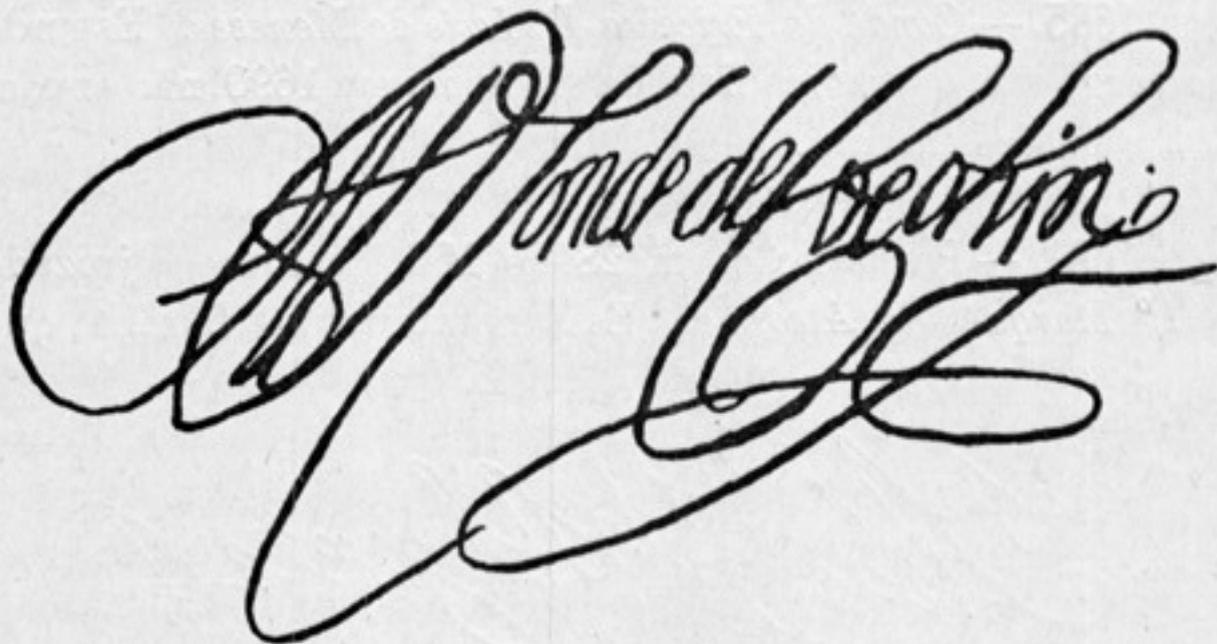
sua esclarecida estirpe, o brilhantismo dos seus feitos como militares e diplomatas, ia levar a confraria ao requinte de intelectualidade que atingiu. Pode dizer-se que foi nessa época esplendorosa que teve efectivação a pitoresca frase do tempo do douto jerónimo, Frei Miguel de Valença — *os ministros da sabedoria...*

Falecido em 1709, foi eleito, por unanimidade, seu filho Fernando, o sucessor no título.

Quando em 22 de Maio de 1734 reuniu a irmandade para eleição dos mesários, foi lançado na acta um esclarecimento ao qual não quero tirar o carácter: «*Para juiz o Ex.<sup>mo</sup> Snr. Conde de Coculim velho, em razão de se achar sumamente doente o Ex.<sup>mo</sup> Snr. Marquês de Alegrete velho, e assim faltando da vida presente o dito sr. Marquês, neste caso fica eleito o referido Sr. Conde.*».

Generosamente, sem susceptibilidade, o conde aceitou essa alternativa que o levava condicionalmente ao cargo.

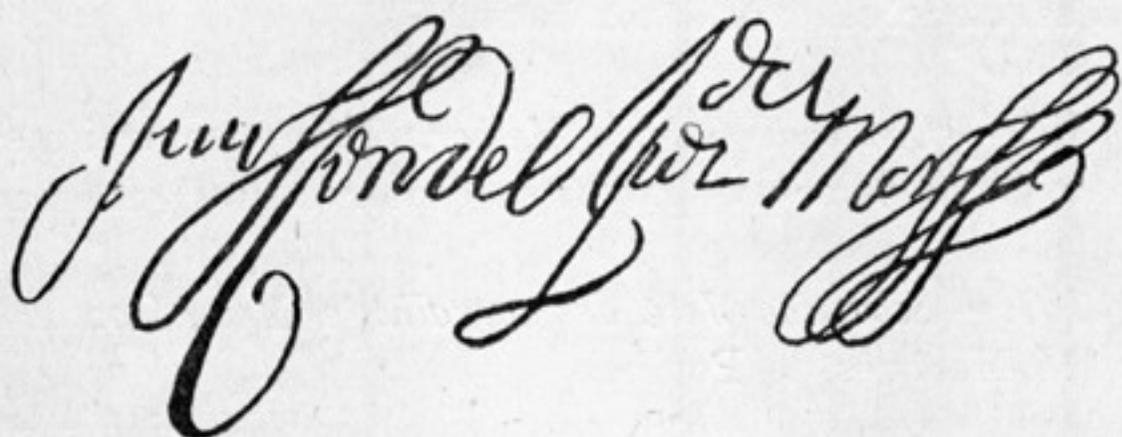
1734/35. — *Conde de Coculim.*



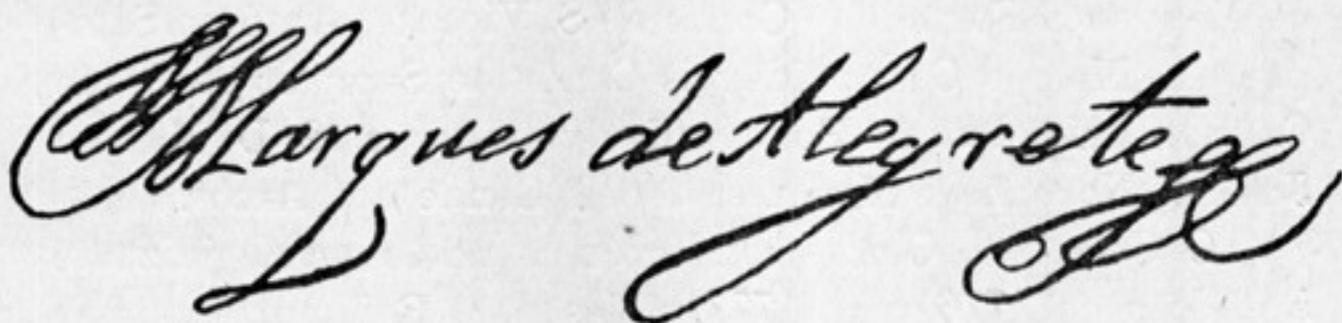
Pouco tempo fulgiram no juizado as três fachtas de oiro em campo vermelho, dos Coculim. O conde era um antigo irmão: inscrevera-se em 14 de Junho de 1684. Como se vê assinava *Cocolim*.

1735. — *Conde de S. Tiago*, Aposentador-mor de Sua Majestade.

Assinava fazendo preceder o título e cargo na corte pelo cargo exercido na irmandade — Juiz Conde Aposentador-mor.

A handwritten signature in cursive script, reading "Juiz Conde de S. Tiago". The ink is dark and the handwriting is fluid and elegant, typical of the 18th century.

1742. — Voltava o título dos *Marqueses de Alegrete* à superintendência da irmandade: no dia 6 de Maio, Fernão Teles da Silva tinha a maioria na votação. Só no dia 30 de Dezembro desse ano se inscreveu como irmão mas com ele

A handwritten signature in cursive script, reading "Marqueses de Alegrete". The ink is dark and the handwriting is fluid and elegant, typical of the 18th century.

foram, no mesmo dia, os parentes Nuno da Silva Teles, figura de alta distinção<sup>(1)</sup>; o conde de Tarouca<sup>(2)</sup>; Manuel Teles da Silva, depois marquês de Penalva; na semana seguinte inscreviam-se Monsenhor D. António de Almeida, o conde de Assumar, o Principal D. Francisco de Almeida Mascarenhas, o Principal D. Diogo de Almeida Mascare-

---

(1) V. *Martírio*, romance hist. pela A.

(2) V. *Poetas de Lisboa*, pela A. in «Bandarra» — 12 e 19 de Outubro de 1935.

nhas; a 13 de Janeiro o Monteiro-mor do Reino; no dia imediato o Conde de Vimioso, Marquês de Valença, D. Manuel, D. João e D. Luís de Sousa; nesse mesmo dia o Conde de Coculim vinha continuar na irmandade o título dos seus ascendentes.

A aura de prestígio dos Marqueses de Alegrete, chamava as atenções para a confraria.

1753. — *Conde de Castelo Melhor*. Não encontrei a sua assinatura, se bem que por lá se conservasse alguns anos.

1760. — *Sebastião José de Carvalho e Melo*, Conde de Oeiras e Marquês de Pombal.

A vida intensa do grande estadista ainda lhe deu tempo a interessar-se pela irmandade de S.<sup>ta</sup> Catarina tendo-se inscrito como irmão e assinado o seu registo no dia 8 de Maio de 1760, portanto antes de ser eleito visto que a votação no seu nome, para juiz, foi a 20 desse mês. Julgo desnecessário dar a sua assinatura, por muito conhecida. Com ele inscreveram-se por irmãos, no mesmo dia, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, o Conde de S. Vicente, António Sampaio de Melo e Castro (depois Conde de Sampaio) e Paulo Carvalho Mendonça. Poucos dias volvidos, a 12, D. Manuel José de Noronha e Menezes, depois Conde dos Arcos.

O Conde de Oeiras conservou-se no lugar de juiz até à eleição de 1776 para 1777. Mas... o Rei morreu nesse espaço e a *oportunidade* indicava a substituição. O velho Marquês, doente, exilado, cheio de torturas e mágoas, mesmo destituído do seu cargo de juiz conservou-se sempre na irmandade. Ainda em 1782, Estêvão António dos Montes pagara a quota do leão moribundo a quem, na hora do infortúnio, até a confraria o abandonara! Extinguiu-se no próprio dia em que se completavam vinte e dois anos que entrara para irmão de S.<sup>ta</sup> Catarina.

1777/78. — *Visconde de Vila Nova da Cerveira*. Na acta da reunião de 8 de Junho de 1777, para eleição de mesários,

figura *Visconde de Ponte do Lima*, como frequentemente era conhecido.

*Visconde de Vila Nova da Cerveira*

1778/79. — *Visconde da Asseca*.

1779/80. — *Visconde de Vila Nova da Cerveira*.

Neste ano continua a nobreza a afluír à irmandade dos livreiros: D. José de Vasconcelos e Soiza, que foi Conde de Pombeiro e Marquês de Belas; Conde da Redinha, depois Conde de Vila Verde e Marquês de Angeja; Conde de Sandomil; D. José de Noronha; o Cardeal da Cunha D. João de Nossa Senhora da Porta. Em 1780 o Conde de Tarouca, depois Marquês de Penalva; Marquês de Abrantes.

1781/83. — *Visconde de Barbacena*, Luís António Furtado de Mendonça.

*Visconde de Barbacena*

1783/87. — *Duque do Cadaval*.

*Duque do Cadaval*

Os magnates da política, em manifestação de fé ou pela ostentação da nobreza, também se agrupavam à irmandade: em 7 de Outubro de 1786, Diogo Inácio de Pina Manique assinava, com as formalidades do costume, o seu registo de irmão.

1788/90. — *Visconde de Barbacena*, Francisco Furtado de Mendonça.

1791. — *Conde de Pombeiro*.

1792. — *Conde de Lumiares*, D. José de Portugal.

1793. — *Principal José Furtado Mendonça Hohenloe*, irmão desde 1782. No começo da assinatura, a inicial marcando o cargo.

*J Principal Hohenloe*

Ainda foi eleito para 1795 mas não se pode afirmar até quando estaria, pois não se encontram — não encontrei — eleições até à de 8 de Julho de 1801 em que a mesa devia estar desorganizada pois foi nomeado o irmão Joaquim Roiz de Carvalho para presidir à eleição de cargos, o que, normalmente, competia ao juiz.

1802. — *Conde da Redinha*, José Francisco Daun.

*Conde da Redinha*  
juiz

Sucessivamente reeleito até 1810, em que teve maioria de votos o Conde Sampaio mas este, dignamente, recusou aceitar, continuando assim o antigo juiz Conde da Redinha. Terminou o seu mandato em 1812, presidindo ainda à eleição em 31 de Maio. A sua assinatura, nessa acta, é impressionante: as letras, muito grandes, disformes, desalinhas, faltando umas, outras repetidas, caindo soltas, em

diagonal, quase até ao fim da folha. Cego? Hemiplégico? Os circunstantes, piedosamente, agrupam-se aos lados, deixando desafogadas as pobres letras dessa assinatura dolorosa.

1813. — *D. Francisco de Almeida de Melo e Castro*. Junta à assinatura o cargo.

Juiz  
*D. Francisco de Almeida de Melo e Castro*

Em 24 de Janeiro deixava o juizado por ir para o Rio de Janeiro, onde faleceu. Ficara a substituí-lo *D. António Francisco Lobo de Almeida Melo e Castro*, Conde das Galveias.

*D. António Francisco Lobo de Almeida Melo e Castro*

1814. — *Sebastião José de Carvalho*, Conde da Redinha.

1815. — *D. Desiderio de Lencastre* — Assina — « Juiz Mon.<sup>or</sup> Lencastre Baharem ». Reeleito em 1816, tendo subido em dignidade eclesiástica, passa a assinar *DD* (Dom Desiderio) *Principal Lencastre*.

*DD Principal Lencastre*

Ainda foi reeleito em 1817, mas declinou o encargo.

1817. — *Dom Prior de Guimarães*, D. José Teles da Silva, que se conservou até 1822.

*Dom Prior de Guimarães  
Juiz*

Como se vê, à nobre estirpe dos juizes ligavam-se agora as altas dignidades eclesiásticas.

1823. — *D. Francisco de Lencastre*.

*D. Fran.<sup>co</sup> de Lencastre*

No ano seguinte voltava a ser eleito o Dom Prior de Guimarães mas, por motivos não especificados, tanto o juiz como os outros mesários não aceitaram os cargos, pelo que se fez nova eleição.

1825. — *D. José Francisco de Lencastre*. Reeleito até à reunião de 17 de Junho de 1827 em que, muito cortês, escreveu uma carta dizendo que não podia comparecer e propondo quem deveria ser o novo juiz.

*J. F. de Lencastre*

1828. — *Dom Prior Mor de Aviz*, Manuel Teles da Silva. Na eleição do ano imediato teve maioria o Principal Lencastre mas, em nobre delicadeza, recusou, ficando assim, no cargo, quem imediatamente se lhe seguia em votos — o Dom Prior Mor de Aviz. Conservou-se o ilustre prelado no cargo mais representativo da irmandade até à eleição de 18 de Setembro de 1831, para 1832. Ainda aí é reeleito. Foi a última eleição na Casa de Despacho de S.<sup>ta</sup> Catarina; foi o último juiz antes da extinção das corporações. Começava o declínio.

*Juiz*  
*Manuel Prior Mor de Aviz*

Com esta última eleição, nessa época, fechamos uma das mais belas páginas da nobreza ao serviço da fé e das letras.

\*

Interrompia-se a ilustre sequência em que brilharam os mais esplendorosos fidalgos; em que os grandes de Portugal tantas vezes presidiram aos destinos da gloriosa irmandade; em que os mais sonoros e representativos nomes figuraram nos registos dos irmãos em ligação com os artífices, opulentos ou modestos; em que os mais altos dignitários da corte tinham honra em ligar ao seu nome e título o cargo de juiz da confraria da corporação dos livreiros.

Aqui, além, nas horas dolorosas, nos dias elanguescentes, fulgiram ainda, em lampejo radioso, vultos de primordial grandeza, entregando o seu valor e prestígio a essa obra de Reis, que perdurara durante séculos.

Podemos citar, entre outros, em 1837 o *Marquês de Sampaio*, Mordomo-mor; em 1841 o *Duque de Palmela*; em 1844, o mais alto dignitário da Igreja, o *Cardeal Patriarca D. Fran-*

*cisco I*, que declinou no *Conde de Lumiães*; em 1845, o *Conde do Lavradio*; em 1846, *Francisco António da Cunha de Pina Manique* e outros, até ao juiz actual — *Dr. Armando Cancela de Abreu*.

Esses grandes vultos, foram meteoros fulgurando a espaços, que se extinguíam no anseio improfíquo, por isolado, entre as paixões que agitavam a existência das instituições, lhes abalavam os alicerces; tentativas meritórias, de resultados ocasionais porque lhes faltava a continuidade que animara e fizera poderosa a *Real Irmandade de Santa Catarina da Corporação dos livreiros*.

MARIA BRAK-LAMY BARJONA DE FREITAS

As assinaturas são reproduzidas no tamanho em que se encontram no original. Decalque pela A.

A data indicada no juizado é de quando este se começava a exercer, geralmente desde o dia de S.<sup>ta</sup> Catarina — 25 de Novembro.

Os elementos inéditos deste trabalho, foram extraídos de vários Mss. esparsos no Arq. da Irmandade de S.<sup>ta</sup> Cat. da Corp. dos Livreiros.

M. B. F.

## BOLETIM DO INSTITUTO DE COIMBRA

### REUNIÃO DA DIRECÇÃO DO INSTITUTO DE COIMBRA EM 18 DE DEZEMBRO DE 1946

Aos 18 de Dezembro de 1946 reuniu a Direcção do Instituto de Coimbra sob a Presidência do Professor Anselmo Ferraz de Carvalho.

O Presidente começou por se referir a um pedido de compra de grande número de volumes da Revista do Instituto de Coimbra, lembrando que não poderia esta Academia vender nenhum volume de que houvesse em depósito número inferior a vinte exemplares, com o que concordaram os sócios presentes.

O Director de classe João Pereira Dias, visto ser agora aposentado o sócio desta Academia, Amadeu Ferraz de Carvalho, propôs que se consignasse na acta um voto de reconhecimento pelos serviços que este Professor prestou, não só durante o ensino na Escola Industrial de Brotero, mas também ao Instituto de Coimbra onde, desde longa data, tem contribuído para o êxito alcançado por esta instituição, tendo sido também muito valiosa a sua colaboração na Revista *O Instituto*.

Todos os sócios presentes se associaram a esta homenagem, tendo o secretário da Direcção Gumersindo da Costa Lobo dito que eram da maior justiça estas referências à acção do sócio Amadeu Ferraz de Carvalho, que era credor da nossa estima pela distinção do seu trato, e do maior reconhecimento desta Academia, pois era muito grande e da maior dedicação a sua actividade em prol do Instituto de Coimbra, como teve especialmente ocasião de ver nos

últimos doze anos em que teve a honra de ser seu colega na Direcção desta Instituição.

O sócio Gumersindo da Costa Lobo relatou depois a maneira como tinha procurado desenvolver as relações científicas da França com o Instituto de Coimbra de harmonia com os desejos desta Academia e de acordo com as directrizes do seu Presidente. Avistou-se para isso com alguns antigos sócios desta Academia: Duque de Broglie, Príncipe de Broglie, Lucien d'Azambuja, A. Capmas e R. Estripeaut e todos eles receberam com entusiasmo a ideia de se procurar aumentar estas relações, e, manifestando, como era de esperar, a sua simpatia por Portugal, pediram-lhe que assegurasse ao Presidente, a quem enviavam os seus cumprimentos da maior consideração, o seu empenho em estreitar estas relações culturais o mais possível.

Solicitando a colaboração de outras individualidades francesas, que ainda não eram sócias, todas elas se declararam muito honradas em contribuírem para este movimento, motivo porque apresentava as suas candidaturas que são as seguintes: A. Danjon, Director do Observatório Astronómico de Paris, François Le-Grix, homem de letras e jornalista, A. Paloque, Director do Observatório Astronómico de Toulouse, Lucien Jonas, ilustre Artista francês.

O sócio Gumersindo da Costa Lobo propôs ainda as candidaturas para sócio de J. H. Oort, director do Observatório Astronómico de Leyden, Y. Öhman, astrónomo do Observatório Astronómico de Stockolmo, os quais prometeram desenvolver nos respectivos países as relações culturais com o Instituto de Coimbra.

E de nada mais se tratou nesta sessão, da qual eu, Gumersindo Sarmiento da Costa Lobo, lavrei a presente acta.

- a) *Anselmo Ferraz de Carvalho*
- b) *Gumersindo Sarmiento da Costa Lobo*



E de nada mais se tratou nesta sessão da qual eu, Gumersindo Sarmiento da Costa Lobo, lavrei a presente acta.

- a) *Anselmo Ferraz de Carvalho*
- b) *Gumersindo Sarmiento da Costa Lobo*

#### REUNIAO DA DIRECÇÃO DO INSTITUTO DE COIMBRA EM 20 DE JANEIRO DE 1947

Aos vinte de Janeiro de 1947, reuniu a Direcção do Instituto de Coimbra sob a presidência do Professor Anselmo Ferraz de Carvalho.

O Presidente informou a Direcção da combinação com o Presidente do Instituto dos Estudos Brasileiros da Faculdade de Letras, para que os dois Institutos realizem em colaboração uma sessão de homenagem a Afrânio Peixoto. Propunha que essa sessão se realize em 3 de Maio sendo oradores os Senhores Dr. Renato de Mendonça, Cônsul do Brasil no Porto, Doutores Rebelo Gonçalves, Lopes de Almeida, e João de Barros.

A este último, se a Direcção com isso concordasse, dirigiria um convite em nome do Instituto de Coimbra. Todas estas propostas foram aprovadas pela Direcção.

E de mais nada se tratou nesta sessão, da qual eu, Gumersindo Sarmiento da Costa Lobo, lavrei a presente acta.

- a) *Anselmo Ferraz de Carvalho*
- b) *Gumersindo Sarmiento da Costa Lobo*

#### ASSEMBLEIA GERAL DO INSTITUTO DE COIMBRA DE 20 DE JANEIRO DE 1947

Aos vinte de Janeiro de 1947, reuniu a Assembleia Geral do Instituto de Coimbra, sob a presidência do Professor Anselmo Ferraz de Carvalho.

O Presidente começou por manifestar o seu pesar pelo falecimento dos sócios Afrânio Peixoto e Fausto Gonçalves, e depois de fazer o seu elogio com palavras de reconhecimento pela colaboração por ambos prestada a esta Academia, lembrou a amizade do Primeiro por Portugal. Por fim propôs que em sessão pública se prestasse uma homenagem ao professor Afrânio Peixoto que tanto renome deu às letras e ciências do Brasil.

O Presidente passou a ocupar-se seguidamente da organização da comissão de redacção nos termos do artigo 28.º dos Estatutos. No que diz respeito à Comissão de Redacção entendia que se tornara necessária uma distribuição dos serviços de maneira a dar-lhe mais simplicidade e eficiência aproveitando as três secções da Direcção, propondo que a Comissão de redacção fique constituída por um Presidente — o Presidente da Direcção, pelos Directores das três classes e por um dos Secretários. Esta proposta depois de discutida foi aprovada.

O sócio Amadeu Ferraz de Carvalho apresentou as contas que foram aprovadas.

E de nada mais se tratou nesta sessão, da qual eu, Gumersindo Sarmiento da Costa Lobo, lavrei a presente acta.

- a) *Anselmo Ferraz de Carvalho*
- b) *Gumersindo Sarmiento da Costa Lobo*

#### SESSAO DE 11 DE MARÇO DE 1947

Assumiu a Presidência o Presidente do Instituto de Coimbra, Professor Anselmo Ferraz de Carvalho, secretariado pelo Vice-Presidente, Diogo Pacheco de Amorim e pelo Secretário da Direcção Gumersindo Sarmiento da Costa Lobo.

O Presidente fez a apresentação do conferente, Professor Francisco Vieira de Almeida que efectuou uma interessante conferência subordinada ao título «Algumas hipóteses da teoria do conhecimento».

No fim da sessão o Presidente felicitou o conferente e apresentou-lhe os agradecimentos do Instituto de Coimbra.

No mesmo dia foi oferecido pelo Instituto de Coimbra um almoço ao conferente e a sua esposa.

#### SESSÃO DE 27 DE MARÇO DE 1947

O Presidente, Professor Anselmo Ferraz de Carvalho, abriu esta sessão começando por dizer que se iniciavam, com esta conferência do Sr. Professor Rocha Brito, as reuniões do Instituto de Coimbra que tinha anunciado com o fim de reunir os sócios desta Academia e suas famílias.

O Professor Rocha Brito, acedera a inaugurar estas reuniões, o que era penhor seguro do seu êxito, pelo que se congratulava apresentando em nome do Instituto de Coimbra e no seu próprio, sinceros agradecimentos ao conferente, que ia falar sobre «Os presépios de Coimbra». Esta conferência que foi ilustrada com muitas projecções, despertou grande interesse.

#### SESSÃO DE HOMENAGEM DO INSTITUTO DE COIMBRA AO PROFESSOR AFRÂNIO PEIXOTO REALIZADA EM 3 DE MAIO DE 1947

Esta sessão começou às 22 horas na sede do Instituto de Coimbra, presidindo o Presidente do Instituto de Coimbra, professor Anselmo Ferraz de Carvalho, secretariado pelo Dr. Frank Moscoso, encarregado de negócios do Brasil e pelo Professor Rebelo Gonçalves, Director do Instituto dos Estudos Brasileiros da Faculdade de Letras, que se dignou prestar a sua valiosa colaboração a esta iniciativa do Instituto de Coimbra.

Em lugares especiais, sentaram-se os oradores: Dr. Renato de Mendonça, Cônsul Geral do Brasil no Porto, Professor Lopes de Almeida e Professor Rocha Brito.

Abriu a sessão o Presidente, que proferiu uma alocução na qual evocou a individualidade de Afrânio Peixoto, e

vincando o seu amor a Portugal, lembrou que do seu livro *Viagem na minha Terra* devia fazer-se uma tiragem popular que fosse largamente distribuída nas diferentes Escolas do ensino secundário.

Lamentou a falta a esta sessão do Dr. João de Barros, cujo estado de saúde o impediu de ser um dos oradores.

Por fim o Presidente, depois de saudar a Nação brasileira na pessoa do seu Encarregado de Negócios, e o Cônsul do Brasil no Porto, Dr. Renato de Mendonça, agradeceu a contribuição dos oradores, e a todos os que acederam ao seu convite assistindo a esta sessão.

Falaram depois os Srs. Professores Rebelo Gonçalves, Lopes de Almeida, Rocha Brito e Dr. Renato de Mendonça, proferindo todos eles orações que foram muito apreciadas, as quais constituíram sentida homenagem ao ilustre académico brasileiro.

O Instituto dos Estudos Brasileiros e o Instituto de Coimbra, ofereceram um almoço de homenagem ao Dr. Renato de Mendonça.

#### REUNIÃO DA DIRECÇÃO DO INSTITUTO DE COIMBRA EM 16 DE MAIO DE 1947

Aos 16 de Maio de 1947 reuniu a Direcção do Instituto de Coimbra sob a presidência do Professor Anselmo Ferraz de Carvalho.

O Presidente depois de se referir ao êxito alcançado pela sessão de homenagem a Afrânio Peixoto, propôs que se manifestasse o reconhecimento do Instituto de Coimbra aos oradores que tomaram parte naquela sessão, os Srs. Renato de Mendonça, Cônsul do Brasil no Porto, Rebelo Gonçalves, Rocha Brito e Lopes de Almeida.

O sócio A. Gomes da Rocha Madahil referiu-se a uma comunicação que lhe fez o sócio Álvaro de Caires relativa aos estudos a que está procedendo.

O sócio Gumersindo Sarmiento da Costa Lobo, que fora encarregado de representar o Instituto de Coimbra no

Congresso Luso-Espanhol das Associações para o Avanço das Ciências, Portuguesa e Espanhola realizada em S. Sebastião de 7 a 13 de Abril deste ano, fez uma rápida referência à maneira como decorreu aquele Congresso, agradecendo a honra que a Direcção do Instituto de Coimbra lhe tinha conferido. Depois disse que na 2.<sup>a</sup> Secção do Congresso apresentou uma comunicação intitulada *Novas Explicações dos Fenómenos Cromosféricos e a Organização dos Estudos Solares*, e que tinha o prazer de comunicar, que foram bem recebidas as suas propostas, tendo além disso o Presidente da Secção, Padre Romaña, que discutiu desenvolvidamente diferentes passagens da comunicação, feito referências muito elogiosas às instalações de astrofísica do Observatório Astronómico da Universidade de Coimbra. O sócio Gumersindo Sarmiento da Costa Lobo acrescentou que tinha sido grande o convívio mantido durante o congresso, no qual recebeu provas de muita amizade. Ainda comunicou ter-se ocupado ali do desenvolvimento das relações intellectuais da Espanha com o Instituto de Coimbra, conforme combinara com o Presidente. Para este efeito avistou-se com muitos congressistas e teve uma reunião que decorreu pela forma mais agradável possível com o sócio D. Agostin Marin que aceitou com muito prazer presidir ao núcleo de Madrid, manifestando também igual entusiasmo os antigos sócios D. José Maria Torroja, D. J. Siñeriz, D. Guilherme Sans Huelin, D. Wenceslau Benitez e D. Juan Lopes Azcona que muito se tem interessado ultimamente por este intercâmbio e no qual encontrou uma colaboração cheia de sincero entusiasmo.

Prometeram também a sua colaboração, as seguintes individualidades espanholas, que propõe para sócios do Instituto de Coimbra:

Professor D. Daniel Marine Zoyos, catedrático da Universidade Central de Madrid, padre António Romaña, Director do Observatório del Ebro, D. J. Tinoco, Director do Observatório Astronómico de Madrid e professor D. Mariano Gonzalez Rothvoss y Gil.

O Presidente propôs que ficasse consignado na acta um voto de agradecimento ao sócio Gumersindo Sarmiento da Costa Lobo pela maneira como se tinha desempenhado da representação de que fora incumbido pelo Instituto de Coimbra no Congresso Luso-Espanhol das Associações para o Avanço das Ciências, Espanhola e Portuguesa. O Sócio Gumersindo Sarmiento da Costa Lobo, agradeceu reconhecidamente ao Presidente e disse que tinha ainda a satisfação de comunicar que o núcleo de Paris continuava a dar provas da sua actividade, tendo sido últimamente propostos pelo sócio R. Estripeaut, para sócios do Instituto de Coimbra, os professores: Augustin Boutaric, Louis Chauvois e Leon Vannier.

Por último o sócio Gumersindo Sarmiento da Costa Lobo, apresentou a candidatura de Madame Marguerite d'Azambuja astrónomo do Observatório de Meudon onde tem colaborado nos trabalhos mais importantes de heliophisica, investigações muito apreciadas, e que mostrou sincero entusiasmo em contribuir para o desenvolvimento das relações intellectuais entre a França e o Instituto de Coimbra, de resto tendo dado já muitas provas de amizade por Portugal e prestado várias vezes valiosíssima colaboração.

Foram depois ainda feitas as propostas para serem eleitos sócios os Senhores: Dr. Manuel Peres Júnior, Director do Observatório Astronómico da Tapada, que realizou a conferência inaugural da 2.<sup>a</sup> Secção no Congresso Luso-Espanhol de S. Sebastian que foi muito apreciada, professor Emile Planchard, António Francisco Fialho Pinto, Luís Saavedra Machado, Maria Brack-Lamy Barjona de Freitas, Vasco de Carvalho e Manuel Gomes Moreno.

Pelo Dr. José Júlio Rodrigues, sócio que continua a demonstrar o seu grande interesse pelo Instituto de Coimbra, foram apresentadas as seguintes propostas: Comendador José Rainho da Silva Carneiro, Presidente do Real Gabinete Português de Leitura e actual presidente do Liceu Literário Português, Cândido de Oliveira, Secretário Geral do Liceu Literário Português, Dr. Luís Freire, catedrático

da Escola de Engenharia de Pernambuco e seu antigo Director.

E de nada mais se tratou nesta sessão da qual eu, Gumersindo Sarmiento da Costa Lobo, lavrei a presente acta.

- a) *Anselmo Ferraz de Carvalho*
- b) *Gumersindo Sarmiento da Costa Lobo*

#### ASSEMBLEIA GERAL DO INSTITUTO DE COIMBRA DE 1 DE JULHO DE 1947

No dia 1 de Julho de 1947, reuniu a Assembleia Geral do Instituto de Coimbra, sob a Presidência do Professor Anselmo Ferraz de Carvalho.

O Presidente depois de comunicar que o Director de classe João Pereira da Silva Dias, o informara que não podia assistir, impedido por serviço oficial, participou que estavam pagos os volumes de 1946 apresentando as respectivas contas; a seguir ponderou que, apesar do saldo que existe, logo que num futuro próximo seja necessário fazer nova compra de papel não se poderá dispor dos fundos necessários sem actualizar as cotas dos sócios, tanto mais que dão direito aos dois volumes da revista.

O novo sócio Teixeira de Queirós agradeceu a sua eleição e, prometendo a sua colaboração, disse que achava da maior justiça que as cotas fossem actualizadas. Depois de tomarem a palavra sobre esta modificação os sócios presentes, concordando todos com o aumento das cotas, foi aprovada a proposta do Vice-Presidente, Diogo Pacheco de Amorim, passando a cobrança para três vezes por ano da cota de 25\$00. Procedeu-se por último à eleição dos sócios que deu o seguinte resultado:

#### SÓCIOS EFECTIVOS

Luís Saavedra Machado

SÓCIOS CORRESPONDENTES NACIONAIS

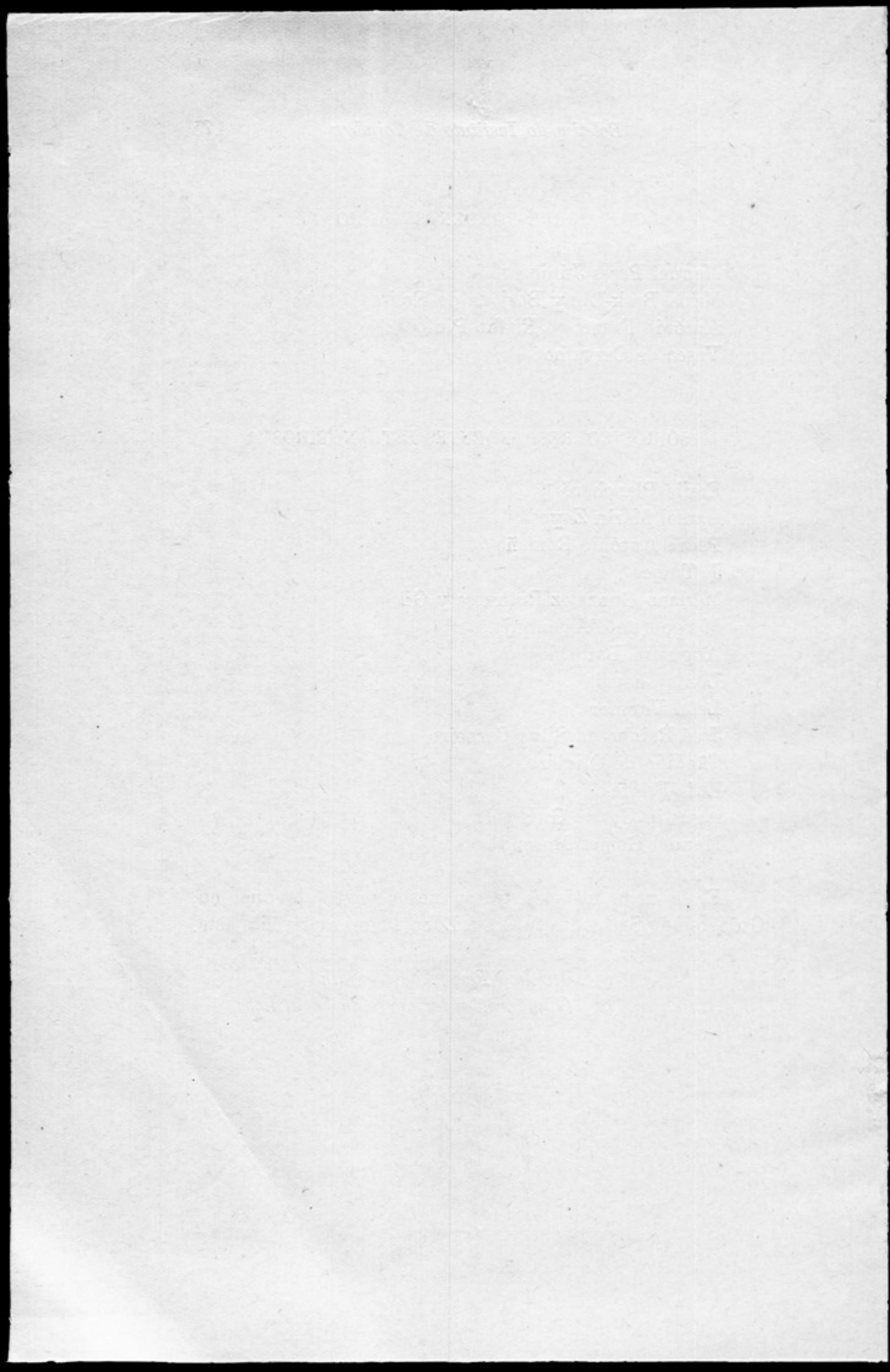
Manuel Peres Júnior  
Maria Brak-Lamy Barjona de Freitas  
António Francisco Fialho Pinto  
Vasco de Carvalho

SÓCIOS CORRESPONDENTES ESTRANGEIROS

Emile Planchard  
Daniel Marin Zoyos  
Padre António Romaña  
J. Tinoco  
Mariano Gonzalez Rothvoss y Gil  
Marguerite d'Azambuja  
Augustin Boutaric  
Louis Chavois  
Leon Vannier  
José Rainho da Silva Carneiro  
Cândido de Oliveira  
Luís Freire  
Agustin Garcia Guisasola  
Manuel Gomes Moreno

E de nada mais se tratou nesta sessão da qual eu,  
Gumersindo Sarmiento da Costa Lobo, lavrei a presente acta.

- a) *Anselmo Ferraz de Carvalho*
- b) *Gumersindo Sarmiento da Costa Lobo*



## ÍNDICE POR AUTORES

	Págs.
A. DA ROCHA BRITO — <i>Duas palavras</i> . . . . .	13
ALBERT CAPMAS — <i>L'état diathésique, son importance primordiale en Pathologie — son traitement</i> . . . . .	122
ANSELMO FERRAZ DE CARVALHO — <i>Abertura da sessão de 3 de Maio de 1947, dedicada à memória de Afrânio Peixoto.</i> . . . .	1
BELISÁRIO PIMENTA — <i>Eça de Queirós</i> . . . . .	42
D. JUAN MANUEL LOPEZ DE AZCONA — <i>Datos estadísticos de elementos escasos en minerales y cenizas</i> . . . . .	102
EUGÉNIO DE LEMOS — <i>Discurso pronunciado pelo Dr. Eugénio de Lemos, então governador civil do Distrito de Santarém, na sessão solene realizada no salão nobre dos paços do concelho de Tomar, no acto da comemoração do I Centenário da Cidade</i> . . . . .	111
FAUSTO J. A. DE FIGUEIREDO — <i>Dois vínculos portugueses instituídos em Setembro de 1257</i> . . . . .	78
GUMERSINDO SARMENTO DA COSTA LOBO — <i>Boletim do Instituto</i> . . . . .	165
JOSÉ AUGUSTO CARDOSO — <i>O ensino da Matemática nos Liceus</i>	89
M. LOPES DE ALMEIDA — <i>Algumas palavras sobre Afrânio Peixoto, historiador</i> . . . . .	6
MARIA BRAK-LAMY BARJONA DE FREITAS — <i>A real irmandade de S.<sup>ta</sup> Catarina da Corporação dos Livreiros e os seus juizes nobres</i> . . . . .	138
REBELO GONÇALVES — <i>Alocução</i> . . . . .	3
RENATO DE MENDONÇA — <i>Afrânio Peixoto, o romancista e o crítico literário</i> . . . . .	18

THE UNIVERSITY OF CHICAGO

1917

THE UNIVERSITY OF CHICAGO  
DEPARTMENT OF CHEMISTRY  
CHICAGO, ILLINOIS

THE UNIVERSITY OF CHICAGO  
DEPARTMENT OF CHEMISTRY  
CHICAGO, ILLINOIS

## ÍNDICE POR ARTIGOS

---

	Págs.
<i>A real irmandade de S.<sup>ta</sup> Catarina da Corporação dos Livreiros e os seus juizes nobres</i> , por MARIA BRAK-LAMY BARJONA DE FREITAS . . . . .	138
<i>Abertura da sessão de 3 de Maio de 1947, dedicada à memória de Afrânio Peixoto</i> , por ANSELMO FERRAZ DE CARVALHO	1
<i>Afrânio Peixoto, o romancista e o crítico literário</i> , por RENATO DE MENDONÇA . . . . .	18
<i>Algumas palavras sobre Afrânio Peixoto, historiador</i> , por M. LOPES DE ALMEIDA . . . . .	6
<i>Alocução</i> , por REBELO GONÇALVES . . . . .	3
<i>Boletim do Instituto</i> , por GUMERSINDO SARMENTO DA COSTA LOBO . . . . .	165
<i>Datos estadísticos de elementos escasos en minerales y cenizas</i> , por D. JUAN MANUEL LOPEZ DE AZCONA. . . . .	102
<i>Discurso pronunciado pelo Dr. Eugénio de Lemos, então governador civil do Distrito de Santarém, na sessão solene realizada no salão nobre dos paços do concelho de Tomar, no acto da comemoração do I Centenário da Cidade</i> , por EUGÉNIO DE LEMOS . . . . .	111
<i>Dois vínculos portugueses instituídos em Setembro de 1257</i> , por FAUSTO J. A. DE FIGUEIREDO . . . . .	78
<i>Duas palavras</i> , por A. DA ROCHA BRITO . . . . .	13
<i>Eça de Queirós</i> , por BELISÁRIO PIMENTA . . . . .	42
<i>L'état diathésique, son importance primordiale en Pathologie — son traitement</i> , por ALBERT CAPMAS . . . . .	122
<i>O ensino da Matemática nos Liceus</i> , por JOSÉ AUGUSTO CARDOSO. . . . .	89



